# O GUIA DE CONTABILIDADE PARA INVESTIDORES

**Roberto Gil Uchoa** 

Aos meus pais, Gilberto e Myrlands, Por Rodrigo e Bruno, filhos amados, À lara, por ser a mãe dos meus filhos, e para a Márcia Guerra, companheira de vida.

#### Disclaimer

Motivada pela mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil, introduzida pelo decreto federal nº 7.397/2010 e renovada pelo decreto federal nº 10.393/2020, esta obra foi elaborada e distribuída por Roberto Gil Uchoa Borgongino de Carvalho, seu autor, unicamente para uso do destinatário original. Ela tem como objetivo somente a educação financeira das pessoas, não constituindo promocional, oferta de compra ou venda de nenhum tipo de produto ou serviço ou, ainda, investimento mobiliário mencionado em seu conteúdo. As decisões de investimento são de livre arbítrio de cada pessoa, não cabendo ao autor qualquer atribuição de culpa, recomendação ou "dica" que venha a contribuir para aquelas escolhas.

O autor elaborou o presente documento de forma independente e com base tão-somente em seus conhecimentos acumulados por anos de experiência profissional como professor de cursos de graduação e pósgraduação, consultor empresarial e vida executiva. A reprodução parcial ou integral deste conteúdo, sem a prévia e expressa autorização formal do autor, bem como a sua disponibilização em outras plataformas que não aquelas autorizadas pelo autor, é proibida e constitui apropriação indébita de propriedade intelectual.

Todas as informações utilizadas neste documento foram redigidas com base em informações de domínio público, de fontes consideradas fidedignas, não respondendo o autor pela veracidade das informações de terceiros.

Esta obra está protegida pela Lei da Propriedade Intelectual, lei nº 9.279/1996 e alterações, a Lei dos Direitos Autorias, lei nº 9.610/1998 e posteriores, e do Código Civil, lei nº 10.406/2002, ficando a reprodução parcial ou integral proibida, sem a autorização prévia escrita do autor, exceto no caso de citação, de acordo com as normas da ABNT.

#### **O** Autor

Roberto Gil Uchoa é professor de Contabilidade e Finanças em cursos de graduação e pós-graduação em Administração desde 1996, em Instituições de Ensino Superior como a PUC-Rio, ESPM, IBMEC e Celso Lisboa. Atuou por mais de 40 anos em diferentes cargos executivos de empresas do porte da IBM Brasil, PWC e Jornal do Brasil, além de diretor de consultoria da Viso Consultoria e Capacitação. Atualmente, é responsável pela área de Finanças do curso de graduação em Administração na PUC-Rio.



#### Prefácio

Sejamos honestos. Se você está lendo este material é porque você nutre algum interesse, pessoal ou profissional, no desempenho das empresas. Quem sabe até nutre alguma intenção de ganhar dinheiro com uma. O importante é que você está aqui porque reconhece que precisa ter um conhecimento mínimo de **Contabilidade**. Parabéns por esse espírito de curiosidade e consciência!

Se essa premissa for verdade, você tem alguns caminhos a seguir. O primeiro é se tornar um acionista na bolsa de valores, especulando, com parte de seus investimentos, em ações de grandes empresas nacionais. O segundo é ser um empreendedor, sendo dono — não necessariamente o único — de um negócio próprio. Quem sabe um terceiro, de fazer carreira como executivo ou gestor em uma grande empresa na área de vendas, marketing, finanças ou recursos humanos, por exemplo. Seja qual for o seu interesse, você tem a obrigação moral (e econômica!) de aprender a acompanhar o desempenho das empresas em que investe ou atua, como atenção natural das expectativas de retorno futuro, seja do seu dinheiro, seja do seu trabalho. Independente do caminho escolhido, o objetivo será o mesmo: aprender e acompanhar o desempenho da empresa, por meio da Contabilidade.

Em algum momento da sua vida empresarial, você sentirá a necessidade de saber um pouco mais sobre como funciona economicamente um negócio, como acompanhar o desempenho da empresa em que trabalha e como medir o retorno de tudo aquilo pelo qual você está trabalhando e se dedicando. Para isso, você deve desenvolver a competência de interpretar os relatórios financeiros da Contabilidade, analisando o desempenho econômico e financeiro do negócio.

É <u>para você</u> que esta obra foi elaborada.

Apesar do título ser endereçado a investidores, ela oferece todos os conceitos necessários para que um investidor, empregado, gestor, fornecedor, cliente ou parceiro precisa para desempenhar satisfatoriamente o papel de acompanhar a evolução da companhia. A proposta aqui é apresentar os conceitos básicos e conduzi-lo à leitura e interpretação das **Demonstrações Financeiras**. Trata-se de um material introdutório, que serve como passo inicial para o seu desenvolvimento no tema.

Antes de tudo, é importante contextualizar que a Ciência Contábil, como qualquer ciência, deve seguir um rigor em seus procedimentos, que vão desde a uniformização do registro dos eventos financeiros até a forma de se elaborar os relatórios financeiros. Absolutamente tudo na Contabilidade é padronizado. Por esse motivo, somente um contador habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade (C.R.C.) está técnica e juridicamente habilitado para assinar a contabilidade de uma empresa. Todavia, isso não delimita a necessidade — e capacidade — de aprendizado de Contabilidade, aos profissionais da área.

Tais determinações são relevantes, uma vez que facilita o trabalho de qualquer leitor das Demonstrações Financeiras de uma empresa a entender o que está ali apresentado, bem como permite a comparabilidade do desempenho atual com o seu próprio passado ou, ainda, com o de outras empresas concorrentes. Além disso, admite a continuidade segura da escrituração e demonstração da situação econômica da empresa, pela eventual troca de profissionais da sua área contábil.

Esta obra contém duas partes, dez capítulos e três anexos.

No **Capítulo 1**, veremos o conceito de empresa, como ela pode ser constituída, os tipos de sociedade e o papel do sócio ou acionista, além de aspectos conceituais introdutórios para a Contabilidade, como algumas normais e princípios mais usados. Em complemento, o **Anexo A** evidencia um plano de contas, com as principais contas contábeis usadas pelas empresas, com os respectivos tutoriais. No **Capítulo 2**,

estudaremos os objetivos da empresa e do investidor, compreendendo o papel relevante desse *stakeholder* para a existência e progresso das organizações. O **Capítulo 3** aborda um breve descritivo sobre as demonstrações financeiras e os relatórios complementares. O Capítulo 4 encerra a descrição dos procedimentos para contabilização que, mais detalhado pelo **Anexo B**, ensina como fazer os lançamentos contábeis.

Com estes quatro capítulos, cobrimos os aspectos conceituais da matéria, encerrando a **PARTE I**.

A PARTE II está mais relacionada à análise em si que o investidor deve fazer de posse dos relatórios contábeis da sociedade. Começa explorando os principais pontos de atenção que o investidor precisa avaliar em cada demonstração financeira: no Capítulo 5, é explorado o Balanço Patrimonial e são descritos alguns saldos financeiros extraídos deste demonstrativo; no Capítulo 6, a Demonstração do Resultado do Exercício; no Capítulo 7, a Demonstração do Fluxo de Caixa; no Capítulo 8, a Mutação do Patrimônio Líquido.

O **Capítulo 9** é dedicado a apresentar alguns indicadores financeiros indispensáveis para avaliar o perfil econômico-financeiro de uma empresa, abordando diferentes perspectivas, como liquidez, endividamento e lucratividade.

O mercado de capitais evoluiu muito neste século, trazendo tecnologias que permitiram o desenvolvimento de plataformas de negociação direta pelas pessoas físicas com a bolsa de valores, bem como um processo de desbancarização de investimentos para as corretoras de valores. A entrada cada vez maior de novos investidores para a bolsa ajudou o surgimento e o desenvolvimento de vários negócios circunscritos a este mercado.

Criou-se dispositivos de autorregulação, qualificação e certificação de profissionais que atuam nos mercados financeiro e de capitais e a legislação evoluiu para proteger os interesses do cidadão e dos pequenos investidores. O **Capítulo 10** descreve alguns desses

fenômenos, apresentando ao leitor oportunidades e cuidados que um investidor deve ter ao entrar no mercado de ações.

Com o intuito didático, esta obra conduz o leitor a explorar reflexivamente o seu conteúdo. Ao final de cada capítulo, há um pequeno questionário que leva à aplicação prática de conceitos. Tente responder às questões de forma bem objetiva. Permita-se explorar novos conteúdos e busque informações através de outras ferramentas, como a internet ou até mesmo outros livros. Conhecimento retido é valor agregado a tudo que você faz na vida.

O estudo da Contabilidade requer muitos conceitos. Então, para facilitar o seu aprendizado, a última parte desta obra conta com um **glossário remissivo** dos principais conceitos apresentados no texto. Quando um termo mais técnico surgir no texto pela primeira vez, ele estará grifado em negrito e sua definição descrita no glossário.

Por fim, é importante salientar que esta obra – como qualquer outra disponível no mercado – não esgota todos os conhecimentos sobre Contabilidade ou análise das Demonstrações Financeiras. Como citado no início, trata-se apenas de uma referência introdutória, para apresentar conceitos e propostas que a matéria exige, bem como ajudar na leitura por parte do investidor. O ideal, sem dúvida, é que, depois de concluídos seus estudos aqui, você se permita buscar sempre novos conhecimentos e se aprofunde no estudo dessas matérias, tornando-se um analista mais experiente. Quanto maior for seu nível de conhecimento, melhor será a sua capacidade de análise.

Sucesso em seus estudos!

O autor.

# Obrigado, Alexandre Beck:



Esta obra faz parte de um projeto social de educação financeira cidadã. Por isso, permita-se transformar o mundo!

# **SUMÁRIO**

PARTE I – INTRODUÇÃO CONCEITUAL		
1.	UMA EMPRESA	17
1.1.	Como Funciona uma Empresa e sua Contabilidade	17
1.2.	Tipos de Empresas	22
1.3.	Contas Contábeis	25
1.4.	Diferentes Perspectivas da Contabilidade	26
1.5.	Normas e Princípios Contábeis	29
	a) Entidade	30
	<b>b)</b> Continuidade	30
	c) Denominador Comum Monetário	30
	d)Conservadorismo ou Preservação	30
	e) Realização da Receita	31
	f) Competência do Exercício	31
	g)Custo como base do Valor	31
	<b>h)</b> Objetividade	32
	i) Uniformidade ou Consistência	32
1.6.	Período Contábil	32
<b>1.7.</b>	Auditoria Externa Independente	34
1.8.	Exercícios para Reflexão	35
2.	O PAPEL DO INVESTIDOR	37
2.1.	O Objetivo da Organização	38
2.2.	O Objetivo do Investidor	40
2.3.	Prática: investindo em uma empresa	43
2.4.	Exercícios para Reflexão	44
3.	AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
3.1.	O Balanço Patrimonial (BP)	47
3.2.	A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	50
3.3.	A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)	51
3.4.	A Mutação do Patrimônio Líquido (MPL)	53
3.5.	Outros Relatórios	55
3.6.	Tipos de Demonstrações Financeiras	60
3.7.	Exercícios para Reflexão	61

4.	OS PROCEDIMENTOS PARA CONTABILIZAÇÃO	63
4.1	O Método das Partidas Dobradas	63
4.2	Exercícios para Reflexão	65
PART	TE II – A ANÁLISE CONTÁBIL	66
5.	O QUE ANALISAR NO BALANÇO PATRIMONIAL	67
5.1.	No Ativo	67
5.2.	No Passivo	69
5.3.	_	70
	a) Disponibilidades	70
	b)Capital de Giro (CG)	71
	c) Capital de Giro Líquido (CGL)	71
	d)Ativo Permanente (AP)	71
	e) Resultado de Equivalência Patrimonial (REP)	72 73
	f) Depreciações e Amortizações (DA)	72 72
	g) Gastos de Capital (GC)	72 73
	<ul><li>h)Passivo Exigível (PE)</li><li>i) Passivos de Financiamentos ou Dívida</li></ul>	73 73
	j) Passivos de Financiamento (PFu)	73 74
	k) Capital Próprio (CP)	74
5.4.	Alavancagem Financeira	7 <del>4</del> 74
5.5.	Exercícios para Reflexão	77
6.	O QUE ANALISAR NO RESULTADO	78
6.1.	O que são Receitas e seus Princípios Contábeis	79
6.2.	Qual a Diferença entre Custos e Despesas	79
6.3.	Saldos Financeiros	81
	a) Faturamento	81
	<b>b)</b> EBIT ou LAJIR	81
	c) EBITDA ou LAJIRDA	81
6.4.	Alavancagem Operacional	82
6.5.	Exercícios para Reflexão	84
7.	O QUE ANALISAR NO FLUXO DE CAIXA	86
<b>/.1.</b>	Fluxo de Caixa Operacional (FCO)	86

7.2. 7.3. 7.4.	Gastos de Capital (GC) Fluxo de Caixa Livre (FCL) Exercícios para Reflexão	87 88 89
8. 8.1. 8.2. 8.3.	O QUE ANALISAR NA MUTAÇÃO DO PL Aumento ou Redução de Capital Pagamento de Dividendos e JCP Exercícios de Reflexão	91 91 92 92
9. 9.1. 9.2. 9.3.	ALGUNS INDICADORES Categorias de Indicadores Indicadores Financeiros Exercícios para Reflexão	94 95 96 99
10.2. 10.3. 10.4. 10.5.	SEGURANÇA PARA OS INVESTIDORES Selecionando a sua Conta Bancária Selecionando uma Corretora de Valores Perfil do Investidor Abordagem Casas de Research Garantias para o Investidor a) Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos (MRP) b) Defesa do Consumidor c) Outros Mecanismos	101 102 103 104 105 107 110 111 111
GABA	RITO DOS EXERCÍCIOS	112
ANEXOS  Anexo A – Modelo de Plano de Contas com Tutoriais  Anexo B – Como os Lançamentos Contábeis Afetam as Demonstrações Financeiras  Anexo C – Mapa com os Indicadores Financeiros		119 120 122 131
GLOS	SÁRIO REMISSIVO	132

# Abreviações:

AC Ativo Circulante

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

ANBIMA Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais

ANC Ativo Não Circulante

ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica

ANFAVEA Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores

ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AP Ativo Permanente

B3 Bolsa de Valores, Mercadorias e CETIP (bolsa de valores brasileira)

BACEN Banco Central do Brasil
BCB Banco Central do Brasil
BP Balanco Patrimonial

CADE Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CDI Certificado de Depósito Interbancário (taxa de juros entre bancos)

CEI Cadastro Eletrônico do Investidor
CFC Conselho Federal de Contabilidade
CG Capital de Giro (ver fórmula)

CGL Capital de Giro Líquido (ver fórmula)

CIDE Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico

CMN Conselho Monetário Nacional

COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CP Capital Próprio

CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPF Cadastro Nacional de Pessoas Físicas
CNPJ Cadastro Nacional de Pessoais Jurídicas
CRC Conselho Regional de Contabilidade
CTVM Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
CSL ou CSLL Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CVM Comissão de Valores Mobiliários

D Disponível ou disponibilidades (ver fórmula)

DA Depreciações e Amortizações
DB Dívida bruta (ver fórmula)
DF Demonstração (ões) Financeira(s)
DFC Demonstração do Fluxo de Caixa

DIV Dividendos

DIV<sub>U</sub> Dividendos unitário

DL Dívida líquida (ver fórmula)

DRE Demonstração do Resultado (do Exercício)
EBIT Earnings before interest and taxes (ver "LAJIR")

EBITDA Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization (ver "LAJIRDA")

FGC Fundo Garantidor de Crédito GC Gastos de Capital (ver fórmula)

IBGE Instituto Nacional de Geografia e Estatística

ICMS Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Energia e Frete

IFRS International Financial Reporting Standards (princípios contábeis internacionais)
IGP-M Índice Geral de Preços a Mercado (usado para reajuste de aluguéis e pensões)

II Imposto de Importação

IPCA Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (inflação oficial do governo federal)

IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (instituição privada)

IPI Imposto sobre Produtos Industrializados

IR Imposto de Renda

IRPJ Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

ISS Imposto sobre Serviços
JCP Juros sobre o capital próprio

JCP<sub>U</sub> JCP unitário

LAIR Lucro antes do Imposto de Renda

LAJIR Lucro antes das despesas com juros e Imposto de Renda (ver "EBIT")

LAJIRDA Lucro antes das despesas com juros e IR, depreciação e amortização (ver "EBITDA")

LB Lucro Bruto
LL Lucro Líquido

MPL Mutação do Patrimônio Líquido

MRP Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

NBC Normas Brasileiras de Contabilidade

NE Nota(s) Explicativa(s)

Nº Total de ações (ON + PN) ou cotas que dividem o capital social de uma empresa

PC Passivo Circulante

PE Passivo Exigível (ver fórmula)
P&D Pesquisa e Desenvolvimento

PFi Passivo de Financiamento (ver fórmula)
PFu Passivo de Funcionamento (ver fórmula)

PIB Produto Interno Bruto

PIS Contribuição para o Programa de Integração Social

PL Patrimônio Líquido
PNC Passivo Não Circulante

PROV Proventos recebidos de uma empresa

PROV<sub>U</sub> PROV unitário

RA Relatório da Administração (Anual, Semestral ou Trimestral, conforme o caso)

R&D Research & Development (o mesmo que "P&D")

REP Resultado de Equivalência Patrimonial

R.I. Relação com Investidores (setor de uma empresa aberta)

S/A Sociedade anônima

SELIC Sistema Especial de Liquidação e Custódia (taxa básica de juros ou livre de risco)

SENACON Secretaria Nacional do Consumidor SPE Sociedade de Propósito Específico

SUSEP Superintendência Nacional de Seguros Privados

TG (NBC) Técnica Geral

TIC Tecnologia da informação e comunicação

VPA Valor Patrimonial da Ação

#### Índices das Fórmulas:

Capítulo 2:

Ganho de Capital  $GC_U = (PV_U - PC_U)$ Proventos  $PROV_U = DIV_U + JCP_U$ 

Retorno sobre Proventos

(ou Dividend Yield)  $R_{PROV} = PROV_U / PC_U$ Retorno sobre o GC  $R_{GC} = GC_U / PC_U$ 

Retorno total  $R_T = R_{PROV} + R_{GC}$  ou  $R_T = (GC_U + PROV_U) / PC_U$ 

Capítulo 5:

Disponibilidades D = Caixa e Equivalentes + Bancos + Aplicações Financeiras de Curto Prazo Capital de Giro CG = D + Contas a Receber + Estoques + Créditos Tributários sobre Vendas

Capital de Giro Líquido CGL = Ativo Circulante – Passivo Circulante
Ativo Permanente AP = Investimentos + Imobilizado + Intangível

Resultado de Equivalência

Patrimonial REP = receita ou despesa com participação em empresas ligadas (ver DRE)

Depreciações e

Amortizações DA = Depreciações + Amortizações (consultar DFC indireto) Gastos de Capital GC =  $\Delta$ Investimentos +  $\Delta$ Imobilizado +  $\Delta$ Intangível + DA  $\pm$  REP

GC = Total das Atividades de Investimentos (ver na DFC)

Passivo Exigível PE = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Passivo de Financiamento: PFi = Empréstimos + Financiamentos + Debêntures + Leasing

Dívida Bruta DB = PFiDívida Líquida DL = PFi - DPassivo de Funcionamento PFu = PE - PFiCapital Próprio CP = PL

Capítulo 6:

Margem bruta MB = (Lucro Bruto / Receita Líquida) x 100

Margem operacional MO = (Lucro antes dos Juros / Receita Líquida) x 100

Margem líquida ML = (Lucro Líquido / Receita Líquida) x 100

Variação de saldos  $\Delta S_N = [(S_N / S_{N-1}) - 1] \times 100$ 

Faturamento bruto FB = receita bruta Faturamento líquido FL = receita líquida EBIT ou LAJIR EBIT = EBITDA - DA

EBITDA EBITDA = f (Lucro Bruto – Desp. Operacional + DA +  $\Delta$ )

Margem de EBITDA ME = (EBITDA / Receita Líquida) x 100

Capítulo 7:

Fluxo de caixa operacional FCO = EBITDA – Despesa de Imposto de Renda

Gastos de capital Com base na DFC: GC = Caixa da Atividade de Investimento

Fluxo de caixa livre Com base na DFC:

+ Caixa da Atividade Operacional- Caixa da Atividade de Investimento+ Variação de Caixa e Equivalentes

= Fluxo de Caixa Livre

- Caixa da Atividade de Financiamento

\_\_\_\_\_

= Fluxo de Caixa Livre

#### Capítulo 8:

Valor patrimonial da ação VPA = PL / №

Ágio ou deságio A(D) = Preço - VPA

A%(D%) = (Preço - VPA) / VPA

Market capitalization  $MK = N^{\circ} \times Preço$ 

Em que: Preço é a cotação das ações na bolsa de valores (B3)

#### Capítulo 9:

Liquidez corrente LC = AC / PCEndividamento geral EG = PE / AEndividamento financeiro EFi = PFi / A

Dívida líquida sobre

geração de caixa DLGC = (PFi – D) / EBITDA

Retorno sobre o

patrimônio líquido ROE = LL / PL

Produtividade do:

= faturamento  $P_1 = RLV / TC$ = EBITDA  $P_2 = EBITDA / TC$ 

# PARTE I INTRODUÇÃO CONCEITUAL

#### 1. UMA EMPRESA

Entender que a Contabilidade é importante para o controle do mundo dos negócios é saber contextualizar como esse controle é formado: a partir da constituição de um empreendimento, suas práticas dentro da empresa e como a gestão deve contribuir para que os relatórios emitidos pela área sirvam para a tomada de decisão.

# 1.1. Como Funciona uma Empresa e sua Contabilidade

As empresas são **pessoas jurídicas** e compostas de **personalidade jurídica**, ou seja, civilmente constituídas para adquirir direitos e deveres e que se formam a partir da regularização de um ou mais sócios. Como empresas, admitem ter:

#### Capital social:

O **capital social** registra os investimentos diretos dos sócios na empresa, pelos quais eles recebem cotas ou ações, representativas de uma fração desse capital. Ele pode ser formado por pessoas físicas ou outras pessoas jurídicas.

#### Cadastros oficiais:

Registro da empresa na Junta Comercial, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CPNJ) e, conforme o objeto social, inscrição estadual – se contribuinte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Energia e Frete (ICMS) – ou municipal – se contribuinte do Imposto sobre Serviços (ISS) – e outros registros de classe, conforme a natureza da operação da empresa.

#### • Termo constitutivo:

Contrato ou estatuto social que rege os principais aspectos legais da entidade, tais como a natureza da atividade econômica (objeto social), o endereço comercial (sede, filiais etc.), formação e composição do capital social e descrição de algumas políticas – como a de pagamento de **dividendos**, aprovação das decisões administrativas, relacionamento entre os sócios, sucessão da sociedade etc.

Do ponto de vista empresarial, as empresas são organizações estruturadas que nascem da visão de seus fundadores, construída a partir de uma oportunidade comercial identificada no mercado. Como tal, elas conduzem seus negócios com o objetivo de sobreviver aos seus fundadores e conquistar um crescimento econômico. Elas são formadas por pessoas físicas e estabelecem relações com diferentes agentes econômicos, denominados de **partes relacionadas** ou, pela expressão inglesa, **stakeholders**. Os principais **stakeholders** de uma empresa são:

#### Sócios ou acionistas:

Os sócios empreendem em uma atividade econômica, por meio de uma nova companhia, visando a retornos mais promissores do que teriam em aplicações no mercado financeiro. Por isso eles se interessam em acompanhar o desempenho da empresa, esperam que ela venda cada vez mais, acumulando lucros e gerando valor econômico.

#### Diretores e gerentes:

A alta administração da empresa e seus gerentes são contratados pelos sócios para ajudarem na gestão do negócio, atuando em seu nome e de acordo com os seus interesses.

#### Colaboradores:

Funcionários e terceirizados que contribuem com a força de trabalho dependem economicamente das suas empresas e se interessam e colaboram com o seu crescimento econômico.

#### Governo:

O Estado, em seus diferentes níveis, depende do progresso das empresas que, além de contribuírem com **tributos** e geração de riqueza, geram empregos e renda para as famílias.

#### • Clientes:

Os clientes dependem de um constante suprimento de matériaprima, insumos e até de produtos acabados de seus fornecedores e, por isso, acompanham o desenvolvimento econômico desses parceiros.

#### • Fornecedores:

Os fornecedores avaliam as condições financeiras e econômicas de seus clientes como passo importante no processo de análise e concessão de créditos aos mesmos.

#### Concorrentes:

Acompanhar o desempenho do setor, por meio de análise financeira das coirmãs, é importante para que as empresas tracem suas estratégias de crescimento no mercado e planejem suas vendas e investimentos de longo prazo.

#### • Sindicatos:

Os sindicatos acompanham a evolução econômica das empresas dos setores em que atuam, pois lutam pelos direitos de seus trabalhadores e estimam o aumento da empregabilidade.

#### • Bancos e seguradoras:

As instituições bancárias e seguradoras, bem como as demais empresas que trabalham com a interveniência de negócios para esses setores, analisam constantemente o desempenho das empresas, visando identificar oportunidades de negócios.

#### • Universidades:

A educação superior baseia a sua missão na adequação de seus projetos pedagógicos, olhando para as empresas como supridores de vagas para seus estudantes além de fonte inesgotável de estudos e pesquisas.

#### Investidores:

Pessoas físicas em busca de otimização do retorno de seus investimentos; e pessoas jurídicas interessadas em formar alianças estratégicas, servem-se de reportes contábeis das empresas para tomar decisões de investimentos.

#### • Outros stakeholders:

Várias outras entidades fazem acompanhamento do desempenho das empresas, seja em caráter de um segmento da economia, seja por seu papel de acompanhamento de classe. No primeiro caso, temse, por exemplo, as entidades setoriais, como a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e os setores de concessão, como as agências de regulação – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). No que se

refere a entidades responsáveis por seu papel de acompanhamento de classe, têm-se os conselhos regionais, consórcios de empregadores, bem como instituições de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O acompanhamento da evolução das empresas ajuda na elaboração de dados e informações para diferentes finalidades, como a pesquisa científica, o acompanhamento da evolução econômica dos setores econômicos, a tomada de decisões estratégicas de outras empresas e até para a definição de estratégias públicas de governos. A maior fonte desses dados é a contabilidade das empresas, à medida que aplica cientificamente o rigor de suas normas e procedimentos de escrituração. As faculdades de **Ciências Contábeis** têm por objetivo justamente a formação de profissionais capacitados para exercer, com ética e dedicação, esses padrões em todas as empresas que servem. Por isso, os sócios e diretores das empresas devem se preocupar com o fluxo de informações e documentações para a Contabilidade, para que esta área possa prover com rapidez e precisão relatórios que expressem a realidade econômica do negócio.

O patrimônio de uma empresa é formado pelos seus bens, direitos e obrigações. Tudo que implica a alteração do patrimônio altera seu estado econômico. Os eventos que afetam o patrimônio, denominados de fatos administrativos, podem criar vínculos financeiros e jurídicos que, por sua vez, podem gerar valorização ou desvalorização dos seus negócios, aumentando ou reduzindo a exposição da organização ao risco. A Contabilidade exerce a função de controle sobre o patrimônio da empresa, à medida que adota essas práticas padronizadas de registro de eventos e demonstração da situação patrimonial. Como exemplos de fatos administrativos, temos: aumento de capital pelos sócios, compra de matéria-prima a prazo, venda de mercadorias à vista, liberação de um empréstimo bancário, pagamento de salários, dentre outros.

O registro de cada fato administrativo é feito por um lançamento contábil. O lançamento envolve o registro da operação usando contas contábeis e o valor objetivo da transação. Cada conta contábil registra elementos patrimoniais semelhantes e devem resumir em seu nome esse elemento, como: "Caixa", "Aplicações Financeiras", "Estoques", "Fornecedores", "Capital Social", "Receita de Vendas", "Despesas de Pessoal" etc. Repare que a conta deve começar sempre por letra maiúscula. Cada lançamento contábil envolve o uso do método das partidas dobradas, segundo o qual todos os valores devem compor débitos e créditos — entradas e saídas ou origens e destinos — de igual valor. Isso assegura um controle de que tudo que foi lançado foi feito corretamente.

Como absolutamente tudo na Contabilidade é padronizado, o lançamento contábil deve ser feito em dois livros oficiais – o **Diário Geral** e o **Razão Geral** –, que podem ser assim apresentados:

#### • Diário Geral:

Livro contábil no qual os lançamentos contábeis são feitos em ordem cronológica. Ele permite um acompanhamento temporal dos eventos da empresa, para fins de análise técnica da Contabilidade e até por fiscalização tributária, societária ou trabalhista. Por isso, é um livro obrigatório para todas as empresas de médio e grande portes.

#### • Razão Geral:

Livro facultativo (não é obrigatório por lei), em que os lançamentos contábeis são feitos de forma sistemática por conta contábil, facilitando a análise de cada evento que ocorreu naquele elemento patrimonial e cujo objetivo é acompanhar o saldo final da conta a qualquer momento. Importante dizer que, dentro de cada conta, o lançamento é feito em ordem cronológica.

Como analogia, o Diário Geral funciona como o diário pessoal de um indivíduo, o qual registra todos os eventos relevantes de sua vida a cada dia. Começa com a data e, em seguida, relata os eventos, como "fui à faculdade", "comprei roupa" ou "fui ao cinema". O melhor exemplo do Razão Geral é o extrato bancário, cuja movimentação da conta corrente pode ser consultada e cujos eventos são relatados

cronologicamente. Na verdade, o extrato bancário é uma página do Razão Geral do seu banco, no qual é registrada a movimentação que ocorreu na sua conta. Com isso, é fácil perceber que o Diário Geral é cronológico, ao passo que o Razão Geral é analítico.

Na prática, Diário Geral e Razão Geral não servem para análise do desempenho financeiro e econômico de uma empresa. Isso será feito por outros meios, que vamos estudar adiante. Eles são livros que servem para documentar tudo que aconteceu com o seu patrimônio e, por isso, são mais consultados pelos profissionais da área contábil ou por fiscais do governo.

Para o nosso estudo, não precisamos saber dos detalhes mais técnicos e práticos envolvendo os lançamentos contábeis, como se aplica o **método das partidas dobradas** ou como fazer a escrituração no Diário Geral e Razão Geral. Os aspectos mais relevantes para o nosso estudo são: (i) tomar ciência da existência dessas práticas pela Ciência Contábil; (ii) entender que tais instrumentos asseguram a existência de documentos de suporte e procedimentos rigorosos de escrituração, natural da profissão, e alinhados com a legislação de cada país. Dessa forma, garante-se a integridade e a consistência das práticas contábeis e que tudo que acontece na empresa estará evidenciado nas demonstrações financeiras.

# 1.2. Tipos de Empresas

O Código Civil, lei nº 10.406/2002, prevê a existência de diferentes tipos de sociedade. As mais importantes são a **sociedade limitada** e a **sociedade anônima**:

#### Sociedade limitada:

Reunião formal de dois ou mais sócios, geralmente fixos e que se conhecem, de responsabilidade limitada ao capital social integralizado, que é formado por **cotas** – seu sócio é chamado de **cotista** – e o **termo constitutivo**, que é o documento que formaliza a

existência da sociedade, é o **contrato social**. Sua denominação social é caracterizada por terminar com a expressão limitada: "Ltda.".

#### Sociedade anônima:

Reunião formal de dois ou mais sócios, de responsabilidade limitada ao capital social integralizado, que é formado por **ações** — seu sócio é chamado de **acionista** — e o termo constitutivo é o **estatuto social**. Sua razão social caracteriza-se por iniciar com a expressão "Cia." (companhia) ou terminar com a sigla S. A. (sociedade anônima).

Juntos, esses dois tipos de sociedade respondem pela maior parte das empresas formadas no Brasil. Isso ocorre pela própria natureza do conceito de "responsabilidade limitada". Os sócios, ao formarem um desses tipos de empresa, legalmente restringem seu risco ao investimento integralizado no seu capital social, não envolvendo o patrimônio pessoal nas perdas que a empresa acumular ou nas dívidas que ela contrair. Legalmente, entretanto, no caso de dolo na condução dos negócios (como envolver propina na conclusão de negociações), crime do colarinho branco ou falência fraudulenta, é possível que o Poder Judiciário determine que um sócio responda com seus bens pessoais pelas perdas da empresa, sobretudo, se o acionista também fizer parte da administração dos negócios.

Existem outros tipos de sociedades, como as cooperativas, as fundações, as firmas individuais e as sociedades de propósitos específicos (SPE). Elas não são objeto do presente estudo, pois manteremos o foco em tipos de sociedade para as quais são aplicáveis os nossos investimentos, como duas já definidas no início desse tópico.

A sociedade anônima pode ser de dois tipos: aberta ou fechada:

- Sociedade anônima aberta:
  - As S/As abertas são aquelas que emitem ações na **bolsa de valores**, para levantar recursos próprios. Como consequência, suas ações circulam de propriedade pelas operações de compra e venda na bolsa.
- Sociedade anônima fechada:

As S/As fechadas são aquelas cujas ações não foram colocadas na bolsa de valores.

Embora juridicamente haja diferenças técnicas mais importantes do que as relatadas anteriormente, as sociedades limitadas e as sociedades anônimas fechadas se assemelham muito na prática. Ambas têm um número limitado de sócios e quase sempre os mesmos. A diferença surge nas sociedades anônimas, cujas ações funcionam como lastro para a captação de recursos e oportunidade de investimento para quem as detêm.

A lei nº 11.638/2007 determinou que todas as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, e as sociedades limitadas de grande porte são obrigadas a fazerem a divulgação de seus relatórios financeiros padronizados pelo menos uma vez por ano. A mesma lei define que as sociedades limitadas de grande porte são aquelas cujo **faturamento bruto** (total de suas receitas de vendas de produtos e/ou serviços) anual for superior a R\$ 300 milhões ou o total do seu ativo for superior a R\$ 240 milhões.

As sociedades anônimas abertas, por terem ações em bolsa de valores, ficam sujeitas às normas e à fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que atua como o "xerife" do mercado de capitais.

As instituições financeiras e seguradoras, por força de lei, precisam ser constituídas sob a forma de sociedades anônimas, podendo ser fechadas ou abertas. As instituições financeiras — bancos, corretoras, distribuidores de títulos, financeiras e *leasing* — ficam sob a égide do Banco Central do Brasil (BCB), que atua como "xerife" do mercado financeiro. As seguradoras, por sua vez, são amparadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Além de serem obrigadas a publicar seus relatórios financeiros, as sociedades anônimas e as limitadas de grande porte também devem submetê-las à revisão de auditores externos independentes, objeto do tópico **1.6**.

Uma peculiaridade das sociedades anônimas é o poder que elas têm de dividir seu capital social em ações de dois tipos. As **ações ordinárias** nominativas (ON), que dão direito a voto nas assembleias de acionistas, e as **ações preferenciais** nominativas (PN), que não conferem esse direito a voto, mas podem atribuir um valor maior de dividendos. Por força da Lei das S/A, a lei nº 6.404/76, o máximo de ações preferenciais que uma empresa pode ter é de 50%. Isso favorece que a empresa, quando abrir seu capital pela primeira vez — numa operação denominada **Initial Public Offering (IPO)** —, possa emitir um número maior de ações preferenciais, levantando mais recursos, à medida que mantém mais ações ordinárias em poder dos sócios majoritários. Pela lei, é possível que existam empresas com 50%, 90% e até 100% do capital formado por ações ordinárias. Todavia, a CVM incentiva que as empresas tenham apenas ações ordinárias, fazendo uma qualificação diferenciada para as empresas assim constituídas.

A partir daqui, vamos apresentar alguns conceitos essenciais de Contabilidade, relevantes para a compreensão do restante do nosso texto.

#### 1.3. Contas Contábeis

As contas contábeis são usadas para registar elementos patrimoniais semelhantes, em cada lançamento contábil. Compreender o seu papel dentro da Contabilidade é de suma importância para o nosso estudo.

Como exemplo de contas contábeis, temos: "Contas a Receber", "Contas a Pagar", "Despesas Prediais". Embora haja a tendência de todas as empresas trabalharem com os mesmos nomes de contas, é possível observar variações de empresa para empresa, como ter as suas mercadorias para revenda registrada na conta de "Estoques", "Mercadorias" ou até mesmo "Inventário". Quem define o nome e quais contas usar é a área de Contabilidade da empresa, em linha com o seu negócio e com a sua alta gestão. As contas também podem ter especificações, chamadas de **subconta contábil**, como, para a conta

"Contas a Receber" ter subcontas de "Clientes no Brasil" e "Clientes no Exterior", ou, para a conta de "Imóveis", designar subcontas de "Imóvel – Sede", "Imóvel – Fábrica em Magé" ou "Imóvel – Unidade Campinas".

As contas contábeis podem ser de quatro tipos, divididas em dois grupos: as contas patrimoniais e as contas de resultado. As contas patrimoniais são representativas de bens, direitos e obrigações e as contas de resultado são as receitas e despesas. Dentro das contas patrimoniais, existe a segmentação de contas de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações).

Nesse sentido, todas as empresas têm um **plano de contas**, no qual se relacionam todas as contas e subcontas a serem usadas pela Contabilidade. Dentro do plano de contas, as contas estão estruturadas por uma codificação numérica de níveis (1, 1.1., 1.1.1., 1.2, 1.2.1 etc.), assim designadas: 1. Ativo; 2. Passivo; 3. Receitas; 4. Despesas. No **Anexo A**, ao final desta obra, pode-se observar um exemplo de plano de contas, contendo um tutorial do que cada conta registra. Lembramos, como dito anteriormente, de que cada empresa tem o seu plano de contas, cujos nomes podem variar em diferentes empresas, mesmo que atuantes em um mesmo setor econômico.

# 1.4. Diferentes Perspectivas da Contabilidade

A Contabilidade da empresa é importante por vários aspectos. Primeiramente, por ser uma função da administração do negócio e responsável por registrar todos os eventos que afetam o patrimônio, ela permite um controle da situação financeira do negócio, zelando pela sua continuidade. Ao elaborar relatórios padronizados, a Contabilidade também permite o acompanhamento da evolução econômico-financeira da organização pelos *stakeholders*.

Percebe-se, entretanto, que há diferenças de interesses na informação contábil dos diferentes públicos. O público externo às empresas precisa ter contato com relatórios padronizados e amplamente divulgados por

estas organizações que se preocupam na divulgação de suas informações para o mercado. Por outro lado, seu público interno tem outros interesses mais específicos e precisam ter contato, não apenas com aqueles relatórios padronizados, mas com o detalhamento do funcionamento, da composição e até da interação de alguns saldos contábeis.

Para o público externo – governo, investidores, clientes, fornecedores etc. –, a demanda legal de emissão de relatórios padronizados, seguindo o rigor da matéria contábil, é suficiente para acompanhar o desempenho daquela empresa. Para o público interno – diretores, gestores e colaboradores –, a necessidade de detalhe transcende os limites impostos pelos relatórios contábeis tradicionais.

Assim, surge a diferença entre Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial.

A **Contabilidade Financeira** é o campo de atuação dos contadores, os quais cuidam da aplicação das normas e procedimentos da ciência, visando à padronização de registro dos fatos administrativos e emissão de relatórios padronizados, exigidos pela lei. Como tal, sua preocupação é atender às demandas legais — em especial às societárias e tributárias — de entrega aos *stakeholders* externos à organização.

A **Contabilidade Gerencial** é um desdobramento da Financeira, com maior flexibilidade na confecção de relatórios e análises, pois visa atender às demandas dos *stakeholders* internos da empresa, como diretores e gerentes, para a tomada de decisões.

Ambas as contabilidades são importantes. Um fornecedor, por exemplo, para analisar a capacidade de pagamentos da empresa, pode fazê-lo com base nos relatórios da Contabilidade Financeira. Já um gerente de *marketing* precisa de informações mais detalhadas sobre vendas, identificando a loja, o setor que vendeu, para qual tipo de cliente e até a forma de pagamento, informações não disponíveis nos relatórios financeiros tradicionais.

Numa outra perspectiva, a Contabilidade Financeira, como instrumento de atendido às demandas societária e fiscal, provê, por meio das demonstrações financeiras padronizadas, uma forma geral de se avaliar a situação econômico-financeira do negócio. A Contabilidade Gerencial, como ferramenta de gestão permite fazer uma avaliação individualizada de processos dentro da empresa, criando relatórios e até indicadores específicos.

Em empresas de grande porte, há uma separação de responsabilidade dessas atribuições. A Contabilidade Financeira fica a cargo de um departamento específico, que normalmente consolida a Contabilidade Geral, a Contabilidade de Custos (se for uma empresa industrial) e a Contabilidade Fiscal (que apura os tributos a pagar da empresa e cuida dos registros exigidos pela Legislação Tributária). A Contabilidade Gerencial é de responsabilidade de algum departamento da Controladoria.

As principais diferenças entre as duas contabilidades estão resumidas no diagrama do **Quadro 1**.

Quadro 1: Principais diferenças entre Contabilidade Financeira e Gerencial

#### Contabilidade Financeira:

- Voltada para o público externo da empresa;
- Preocupa-se com a adoção das normas e procedimentos da ciência contábil;
- Utiliza-se de relatórios padronizados, que seguem a legislação;
- Precisa ter uniformidade, ao longo dos anos:
- Reporta-se a eventos passados;
- Possui natureza genérica (informa tudo).

#### Contabilidade Gerencial:

- Voltada para o público interno da empresa;
- Não guarda vínculos necessariamente com normas e procedimentos contábeis;
- A elaboração é mais flexível e pode guardar mais detalhes na composição de saldos;
- Embora desejável, não precisa manter uniformidade ao longo dos anos;
- Reporta-se a eventos passados, mas se voltam para a tomada de decisão futura;
- Possui natureza específica.

Essa separação é importante, uma vez que obedece ao princípio administrativo da separação de responsabilidade. O contador deve se preocupar com a qualidade e consistência dos relatórios financeiros padronizados (Contabilidade Financeira), cumprindo a lei e atendendo a reportologia aos stakeholders externos à organização. Como as

informações desses relatórios não são suficientemente detalhadas para a tomada de decisão interna da empresa, recorre-se à elaboração de demonstrativos específicos e mais flexíveis do rigor contábil (Contabilidade Gerencial).

Nesse momento, ter um profissional diferente para elaborar os relatórios gerenciais permite este último critique o trabalho do primeiro, colaborando para a construção qualitativa de um fluxo de informação mais preciso e eficiente. As visões são diferentes. Essa separação é importante, uma vez que obedece ao princípio administrativo da segregação de responsabilidade. O contador – abordagem financeira – tem sua ênfase no reporte de eventos passados, numa perspectiva mais rigorosa, enquanto o profissional com a atribuição de controladoria – abordagem gerencial – mantém seu objetivo em prover informações detalhadas para a tomada de decisão.

### 1.5. Normas e Princípios Contábeis

As **normas contábeis** são regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados pela Contabilidade Financeira, na realização de seus trabalhos, previstos na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 560/83. As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) são emitidas pelo CFC. Após a lei nº 11.638/11, que determinou a adoção dos padrões internacionais de contabilização — os chamados princípios contábeis internacionais ou *International Financial Reporting Standards* (IFRS) —, as normas contábeis foram renumeradas, para se ajustarem à nova regra, aprovada pela Resolução CFC nº 1.328/11.

A Norma Brasileira Contábil (NBC) da Técnica Geral (TG) de 21/11/2019, correlacionando com a o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 00 (R2), fala sobre as características quantitativas e qualitativas da informação contábil, que tem como base os **princípios contábeis** para as empresas. A adoção dos procedimentos internacionais de contabilização é um passo natural na evolução da matéria,

consequência do processo de globalização das empresas e dos mercados, e visam harmonizar os procedimentos de escrituração por todo o mundo.

Embora não seja objeto deste estudo, é importante destacar alguns desses princípios que norteiam a contabilidade. Não serão aqui empregadas terminologias mais técnicas, que ficarão a cargo de estudos mais específicos, elaborados por contadores. Nossa preocupação é tomar ciência desses princípios e como se aplicam alguns de seus conceitos.

#### a) Entidade:

A Contabilidade deve ter como objeto de trabalho o patrimônio da empresa, ignorando eventos que afetam o patrimônio de *stakeholders*, inclusive dos seus donos. Dessa forma, ao ler o relatório contábil de uma empresa, teremos a certeza de que ali não se relatam bens, direitos ou obrigações de outras empresas.

# b) Continuidade:

Juridicamente, uma empresa é constituída sem um propósito específico e devem sobreviver aos seus fundadores. A preocupação do contador deve ser em observar se algum fato administrativo pode interromper essa premissa e antecipar a continuidade dos negócios. Na hipótese de vislumbrar encerramento das atividades em um período próximo, cabe ao contador fazer o reporte de tal risco aos leitores de seus relatórios.

# c) Denominador Comum Monetário:

Todos os fatos administrativos de uma empresa brasileira devem ser escriturados pelo valor correspondente em moeda nacional. Uma empresa que contraia um empréstimo nos Estados Unidos deve fazer a contabilização da operação usando uma taxa de conversão cambial apropriada. Com todos os saldos em reais, fica mais fácil a leitura e interpretação dos relatórios contábeis.

# d) Conservadorismo ou Prudência:

É a essência do contador. Pela norma, ativos devem ser avaliados pelo seu menor valor e passivos devem ser registrados pelo seu major valor. Neste sentido, sempre que for evidente o potencial de uma perda, mesmo quando não se souber exatamente o valor e quando essa perda vai se materializar, ela deve ser contabilizada, como forma de preservar o lucro e o caixa da empresa, bem como a sua continuidade. Da mesma forma, se a empresa está sofrendo um processo trabalhista e, com a anuência de seu advogado, já se sabe que existe grande probabilidade de se perder a causa, é recomendável que seja feito o registro de uma despesa com a provisão de um valor estimado. Com a adoção dos princípios contábeis internacionais pela Lei 11.638/2007, ativos e passivos ganham critérios específicos de mensuração para divulgação, contemplando conceitos como impairment, equivalência patrimonial, valor justo, valor realizável e valor presente - e serão objeto de discussão em outros capítulos.

# e) Realização da Receita:

A receita de vendas só pode ser contabilizada se ocorrerem todos os três eventos: (i) entrega do produto ou prestação do serviço, (ii) aceite pelo cliente do produto ou serviço recebido e (iii) acordo entre as partes do valor e da forma de pagamento. Assim, uma loja comercial que vender um produto para pagamento em quatro prestações mensais, se houve a emissão da nota fiscal e o cliente deu o aceite do produto, assinando o canhoto da nota, a receita deve ser contabilizada pelo valor total, independentemente se essa receita já foi ou não recebida.

# f) Competência do Exercício:

Todas as receitas e despesas devem ser contabilizadas à medida que os eventos ocorrem, independentemente se os valores já foram recebidos ou pagos. O mais importante para a Contabilidade é o fato em si e não a sua liquidação financeira. Por isso, receitas não recebidas figuram no ativo e despesas ainda não pagas aparecem no passivo.

#### g) Custo como base do Valor:

Os valores do ativo devem ser registrados pelo seu valor de aquisição ou de construção, não devendo ser reajustado o valor de mercado quando este foi maior, ou seja, caso haja valorização.

# h) Objetividade:

Todos os fatos administrativos devem ser suportados por uma documentação hábil. Para as compras de mercadorias, a empresa deve registrar pelo valor constante na nota fiscal do fornecedor. O valor a ser lançado do empréstimo é aquele indicado no contrato do serviço.

## i) Uniformidade ou Consistência:

Para que os leitores dos relatórios da Contabilidade possam fazer análises comparativas com o passado da própria empresa, é preciso que todos os procedimentos contábeis sejam adotados de maneira uniforme. Em outras palavras, se a empresa contabiliza a receita, por exemplo, sempre que ela é realizada e não quando ela é recebida, ela deve registrá-la da mesma forma toda vez que o evento (receita de vendas) se repetir.

Observe que, como a própria natureza de onde surgem as leis, os conceitos apresentados nascem da apropriação pelo uso do bom senso e da aplicação da própria lei. Parece-nos óbvio que, por exemplo, se estamos no Brasil, todos os reportes da Contabilidade devem estar expressos em moeda corrente (reais) e cada lançamento contábil, suportado por uma documentação legal apropriada. Da mesma forma, ignorar que o saldo de caixa da empresa pode ser impactado por alguma potencial perda, consolidado no conhecimento operacional do negócio, merece uma atenção especial de provisão. Por fim, se visamos uma Contabilidade Financeira que permita fazer análises em diferentes momentos da vida da empresa, é de bom senso presumir que toda a

escrituração contábil precisa ser feita de maneira uniforme, ao longo dos anos.

#### 1.6. Período Contábil

Como instrumento de controle, a Contabilidade se reporta a eventos que ocorrem em um escopo de tempo. Os sistemas de escrituração contábil já estão desenhados para emitir relatórios financeiros uma vez por mês, mas podem ser modelados para suprir relatórios com outros intervalos de tempo, como trimestral, semestral e anual. O **período contábil** é o intervalo de tempo ao qual os relatórios se referem ou que cobrem a movimentação. Cabe ao contador, em conjunto com a administração da empresa, determinar a frequência com que esse período contábil ocorre. As empresas mais organizadas já determinam em suas rotinas a revisão mensal de resultados.

Todavia, todas as empresas estão sujeitas às normas legais. Outras precisam cumprir normas específicas do seu setor de atuação. Do mesmo modo, precisam levantar seus relatórios financeiros anuais, cobrindo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Ao período contábil de um ano, obrigatório por legislação, dá-se o nome de **exercício social**.

O Banco Central do Brasil (BCB ou BACEN) exige que as instituições financeiras divulguem e publiquem as suas demonstrações financeiras semestralmente, sempre em 30 de junho e 31 de dezembro. Na mesma linha, a SUSEP demanda o mesmo das seguradoras.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) determina, para as companhias abertas, com ações em bolsa de valores, a obrigatoriedade de divulgação dos relatórios financeiros trimestrais, cada um cobrindo três meses de operação, findos em: 31 de março (1T), 30 de junto (2T), 30 de setembro (3T) e 31 de dezembro (4T).

Especial atenção aqui para os investidores em ações, que queiram analisar os relatórios financeiros de empresas abertas. Além de serem obrigadas a publicarem suas demonstrações financeiras trimestrais e anuais em jornal de grande circulação, elas também devem divulgá-los no seu *site*, numa área reservada para **Relação com Investidores (R.I.)**. Os analistas com menos experiência costumam confundir os relatórios do 4º trimestre e o anual, pois ambos terminam em 31 de dezembro. Todavia, o primeiro se reporta a um período de 3 meses, enquanto o segundo, a um período de 12 meses.

# 1.7. Auditoria Externa independente

A **auditoria externa** é uma empresa independente, formada por profissionais técnicos, que recebem extensa carga de treinamento em Contabilidade e Auditoria, e cujo objetivo é revisar os procedimentos de Contabilidade das empresas. O auditor, para assinar relatórios técnicos, deve ser um contador, habilitado pelo C.R.C. e ser registrado na CVM.

A auditoria externa é contratada pelas empresas, que são obrigadas a publicar seus relatórios financeiros padronizados. Ela procede às revisões, seguindo normas internacionais de auditoria, e o produto final é a emissão de um parecer de auditoria externa independente, no qual expõe os trabalhos realizados, o escopo de tempo coberto em suas revisões e informam se a empresa está ou não seguindo os procedimentos contábeis adequadamente. Elas ainda fazem uma revisão limitada dos riscos incorridos pela sociedade e, por fim, emitem uma opinião se aqueles relatórios financeiros espelham ou não a realidade econômica do negócio.

O papel dos auditores externos, então, não é emitir uma opinião acerca do desempenho financeiro ou econômico da empresa, mas se restringe a opinar se ela está adotando as normas e princípios da contabilidade de maneira uniforme.

Existem alguns tipos de pareceres. Os que mais interessam aos nossos estudos são: o parecer "limpo", o parecer "sujo" e a negativa de opinião. O parecer limpo é aquele esperado de todos os trabalhos de auditoria, em que corroboram com a qualidade dos procedimentos contábeis e que, ao emitir, conferem maior grau de confiabilidade aos relatórios publicados. O parecer sujo ocorre quando existe algum procedimento adotado pela Contabilidade da empresa que afeta com valores relevantes os seus resultados ou a sua situação patrimonial. A negativa de opinião ocorre quando a empresa de auditoria não consegue quantificar efeitos de posturas contábeis não adequadas às normas e procedimentos. Neste último caso, não devemos confundir negativa de opinião com a identificação de algum evento ilegal, necessariamente.

Normalmente, nessas duas últimas situações — o parecer sujo ou a negativa de opinião —, o mercado recebe negativamente as demonstrações da empresa, podendo impor restrições, dependendo do relacionamento que cada *stakeholder* tem com a empresa. Na bolsa de valores, um desses dois tipos de parecer geralmente derruba significativamente o preço das ações no mercado. Por outro lado, o parecer limpo não garante que o mercado receberá bem os saldos contábeis apresentados, pois isso depende mais do desempenho dos negócios do que dos procedimentos de contabilização. Mas, de certo, gera maior credibilidade para a empresa que apresenta o parecer limpo de seus auditores externos.

Para o investidor, a leitura do parecer dos auditores independentes, permite identificar conformidades nos procedimentos contábeis e até riscos aos quais a sociedade está exposta.

# 1.8. Exercícios para Reflexão

Com base no texto apresentado neste capítulo, responda:

- a) O capital social registra os investimentos diretos dos sócios na empresa. Quais as formas como este capital pode ser dividido e como se relacionam com o tipo de sociedade?
- **b)** Quais conhecimentos, habilidades e atitudes são fundamentais para que um profissional possa assinar os relatórios emitidos pela Contabilidade de uma empresa?
- c) Para uma empresa brasileira, todo exercício social tem exatamente um ano-calendário?
- d) A provisão de garantia serve para que as empresas estimem o custo eventual de prestar manutenção, trocar peças ou, até mesmo, trocar o produto, uma vez que o cliente tem direito à garantia do produto comprado. Ela deve ser constituída a cada venda efetuada e baixada quando existirem valores usados ou quando a garantia daquela venda específica for expirada. Qual(is) o(s) princípio(s) contábil(eis) que rege(m) a contabilização dessa provisão?
- e) Uma sociedade limitada, que não tem ações em bolsa de valores, pode ser obrigada a contratar uma auditoria externa?

#### 2. O PAPEL DO INVESTIDOR

Não existe empresa sem um capital inicial que a constitua. Com ou sem fins lucrativos, aplicando uma atividade de comércio ou com uma proposta de utilidade pública, a entidade precisa ser legalmente constituída para ter sua dotação com personalidade jurídica. Ela precisa ter um endereço legal de funcionamento da sua sede, no qual exercerá sua administração.

A legalização de uma empresa envolve uma série de procedimentos e formalização de registros para que ela possa cumprir seu papel de entidade economicamente ativa. Neste sentido, uma empresa precisa:

- Definir seu objeto social, isto é, suas atividades econômicas;
- Estabelecer um endereço legal de funcionamento;
- Ter um nome social inédito;
- Elaborar um termo constitutivo, como um contrato ou estatuto social;
- Registrar-se na Junta Comercial da unidade federativa de sua sede;
- Registrar-se no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério de Fazenda;
- Solicitar autorizações setoriais de funcionamento (Corpo de Bombeiros, agências nacionais, secretarias estaduais e/ou municipais etc.);
- Se comercializar produtos, inscrever-se na Secretaria Estadual de Fazenda, como contribuinte do ICMS e solicitar autorização para emissão de notas fiscais de produtos;
- Se prestar serviços, inscrever-se na Secretaria Municipal de Fazenda, como contribuinte do ISS e solicitar autorização para a emissão de notas fiscais de serviços;
- Se tiver uma marca, logomarca ou uma ideia original de produto ou serviço, buscar os registros no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), assegurando a propriedade e a exploração comercial exclusiva;

- Se quiser manter um site na internet ou uma plataforma de comercialização virtual, deve registrar o domínio no Registro.Com, elaborar uma programação apropriada para as suas páginas e buscar um convênio para plataforma de pagamentos, bem como desenvolver solução para o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC);
- Solicitar outras autorizações específicas, dependendo do porte da empresa e do setor de atuação;
- Contratar um contador, habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), responsável por todos os procedimentos contábeis, apuração de tributos, escrituração contábil e fiscal e, eventualmente, de elaboração da folha de pagamentos, apuração dos encargos sociais e demais obrigações acessórias – as empresas constituídas como Microempresário Individual (MEI) dispensam a necessidade de contador.

O processo burocrático de legalização de uma empresa pode ser conduzido por despachantes habilitados, contadores e advogados, sendo que os dois primeiros estão mais acostumados com os trâmites do processo.

Uma vez constituída a empresa, seu capital social está pronto para receber investidores.

Neste capítulo, exploraremos os objetivos das organizações e dos investidores e, especificamente, na bolsa de valores, como negociar as ações das empresas.

# 2.1. O Objetivo da Organização

Ao contrário do que muitos sintetizam, o objetivo de uma empresa <u>não</u> <u>é</u> ter lucro.

Uma empresa constituída para a prática de comércio tem o objetivo de explorar uma atividade econômica e, como tal, deve perseguir a construção de valor econômico.

O conceito de construção de valor é bem amplo e envolve mais do que simplesmente ter lucro. Por exemplo, uma empresa que revende mercadorias por R\$ 11,00 e que comprou por R\$ 10,00 obteve lucro de R\$ 1,00 para cada item vendido. O problema é entender se a formação de lucro é suficiente para manter a empresa capaz de pagar suas contas, as dívidas contraídas e ainda remunerar adequadamente os investidores. Assim, o conceito de criação de valor envolve:

- Manter-se lucrativa: gerar lucro nas suas operações;
- Sobreviver: gerar um fluxo contínuo de caixa capaz de honrar seus compromissos financeiros (folha de pagamentos, fornecedores, contas prediais etc.);
- Remunerar os investidores: assegurar um retorno financeiro satisfatório e atraente para aqueles que investiram seu dinheiro na empresa;
- Gerar sustentabilidade econômica: assegurar a perenidade dos negócios, com atendimento às demandas dos clientes e, sempre que possível, expandir organicamente a empresa, conquistando mais vendas e parcelas maiores do mercado (market share);
- Ter capacidade de reinvestimento: contínua capacidade de efetuar investimentos estratégicos no desenvolvimento de novas soluções (produtos, serviços, marcas, patentes etc.) e tecnologias aplicáveis, capazes de garantir a expansão dos negócios;
- Aumentar o valor do negócio: deve ser perceptível que a empresa valha mais hoje em relação a ontem e amanhã, mais do que hoje;
- Criar uma marca de valor: trabalhar sempre voltado para criar vínculos emocionais do consumidor com a marca da empresa, cuidando de detalhes que vão desde a qualidade dos seus produtos e serviços e um atendimento na venda e pós-venda exemplar, até com boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Obviamente, assegurar tais práticas não é garantia de sucesso de um empreendimento. Mas, com esses conceitos debatidos, é possível entender melhor o objetivo de um investidor que aposta seu capital em uma empresa, ou seja, o que leva uma pessoa a sair da inércia cômoda

de suas aplicações financeiras tradicionais para aportar boa parte de seus recursos em uma empresa.

## 2.2. O Objetivo do Investidor

O retorno do investimento em uma empresa é definido de duas formas: o ganho de capital, quando o investidor consegue vender sua participação no capital por um valor maior do que comprou, e o recebimento de proventos, pagamentos intermediários que a empresa faz. Os proventos podem ser por meio de dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP).

Os dividendos são parte do lucro líquido, ajustado pela constituição ou reversão de algumas reservas, que são pagos aos sócios na proporção do que eles detêm do capital da empresa. Para as empresas fechadas, o valor dos dividendos pode ser determinado pelo contrato (se limitada) ou estatuto social (se uma S/A aberta). Para as empresas abertas, pela lei nº 6.404/76, os dividendos mínimos obrigatórios são de 25% daquela base de valor, salvo se o estatuto social determinar outro valor. Eventualmente, os detentores de ações preferenciais podem ter a designação estatutária de um valor maior de dividendos por ação. Para a empresa pagadora, os dividendos representam contabilmente uma redução na conta de Lucro Acumulado, ou seja, não transita pelo resultado da empresa — não é uma conta de despesa. Logo, não gera efeito de pagamento e nem de redução do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ).

Os juros sobre o capital próprio (JCP), referenciados no contrato ou estatuto social da empresa, são calculados pela aplicação de uma taxa de juros, incidente sobre o saldo do patrimônio líquido. O valor do JCP compõe uma despesa financeira da empresa que o propõe e, como tal, poderá ser dedutível para fins de IRPJ, desde que o seu valor não exceda a 50% do lucro antes do imposto de renda (LAIR), sem contar com essa despesa. Muitas empresas preferem propor o pagamento de JCP ao invés de dividendos, uma vez que, definido o valor em reais, o

total a ser desembolsado é menor se ela puder reduzir esse valor do seu imposto de renda a pagar.

Logo, o investidor pode ganhar com a revenda de sua participação acionária e o valor líquido recebido dos proventos que a empresa pagou no período.

O objetivo do investidor, ao aportar seus recursos em uma empresa, é maximizar o retorno de seus investimentos, no tempo. Entendendo que, ao investir em uma empresa, ele não terá esses recursos disponíveis a médio e longo prazos, é esperado um retorno maior do que ele teria numa aplicação de **renda fixa** (Tesouro Direto, CDB de um banco etc.): ele precisa obter um prêmio de risco por não estar na renda fixa e um prêmio de risco pelo prazo do dinheiro não disponível. Como esses valores são calculados não é objeto do nosso estudo aqui, mas é algo importante a ser considerado antes de empreender seu capital em **renda variável** (ou seja, comprar e vender ações).

Podemos calcular os ganhos e retornos do investidor em empresas a partir dos conceitos apresentados. Os ganhos são expressos em reais, podendo ser unitário (por cada cota ou ação) ou pelo total (multiplicação simples do ganho unitário pela quantidade de cotas ou ações negociadas). Os retornos são expressões percentuais com referência, acumuladas no mesmo tempo do investimento, e que podem ser comparados com taxas de juros referenciadas no mercado (como a taxa SELIC e o CDI), com a inflação (IPCA ou IGP-M, as mais usadas).

O ganho de capital unitário ( $GC_U$ ) é a diferença entre o preço de venda unitário ( $PV_U$ ) e o preço de compra unitário ( $PC_U$ ) de cada cota ou ação, líquido de imposto de renda ( $1-\alpha$ ):

$$GC_U = (PV_U - PC_U) \times (1 - \alpha)$$

No Brasil, o ganho de capital é tributado em 15% de imposto de renda, exceto em operações de *day trade*, em que se compra e vende a ação

no mesmo dia, quando há a incidência de 20% de imposto de renda sobre o ganho de capital. É comum para o investidor fazer o cálculo de seus ganhos já líquidos de imposto de renda.

O total dos proventos unitários (PROV<sub>U</sub>) é a soma dos dividendos unitários (D<sub>U</sub>) mais os juros sobre o capital próprio por cota ou ação (JCP<sub>U</sub>):

$$PROV_U = DIV_U + JCP_U$$

Os dividendos são isentos de imposto de renda no Brasil, mas o JCP sofre a incidência de uma alíquota de imposto de renda ( $\alpha$ ) de 15%, já retido pela empresa pagadora. Em outras palavras, o investidor já recebe o valor líquido (85% do valor pago pela empresa). Por isso, é comum, para fins de cálculo dos seus retornos, que o investidor já trabalhe com o JCP $_{\rm U}$  líquido desse imposto.

Para o cálculo dos retornos, temos que estabelecer o capital investido como base. No nosso caso, o valor do capital unitário investido será sempre o preço de compra unitário ( $PC_U$ ).

O retorno com investimentos pode ser mensurado de três formas:

Retorno sobre o ganho de capital (R<sub>GC</sub>):
 É o retorno que o investidor obteve ao vender sua participação no capital da empresa:

$$R_{GC} = GC_U / PC_U$$

Retorno sobre proventos (R<sub>PROV</sub>) ou *Dividend Yield* (DY):
 É o retorno que o investidor obteve de recebimento de dividendos e
 JCP no período. Os investidores em bolsa de valores trabalham muito com esse conceito de *dividend yield*:

$$R_{GC}$$
 ou DY =  $PROV_U / PC_U$ 

• Retorno total (R<sub>T</sub>):

É a soma de todos os retornos obtidos no período, o de ganho de capital e de proventos:

$$R_T = R_{GC} + R_{PROV}$$
 ou  $R_T = (GC_U + PROV_U) / PC_U$ 

Quanto maior o ganho de capital e maior o valor recebido pelos proventos no período, maior o retorno total do investidor. É o retorno total que ele deve trabalhar para atingir uma meta preestabelecida.

## 2.3. Prática: investindo em uma empresa

Há um ano, Roberto comprou um lote de 2.000 ações ordinárias nominativas (ON) da Uchoa S/A, ao preço de R\$ 10,00 cada. Hoje, assim que a empresa pagou R\$ 0,26 de dividendos e R\$ 0,40 de JCP por ação, ele vendeu sua posição por R\$ 12,00 cada. No mesmo período, a inflação, medida pelo IPCA, foi de 1,8% e o CDI acumulou uma variação de 2,3%.

Primeiramente, vamos elencar os dados do caso:

Preço de compra unitário:  $PC_U = R$ 10,00$ 

Preço de venda unitário:  $PV_U = R$ 12,00$ 

Proventos pagos:

Dividendos  $DIV_U = R$ 0,26$ 

Juros sobre capital próprio JCP<sub>U</sub> = R\$ 0,40 (bruto)

Índices de referência:

Inflação IPCA = 1,8% no ano

Juros interbancários CDI = 2,3% no ano

Alíquotas de imposto de renda ( $\alpha$ ):

Sobre o JCP  $\alpha = 15\%$ 

Sobre o ganho de capital  $\alpha$  = 15%

O próximo passo é calcular o JCP líquido de imposto de renda:

$$JCP_U = R\$ 0,40 x (1-0,15) = R\$ 0,34$$

Agora, vamos aplicar as fórmulas aprendidas:

Ganho de capital líquido de imposto de renda:

 $GC_{U} = (PV_{U} - PC_{U}) \times (1 - \alpha)$ 

 $GC_{IJ} = (12,00 - 10,00) \times (1 - 0,15) = R$ 1,70$ 

Ganho líquido com proventos:

 $PROV_U = DIV_U + JCP_U$ 

 $PROV_U = R\$ 0,26 + R\$ 0,34 = R\$ 0,60$ Então, calculamos os retornos:

Retorno sobre ganho de capital:

 $R_{GC} = GC_U / PC_U$ 

 $R_{GC} = R$ 1,70 / R$ 10,00 = 17,0% no ano$ 

Dividend yield:

 $DY = PROV_U / PC_U$ 

DY = R\$ 0,60 / R\$ 10,00 = 6,0% no ano

Retorno total:

 $R_T = R_{GC} + DY$ 

 $R_T = 10\% + 6\%$  = 23,0% no ano

Por fim, comparamos o retorno obtido com índices de referência. No caso, apenas com os proventos líquidos, Roberto já obteve um retorno superior à inflação (1,8%) e ao custo do dinheiro (2,3%). Como o retorno total dele alcançou 16% em doze meses, podemos concluir que o investidor conseguiu ter um ganho de 10 vezes o CDI (1.000%), líquido de imposto de renda, o que é um retorno pouco observado no mercado de hoje.

Se você quer saber sobre oportunidades e cuidados que um investidor deve ter ao entrar no mercado de ações, prossiga sua leitura até o Capítulo 10 – Segurança para os investidores.

# 2.4. Exercícios para Reflexão

da sua empresa, abrindo o capital na bolsa de valores, em uma operação conhecida como *Initial Public Offering* (IPO). Ele estima que, após o IPO, a empresa possa fechar com um capital social de R\$ 100 milhões, divididos em 10 milhões de ações, ao preço de R\$ 10,00 cada. Ele sabe que pode dividir o capital em ações ordinárias (ON), com direito a voto em **assembleia de acionistas**,

e ações preferenciais (PN), sem direito a voto, e que o máximo permitido legalmente para compor o capital é 50% em ações preferenciais. Qual o total que ele poderá levantar na bolsa de valores (em reais), de forma que ele não perca o controle de todas as decisões nas assembleias?

- **b)** Pode uma empresa pagar dividendos mesmo sem ter lucro líquido no período?
- c) Pode uma empresa pagar juros sobre o capital próprio, mesmo não tendo lucro líquido no período?
- d) Retomando o caso do Roberto, no item **2.3**, de quanto seria seu retorno total se ele tivesse vendido suas ações a R\$ 9,80?
- e) Uma das estratégicas mais interessantes que investidores mais experientes fazem é montar uma carteira de ações de empresas que são tradicionalmente boas pagadoras de proventos. O fundamento de muitos é que eles podem montar uma carteira que supra uma renda perpétua para a sua aposentadoria. Vamos supor que um investidor mantenha em carteira ações de uma empresa, a Uchoa S/A, que tradicionalmente pagaria 6% de proventos todos os anos, já líquidos de imposto de renda. O papel está hoje cotado a R\$ 12,00 cada. Supondo que esse investidor espere manter uma renda vitalícia de R\$ 78 mil/ano (12 meses + 13º de R\$ 6 mil/mês), quanto ele deverá investir neste papel para que sua renda anual com proventos permita cumprir essa meta?

# 3. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Absolutamente tudo na Contabilidade é padronizado. Como uma função administrativa de controle do patrimônio da sociedade, a área precisa se preocupar com a uniformidade com que faz os lançamentos contábeis nos livros oficiais, Diário Geral e Razão Geral. Mas também deve cumprir seu papel de reportar a situação econômica periodicamente: seja ao final do exercício social, seja ao final de algum período contábil intermediário.

Esses relatórios financeiros são feitos, também, de forma padronizada, obedecendo a legislação em vigor. A lei nº 6.404/1976 – A Lei das SAs –, alterada pelas leis nº 9.457/1997, nº 8.021/1990, nº 10.303/2001 e nº 11.638/2007, em seu artigo 176, determina que são cinco as **demonstrações financeiras**, sendo que, para o nosso estudo, contaremos apenas com quatro mais relevantes. Essas demonstrações financeiras são agrupadas em duas categorias:

- Demonstrações principais:
  - Como existem apenas dois grupos de contas, as contas patrimoniais e as contas de resultado, estas dão origem a duas demonstrações: respectivamente, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) ou, simplesmente, Demonstração do Resultado.
- Demonstrações secundárias:

As duas outras demonstrações derivam da composição específica das demonstrações principais e são assim apresentadas: Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Mutação do Patrimônio Líquido (MPL).

A referida lei estipula que a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados seria um relatório oficial. Porém, é facultado trocá-la pela Mutação do Patrimônio Líquido. Na prática, todas as empresas preferem publicar a MPL por ser a mais completa.

Outro aspecto que pode ser encontrado em grupos empresariais é a segmentação das demonstrações financeiras das empresas: as

demonstrações financeiras da **controladora** ou **individual** e as demonstrações financeiras **consolidadas**. As primeiras referem-se à entidade jurídica da empresa principal que participa no capital de outras empresas. As últimas são relativas a **demonstrações** *pro forma*, considerando que todas as empresas do grupo formam uma única entidade contábil.

Neste capítulo, veremos como cada demonstração funciona e o que devemos analisar.

## 3.1. Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial (BP) é uma fotografia.

Trata-se de uma demonstração financeira que apresenta o saldo das contas patrimoniais – bens, direito e obrigações – em uma determinada data. Por este motivo, é perfeita a analogia com uma fotografia do patrimônio da empresa.

O BP divide-se em dois grupos: ativo, que reúne os bens e direitos, e o passivo, que lista o saldo das obrigações. Como os bens e direitos formam a parte "boa" do patrimônio, a empresa precisa atuar ativamente para gerar lucro. Do mesmo modo, as obrigações formam a parte "ruim" do patrimônio, mas a empresa aceita passivamente seus valores a pagar à medida que nenhum negócio sobrevive sem ter dívidas a pagar com impostos, fornecedores, salários etc.

O ativo ordena os bens e direitos por ordem decrescente de **liquidez**, ou seja, pelo potencial que cada conta contábil tem de ser transformada em dinheiro, dentro da estratégia da empresa. Assim, no topo do ativo, apresentam-se as contas de maior liquidez, as **disponibilidades** (ou disponível) – valores que já representam caixa ou que possam ser rapidamente convertidos em caixa –, como: caixa e equivalentes, saldos de contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo. O ativo finaliza com as contas de menor

liquidez para a empresa, como imóveis, terrenos e veículos: bens que a empresa não tem a intenção de transformar em dinheiro rapidamente. O **Quadro 2** apresenta uma síntese do diagrama do BP.

Quadro 2 – Balanço Patrimonial (BP)

ATIVO	PASSIVO
Caixa e Equivalentes	Fornecedores
Aplicações Financeiras	Empréstimos e Financiamentos
Contas a Receber	Debêntures
Estoques	Contas a Pagar
Créditos Tributários	Outros Débitos
Ativo Circulante	Passivo Circulante
	Empréstimos e Financiamentos
	Debêntures
	Outros Débitos
Realizável a Longo Prazo Investimentos	Passivo Não Circulante
Imobilizado	Capital Social
Intangível	Reservas
Ativo Não Circulante	Patrimônio Líquido
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

O ativo é subdividido em duas partes: o **ativo circulante**, de maior liquidez, e o **ativo não circulante**, de baixa liquidez:

#### • Ativo circulante:

Bens e direitos de alta liquidez, que a empresa tem a intenção de transformar em dinheiro em até um ano ou ao final do próximo exercício social. Contas a Receber com clientes, os diferentes tipos de Estoques e Créditos Tributários podem ser exemplos de contas que serão convertidas em espécie em **curto prazo**.

#### Ativo não circulante:

Bens e direitos que se realizarão a **longo prazo** — acima de um ano ou após o final do próximo exercício social — ou de caráter fixo. Embora

a segmentação a seguir não seja legalmente apresentada do BP, é importante aplicá-la para fins de análise:

✓ Realizável a Longo Prazo:

Reúne os bens e direitos de realização após um ano, como Créditos Tributários ou Empréstimos Concedidos a longo prazo.

#### ✓ Ativo Permanente:

Listam os bens e direitos de uso que, pela intenção da empresa, pretende-se trabalhar por vários anos, a fim de gerar receita:

✓ Investimentos:

São participações acionárias em outras **empresas investidas**, com as quais há uma intenção estratégica de relacionamento, obras de arte e outros bens e direitos de exploração, como imóveis para aluguel.

#### ✓ Imobilizado:

São bens de uso da empresa, na prospecção de gerir o negócio ou produzir receita, como seus terrenos, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos de produção, equipamentos e programas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e outros. Os bens tangíveis do **imobilizado**, em face da aplicação do princípio do conservadorismo, sofrem **depreciação**.

# ✓ Intangível:

São inversões permanentes na consecução de geração futura ganhos, como marcas patentes, е gastos com desenvolvimento de produto ou investimentos em reestruturação ou reorganização do negócio. Os itens deste subgrupo podem ser revertidos para o resultado (DRE) por meio da amortização.

Veremos no **Capítulo 5** como funcionam as provisões de depreciação do imobilizado e de amortização do **intangível**. Por ora, é importante entender que ambas são registros contábeis que geram impacto no resultado, mas não geram efeito de caixa: não se paga depreciação, nem amortização.

As contas do ativo devem ser registradas com o critério do custo como base do valor, eventualmente ajudado pelo conservadorismo. Significa

dizer que os bens e direitos devem ser contabilizados pelo seu valor de aquisição ou formação. Eventualmente, quando o valor de mercado for abaixo do valor contábil, em face do conservadorismo, a empresa pode contabilizar uma **provisão**.

## 3.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um filme.

Essa analogia é válida, à medida que entendemos que as contas de resultado, acumulam toda a movimentação de receitas e despesas, em um período contábil ou exercício social. Por isso, o objetivo da DRE é demonstrar como o lucro desse período é formado. O **Quadro 3** apresenta a estrutura da DRE. As receitas devem responder ao princípio da realização da receita e as despesas, ao conservadorismo e à competência do exercício.

Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício:



A DRE deve começar com a conta de maior saldo, a receita bruta da venda de produtos e serviços, comumente divulgada como Receita Operacional Bruta. Depois, deduzem-se os cancelamentos e devoluções

de vendas e os impostos sobre as vendas (ICMS, IPI¹, ISS, PIS², COFINS³ e outros tributos indiretos específicos do setor econômico, como a CIDE⁴), chegando-se ao **faturamento líquido** ou à Receita Operacional Líquida. Importante salientar que a CVM permite que a companhia aberta comece a apresentação da DRE pela Receita Líquida. Em geral, a empresa segue essa orientação, mas discrimina em **notas explicativas** ou no **relatório da administração** como apurou esse subtotal.

Em seguida, deduz o total dos custos de vendas, apurando o Lucro Bruto – o lucro comercial da empresa.

Logo depois, apresenta-se o grupo de despesas operacionais (despesas administrativas, prediais, de folha de pagamentos, honorários da diretoria, marketing e vendas e outras) e o resultado de equivalência patrimonial (resultado de lucro ou prejuízo das empresas investidas), determinando o Lucro antes dos Juros ou lucro operacional. Depois, vem o resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos as despesas financeiras), chegando ao lucro antes do imposto de renda (LAIR). Por fim, aparecem as Despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição social sobre o Lucro (CSL) e apurando o Lucro (ou Prejuízo) Líquido do Exercício.

# 3.3. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC é o efeito de caixa do BP e da DRE.

Como sabido, a DRE obedece a princípios aos quais são exigidos que ganhos só podem ser contabilizados se materializados, mesmo se não forem efetivamente recebidos. Do mesmo modo, na DRE, as despesas devem ser registradas sempre que houver um potencial de perda ou respeitando o período no qual elas ocorreram. Desse modo, o lucro líquido é apresentado pelas receitas e despesas do período e não,

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Imposto sobre Produtos Industrializados

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Contribuição para o Programa de Integração Social

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico

necessariamente, pelo valor líquido de recebimentos e pagamentos. A consequência natural dessa prática é que ficarão indicadas no ativo as receitas realizadas e não as recebidas e, no passivo, as despesas incorridas e não pagas. Assim, foi preciso elaborar uma demonstração financeira que relatasse apenas estes efeitos de caixa.

O objetivo da DFC é explicar o que aconteceu no período contábil ou exercício social com a conta de **Caixa e Equivalentes**, ou seja, o dinheiro "em mãos" da empresa: caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Dessa forma, listam-se todos os recebimentos e pagamentos de valores ocorridos no intervalo de tempo. Existem duas formas de apresentar o DFC, a direta (que listam valores recebidos e pagos) e a indireta (que parte do lucro líquido, ajustando os valores que estão contabilizados nele e que não afeta o caixa, e os demais valores de efeito caixa). No Brasil, todas as empresas abertas apresentam a DFC indireto; apenas algumas apresentam em notas explicativas a DFC pelo método direto. Então, o presente estudo evidenciará a análise da DFC pelo método indireto, como apresentado no **Quadro 4**.

Quadro 4 – Demonstração do Resultado do Exercício

# Lucro Líquido + Depreciações e amortizações +/(-) Outras contas de resultado sem efeito caixa Lucro Líquido ajustado +/(-) Variações de ativos e passivos circulantes Caixa Líquido das Atividades Operacionais Aquisição de investimentos (-) Recebimento de dividendos de investidas Aquisição de imobilizado Inversões para o intangível Caixa Líquido de Atividades de Investimentos +/(-) Líquido de captação e pagamento de empréstimos Aumento de capital social (-) Pagamento de dividendos Caixa Líquido de Atividades de Financiamentos Saldo inicial de caixa e equivalentes Saldo final de caixa e equivalentes Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes

O caixa das atividades operacionais resulta do efeito de caixa na formação do lucro líquido, ajustado pelos ativos e passivos circulantes. O caixa das atividades de investimentos reflete o total dos **gastos de capital** que a empresa efetuou no período, ou seja, os investimentos estratégicos que toda a empresa próspera realiza, visando aumentar sua receita futura. O caixa das atividades de financiamentos é formado pela soma do fluxo de caixa dos credores, que abrange o movimento líquido de captação e pagamento de **passivos de financiamentos** (empréstimos, financiamentos, *leasing*, **debêntures** e outras contas do passivo que geram o pagamento de juros) e o movimento financeiro líquido da relação com os acionistas no Patrimônio Líquido (aumento ou redução de capital social e pagamento de dividendos).

Como consequência da aplicação do **método das partidas dobradas**, o postulado da DFC é que a igualdade a seguir seja sempre observada:

Caixa das Atividades Operacionais Caixa das Atividades de Investimentos Caixa das Atividades de Financiamentos

\_\_\_\_\_

#### Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes

Em outras palavras, a variação do caixa da empresa é explicada pelo que ela levantou de recurso na sua operação, menos o que destinou para gastos estratégicos e o valor líquido que se financiou.

# 3.4. Mutação do Patrimônio Líquido (MPL)

O patrimônio líquido é a prestação de contas direta para o acionista.

No Balanço Patrimonial, encontramos tudo que a empresa tem — o ativo — e tudo que ela deve a terceiros — o **passivo exigível**, composto pelo circulante e o não circulante. A diferença dos saldos entre esses dois lados monta exatamente o saldo do patrimônio líquido. Como este subgrupo representa o total de todos os direitos a receber dos acionistas, nada mais justo que seja feita uma prestação de contas para

esses *stakeholders*. Afinal, sem eles não existiria o negócio; foi deles que vieram os recursos para que a empresa fosse criada.

Como já vimos, mas vale a pena repetir, o patrimônio líquido é formado por três grupos de contas, a saber:

#### Capital Social:

Registra o total dos investimentos diretos que os sócios fizeram na empresa e, em troca, eles recebem cotas ou ações que representam a fração que cada um tem na sociedade. O capital pode ser aumentado por novos aportes dos acionistas ou por incorporação de **Reservas** ou **Lucros Acumulados**.

#### • Reservas:

Registram apropriações de lucros não distribuídos pela empresa (reservas de lucros), bem como mais-valia na emissão de novas ações (reservas de capital). No primeiro caso, seria uma forma de evitar que o dinheiro saia da companhia, preservando seu caixa. No segundo, uma contingência pela eventual formação de ágio na emissão de novas ações. Elas têm destinações específicas, definidas pela Lei 6.404/76, tais como, absorção de prejuízos acumulados ou incorporação ao capital social.

# • Lucros ou Prejuízos Acumulados:

Durante o exercício social, enquanto a empresa acumula receitas e despesas no ano, ela pode fechar um saldo de lucro ou prejuízo. Este grupo registra uma conta transitória no ano que pode ser este saldo do resultado do exercício social. Ao final do ano, nos termos da lei nº 6.404/76, a empresa deve definir o que fazer com o lucro do ano, o qual pode ser segmentado por até três destinos diferentes: (i) a distribuição de dividendos aos acionistas, (ii) a constituição de Reservas e (iii) a transferência para aumento de capital social.

A MPL tem por objetivo demonstrar a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido, em um período contábil ou exercício social. Ela veio a substituir a Mutação de Lucros ou Prejuízos Acumulados, que se restringia a demonstrar o que acontecia apenas com uma das contas daquele subgrupo do passivo.

Para fins de análise, as informações contidas na Mutação do Patrimônio Líquido estão presentes também em nota explicativa sobre o Capital Social, o que pode ser checado e detalhado no confronto desta demonstração financeira com o reportado na nota: composição dos acionistas, total de ações que compõem o capital, política de dividendos e até mesmo os valores transferidos para reservas (retenção de lucros).

#### 3.5. Outros Relatórios

A lei nº 6.404/76 regula vários aspectos contábeis e societários relativos às sociedades anônimas, abertas e fechadas. A lei nº 11.638/2007 equiparou várias demandas de reporte e auditoria externa para as sociedades limitadas de grande porte, o que antes era restrito às anônimas. Entende-se aqui que sociedade limitada de grande porte é a empresa que tem faturamento bruto anual de R\$ 300 milhões ou ativo, no total de R\$ 240 milhões. Com isso, ampliou-se o número de empresas que têm a obrigação de legal de prestar contas à sociedade civil, pela publicação de relatórios financeiros.

As únicas especificações à legislação acima, como vimos anteriormente, são os seguintes casos:

- Por normas da CVM, as empresas abertas também devem fazer a divulgação de seus relatórios trimestrais;
- As instituições financeiras, por norma do BCB, e seguradoras, por norma da SUSEP, devem divulgar seus relatórios semestrais;
- Por analogia, as instituições financeiras e seguradoras que também tenham ações em bolsa de valores devem divulgar seus relatórios trimestrais.

A divulgação desses relatórios é feita no *site* da própria empresa e em jornal de grande circulação. No caso de empresas com ações em bolsa de valores, os relatórios ficam na seção de Relação com Investidores (R.I.), uma área da empresa dedicada a atender às demandas de *stakeholders* externos.

Os relatórios que essas empresas precisam divulgar são:

- As demonstrações financeiras:
  - ✓ BP, DRE, DFC e MPL;
  - ✓ Demonstração do Valor Agregado.
- Notas explicativas (NE) às demonstrações financeiras;
- O parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração (RA).

Além desses, as sociedades anônimas abertas e as instituições financeiras e seguradoras ainda precisam divulgar:

- Parecer do Conselho Fiscal (anual, semestral ou trimestralmente);
- Fatos relevantes de interesse dos *stakeholders* (sempre que houver);
- Atas das Assembleias Gerais Ordinária (AGO) e Extraordinária (AGE) (sempre que houver).

Dentro do escopo da proposta desta obra, podemos destacar o Parecer da Auditoria Externa, as Notas Explicativas (NE) e o Relatório da Administração (RA)

O parecer de auditoria, visto no tópico **1.7**, é uma certificação técnica externa de que as demonstrações financeiras seguem adequadamente os princípios da contabilidade e de maneira uniforme. É sempre bom olhar o parecer, abstraindo toda a tecnicidade reportada, e atendo-se ao fato de que o parecer é "limpo", ou seja, de que não existem pontos ressalvados na revisão de auditoria.

As primeiras notas explicativas cumprem o papel de descrever o contexto operacional e o campo de atuação da empresa, bem como detalhar os principais procedimentos contábeis por ela adotados. Após tais procedimentos, segue compondo os saldos contábeis apresentados no Balanço e na Demonstração do Resultado, nessa ordem. Trata-se de uma boa fonte de informações, que permite compreender a composição dos saldos contábeis (contas a receber, estoques,

imobilizado, empréstimos e financiamentos etc.) e como estes saldos foram movimentados ao longo dos dois últimos anos.

As notas explicativas são igualmente importantes para o analista. As relevantes são:

#### Contexto operacional:

Explica as principais atividades comerciais da empresa, seu campo de atuação e dá outros detalhes da organização, como empresas que formam grupo, se exportam ou importam produtos e serviços, além de dar outras informações relevantes.

## • Principais práticas contábeis:

Costuma ser a nota explicativa mais extensa, uma vez que perpassa por cada conta do BP e da DRE, explicando os princípios adotados para contabilização. Normalmente, é a explicitação de aspectos muito técnicos sobre contabilidade. Todavia, pode ser interessante explorar o conteúdo dos textos que falam sobre os diferentes riscos que a empresa está exposta. Na hipótese de haver algo relevante que possa evidenciar potencial exposição do negócio, é possível que o parecer de auditoria também explicite algo. Convém confrontar os dois textos.

#### Contas a Receber:

Uma das preocupações é tentar identificar o total de provisões para crédito de liquidação duvidosa ou de devedores duvidosos e a relação percentual com o total de contas a receber de clientes. Isso ajuda a estimar o nível de potencial inadimplência que a empresa está carregando em suas vendas a prazo.

## • Estoques:

Entender a composição dos estoques, identificando o percentual que cobre os produtos prontos para venda e se existe alguma provisão de saldo elevado para perdas no estoque, por algum risco de ser perecível para consumo ou tecnologicamente.

#### • Imobilizado:

Identificar a relação percentual de depreciação acumulada de cada conta em relação ao total do custo do imobilizado ao qual se refere. Dessa forma, consegue-se observar se existe um volume elevado de imobilizações velhas, o que pode significar perda de eficiência ou elevado custo de manutenção, dependendo do ativo. Especial atenção para itens que remetam à tecnologia e a equipamentos e máquinas de fábrica. Além disso, permite ver quais as principais aquisições do período.

## Intangível:

Serve para identificar em quais intangíveis a empresa vem investindo, como **pesquisa e desenvolvimento (P&D)** de novos produtos ou registro de novas **marcas e patentes**, o que sinaliza inovação, ou em grandes empreendimentos de reorganização ou reestruturação dos negócios, o que pode gerar adequação do nível de despesas e custos. Em ambos os casos, esses investimentos levam normalmente ao aumento do lucro futuro.

## • Empréstimos e Financiamentos:

Lista todas as linhas de crédito em aberto, saldo, taxas de juros e vencimento. Ajuda a analisar o nível e o perfil da **dívida bruta** da organização.

#### • Debêntures:

A debênture é um título de dívida emitido pela própria empresa, por meio do qual são obtidos empréstimos diretos com o público, fora da rede bancária, com juros mais baixos e prazo e condições de pagamento mais flexíveis. Deve ser analisado como integrante da dívida pública, em conjunto com a NE anterior.

# • Capital Social:

Fornece a composição dos principais acionistas, do *free float* (total de ações que são negociadas na bolsa de valores), quantas ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) compõem o capital, se houve ou não aumento ou redução de capital e os proventos pagos aos acionistas, ou seja, juros sobre o capital próprio (JCP) ou dividendos.

As informações contidas nesta NE podem ser cruzadas com a Mutação do Patrimônio Líquido.

#### • As contas de resultado:

As NE sobre as contas de resultado — receita, custos e despesas — suprem a composição do saldo, facilitando compreender o que impactou cada conta no período — ou mesmo identificando variações significativas em relação ao período anterior. Elevação de custos e despesas desproporcionais ao aumento das vendas pode significar perda de controle sobre os gastos da empresa ou operações pontuais que geraram estas perdas. Despesas financeiras elevadas podem significar dívidas brutas elevadas, gerando o pagamento de muitos juros, especialmente se o seu total representar um percentual muito alto em relação ao lucro antes dos juros (LAJIR).

O Relatório da Administração (RA) é uma fonte inesgotável de dados e informações sobre a empresa, o negócio e o cumprimento de responsabilidades socioambientais e de **governança corporativa**. As práticas de governança de uma empresa tornaram-se um tópico de especial atenção do mercado, pois revela como a sociedade lida com seus **compliances**, seu compromisso com a transparência das decisões da alta diretoria, bem como a preocupação com que a empresa dedica à acurácia dos relatórios financeiros.

Desprezar esse relatório pode significar deixar de observar fatos importantes sobre o desempenho da organização. A composição do RA varia de empresa para empresa, mas, na essência, os principais aspectos que devemos buscar são Perfil da organização, **Estratégia de investimentos**, Panorama do resultado e Perspectivas do mercado e cenários. Cada um desses itens será detalhado a seguir.

# • Perfil da organização:

Como se forma o grupo empresarial, o campo de atuação das empresas, a identificação das sinergias entre elas, se exportam ou não e se vêm crescendo organicamente.

## • Estratégia de investimentos:

Como a empresa vem investindo e formou o seu **crescimento orgânico** nos últimos anos. Pode-se tentar cruzar os dados dos investimentos com valores de "atividades de investimento", na Demonstração do Fluxo de Caixa. Se a alocação desses recursos for eficiente, é natural observar, nos anos seguintes, um aumento das receitas de vendas, do EBITDA e, se os juros dos empréstimos não forem maiores, uma elevação do lucro líquido. Tende a mapear o tipo de investimento que a empresa fez, consultando as adições nas notas explicativas sobre Investimentos (aumento de capital em empresas investidas), Imobilizado (terrenos, imóveis, equipamentos de fábrica, tecnologia etc.) e Intangível (pesquisa e desenvolvimento, novas patentes etc.). Isso tudo denota esforço para aumento das vendas e lucros no futuro.

#### Panorama do resultado:

Nesse aspecto, verifica-se se os saldos contábeis e financeiros vêm evoluindo em linha com valores compatíveis com alguma referência de mercado, como a inflação, crescimento do **Produto Interno Bruto** (PIB), nacional ou do setor econômico – ou mesmo com o crescimento das vendas da própria empresa ou do setor.

# • Perspectivas do mercado e cenários:

Na opinião da empresa, como foi o desempenho pregresso e quais as perspectivas para o futuro. Se existem informações sobre a concorrência ou o *market share* (fatia de mercado de produtos e serviços ou da empresa), se ela é líder de algum setor ou segmento.

A pesquisa pode ser complementada com a leitura no *site* da empresa de notícias veiculadas na imprensa ou os fatos relevantes reportados, ou mesmo uma pesquisa na internet sobre notícias acerca da empresa, seus concorrentes ou do mercado.

# 3.6. Tipos de Demonstrações Financeiras

Existem dois tipos de Demonstrações Financeiras (DF): as da "controladora" (ou *holding*), denominadas pela CVM como "individual", e as do "consolidado" (ou do grupo econômico). Normalmente, essa diferenciação é feita pela CVM para as empresas com ações em bolsa de valores, mas há grupos econômicos fechados que também podem apresentar suas DF consolidadas.

As DF **individuais** ou da **controladora** referem-se à empresa que comanda um grupo econômico, ou seja, possui participação em outras empresas. Como essas participações são permanentes, são classificadas na empresa *holding* como ativo não circulante, no subgrupo de investimentos.

Essas participações são estratégicas e é fácil notar que os resultados da empresa controladora também dependem do desempenho dessas empresas investidas. Logo, adota-se um procedimento contábil na empresa controladora de apurar o resultado da equivalência patrimonial (REP). O REP consiste em manter o saldo de cada investimento, no ativo, sempre equivalente ao saldo do respectivo patrimônio líquido da investida, na proporção de que ela detém de seu capital social. As variações mensais ou anuais do saldo do investimento implicam a contabilização de um efeito na DRE, em conta de REP. Esta conta pode ser uma receita ou despesa, dependendo do resultado daquele efeito.

As DF do consolidado é uma DF *pro forma*, ou seja, apenas para fins de apresentação, uma vez que não existe um único CNPJ vinculado a essas DF. Trata-se de uma soma das DF de todas as empresas do grupo econômico, como se fosse uma única entidade. A finalidade desse tipo de DF é entender como foi o desempenho econômico do grupo empresarial.

# 3.7. Exercícios para Reflexão

- a) Quais as demonstrações financeiras principais e por que elas são conceituais dessa forma?
- **b)** Qual a necessidade e importância de haver demonstrações financeiras complementares?
- c) Onde podemos buscar dados e informações acerca de detalhes de saldos contábeis expostos nas demonstrações financeiras?
- d) Entre no *site* de "relação com investidores" das Lojas Americanas, procure o relatório do último ano em que esteja disponível "4º trimestre / Anual" e baixe o arquivo em PDF das "Demonstrações Financeiras Anuais Completas" e identifique:
  - ✓ As demonstrações financeiras: BP, DRE, DFC e MPL;
  - ✓ O Relatório da Administração;
  - ✓ As notas Explicativas;
  - ✓ O parecer dos auditores independentes.
- e) Faça uma leitura diagonal do conteúdo desses relatórios.

# 4. OS PROCEDIMENTOS PARA CONTABILIZAÇÃO

Um dos objetivos da contabilidade é registrar todas as operações (fato administrativo) que afetam o patrimônio (bens, direitos e obrigações) de uma empresa. Esses registros são feitos por meio de lançamentos contábeis, que obedecem ao método das partidas dobradas.

#### 4.1. O Método das Partidas Dobradas

Partidas dobradas é uma coisa complicada, mas vem garantindo o emprego de contadores há mais de cinco séculos. Logo, funciona!

De uma forma bem simples, podemos explicar que o método consiste em dizer que tudo de uma relação de causalidade, ou seja, se algo aconteceu com uma ponta do patrimônio, é porque tem outra ponta acontecendo para compensar. Releia este parágrafo.

Exemplo bem simples. A empresa ainda não existe. Você precisa dar uma grana que é sua para que ela possa começar a funcionar. Essa grana vai ser transferida de propriedade: vai deixar de ser sua e vai para a propriedade (o patrimônio!) da empresa. Assim, você está constituindo o capital inicial da empresa (capital social). Em troca, a empresa vai te dar ações dela.

Como se contabiliza essa operação?

A empresa precisa dizer que emitiu as ações (capital social) para o seu acionista e, em troca, recebeu dinheiro dele (caixa). Dessa forma, o capital social foi constituído em troca de caixa. A causa de existir agora uma grana na empresa é ela ter assumido uma dívida com o seu acionista, materializada pelas ações em poder dele.

Por que o capital social é uma obrigação?

Porque ele fica no passivo. Sim. Mas não é só isso. Se é uma obrigação da empresa, é porque é um direito que alguém tem contra essa empresa. Todavia, por força da legislação, existe o princípio societário da não exigibilidade do patrimônio líquido, ou seja, o sócio não pode reaver a sua parte do capital social no momento em que desejar. Além de inviabilizar, na maioria das vezes, a continuidade do próprio negócio, gera efeitos econômicos, como deixar de prestar um serviço à sociedade ou manter empregos. Por isso, é mais comum um sócio insatisfeito por manter-se ligado ao capital da empresa geralmente vender a sua parte para terceiros.

O método das partidas dobradas, então, justifica esse lançamento contábil:

```
Caixa (+ entrada de dinheiro na empresa)
Capital Social (- obrigação assumida junto ao sócio)
```

Todos os lançamentos contábeis geram, pelo menos, duas "pernas", ou seja, o efeito sobre duas ou mais pontas do patrimônio.

Quer mais um exemplo com três pontas?

A empresa compra mercadorias junto ao fornecedor e negocia pagar metade à vista e metade para pagamento em 40 dias. Logo, vão entrar mercadorias (Estoque) pelo valor total da nota fiscal do fornecedor e, em troca, a empresa perdeu grana (Caixa) em 50% do valor dos produtos e assumiu uma dívida (Fornecedores), os outros 50%. O lançamento fica assim:

```
Estoques (+ 100% do valor negociado)
Caixa (- 50% do valor negociado)
Fornecedores (- 50% do valor negociado)
```

Tecnicamente, os lançamentos contábeis requerem o uso de débitos e créditos, em livros oficiais: o Diário Geral e o Razão Geral. Como não é o

nosso objetivo aqui formar contadores, mas investidores interessados em entender minimamente como a Contabilidade funciona, vamos explicar esses lançamentos contábeis de outra forma.

No **Anexo B**, elencaremos diferentes fatos administrativos, seguidos de uma rápida explicação sobre os fundamentos que levam à definição do lançamento contábil em si e, em seguida, analisaremos como este impacta as demonstrações financeiras (DF).

## 4.2. Exercícios para Reflexão

O lançamento contábil é o meio pelo qual se faz o registro de cada fato administrativo. Nesse contexto, responda:

- a) O que é fato administrativo?
- **b)** O que é patrimônio e como ele se divide?
- c) Quais os dois grupos de contas contábeis que existem e como elas se relacionam com as demonstrações financeiras?
- **d)** Qual o método aplicado nos lançamentos contábeis e em que ele consiste?

# PARTE II A ANÁLISE CONTÁBIL

## 5. O QUE ANALISAR NO BALANÇO PATRIMONIAL

O BP apresenta o saldo das contas de bens, direitos e obrigações, em uma determinada data. Por isso, vamos fazer a analogia com uma fotografia: é o que é, naquele momento. É como se você, agora, levantasse quanto tem no seu bolso, na sua conta corrente, em aplicações financeiras, em veículos, em compras na dispensa e na geladeira, quanto deve de luz, gás, celular etc. Se pudesse fazer esse levantamento, você apuraria quanto tem de bens, direitos e obrigações a pagar a terceiros. A eventual diferença seria o seu patrimônio líquido: quanto você possui agora, já descontadas as dívidas com outras entidades.

Sugere-se fazer uma leitura do BP em conjunto com as observações levantadas nos tópicos **3.1** e **3.5**, do capítulo **3**. Releia esses textos, antes de avançar.

Fará toda a diferença, se você começar a ler o BP entendendo que o passivo é a fonte dos recursos e o ativo, o destino desses recursos. A igualdade entre ativo e passivo justifica-se nessa premissa: tudo que a empresa precisa investir se refere ao ativo; já a necessidade de uma fonte de financiamento diz respeito ao passivo. Logo, a empresa financia seus estoques com fornecedores; contrai um financiamento para a compra de novas máquinas e tecnologias para o seu imobilizado; angaria fundos junto aos acionistas (Capital Social) para financiar uma nova fábrica e formar capital de giro.

#### 5.1. No Ativo

O ativo deve ser registrado pelo custo de aquisição ou formação, não comportando acréscimos patrimoniais quando o valor de mercado sobrepujar aquele que já está contabilizado. Assim acontece com estoques, equipamentos, veículos ou imóveis. Pelo contrário, o conservadorismo versa que, se houver algum risco de perda, é

recomendável o registro de uma provisão. Exemplos de provisão que podem registrar quando há uma perda potencial e de difícil recuperação:

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ou provisão para devedores duvidosos) por vendas a prazo para clientes – redução do Contas a Receber, no ativo circulante;
- Provisão para perda de estoque, por deterioração tecnológica, por moda ou por prazo de consumo, evaporação ou decantação – redução do Estoque, no ativo circulante;
- Depreciação do imobilizado, pelo desgaste no uso;
- Amortização do intangível, por alocação ao custo ou despesa do valor que compôs esse ativo;
- Ajuste de *impairment* de ativo imobilizado, quando o efeito futuro de caixa de algum ativo for inferior ao seu valor escriturado.

A constituição de provisões reduz o lucro (aumentam as despesas e os custos) e reduzem o ativo. Por outro lado, a constituição de ativo é feita com vistas ao aumento das receitas no futuro.

No que tange à análise dos saldos do ativo, de sua composição ou mesmo da variação de saldos de suas contas, alguns aspectos importantes devem ser verificados no ativo, tais como:

- De uma forma geral, a variação das vendas (receita bruta ou líquida) dita uma variação próxima dos saldos das contas de Fornecedores, Estoques e Contas a Receber, para o mesmo período, logo, uma variação desproporcional entre esses saldos pode identificar o exercício de alguma estratégia específica:
  - ✓ O aumento percentual maior dessas contas do que da receita de vendas pode indicar que a empresa está concedendo um prazo maior para seus clientes (Contas a Receber), para pagamentos (a Fornecedores) ou de alocação de recursos em mercadorias (Estoques);
  - ✓ De maneira análoga, uma expansão maior dessas contas em função das receitas pode significar o encurtamento de prazos.

- A existência de excedente de ativo circulante sobre o passivo circulante é sempre desejável pelos credores da empresa, posto que haveria um excesso de liquidez para honrar as contas do dia-a-dia, reduzindo o risco de inadimplência;
- Um aumento no saldo do ativo imobilizado e do intangível sinaliza que a empresa se preocupa em investir na renovação de sua tecnologia, no seu crescimento orgânico etc.

O ativo guarda em si o potencial de gerar **lucratividade** futura. Por isso, é bom observar a formação de capital de giro e os investimentos estratégicos que a empresa faz.

#### 5.2. No Passivo

O passivo é trabalhado para reconhecer todas as obrigações da empresa, segregadas por dívidas com terceiros (passivo circulante e não circulante) e menos exigidas para com seus sócios (patrimônio líquido). Os procedimentos são dominados pelo conservadorismo: obrigações contratadas e despesas incorridas e não pagas. As provisões mais comuns no passivo são:

- Provisão para garantia de produtos e serviços;
- Provisões para litígios trabalhistas e tributários;
- Provisão para riscos contratuais.

A constituição de provisões passivas reduz o resultado (pela contabilização de custo ou despesa) e aumenta as dívidas da empresa.

É relevante observar no passivo a posição e a evolução do **endividamento** da empresa com terceiros, de duas formas:

Se o total das dívidas com terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) é ao menos 20% maior do que o capital próprio (patrimônio líquido), o que sinalizaria que a empresa depende muito do capital de terceiros;

 A análise anterior ficaria menos confortável se mais da metade dessa dívida com terceiros viesse apenas de passivos de financiamentos (dívida bruta), pois a contabilização dos juros (por partidas dobradas) implicaria o aumento dessa dívida e redução do lucro, via despesas financeiras.

Não existe pecado algum em ter dívidas. Na prática, nenhuma empresa cresce sem que, em algum momento, alavanque seus investimentos por uso de financiamentos. O problema é que, ao analisarmos o endividamento de uma empresa, devemos observar se ela está sofrendo um aumento tão elevado das despesas financeiras que possa comprometer o seu lucro ou se a dívida vai ficar num patamar impagável, a ponto de levar a organização a dificuldades financeiras, de modo a reduzir sua capacidade de investimento — portanto, de gerar novas receitas — e até aumentando o risco de falência.

#### 5.3. Saldos Financeiros

Uma coisa é o mundo técnico da Contabilidade, no qual as expressões e os termos devem ser mencionados e trabalhados sempre circunscritos à formação da ciência. Outro estágio é o planeta das Finanças, que também se baseia nas demandas e entregas da Contabilidade, mas usam termos e expressões mais abrangentes e nem sempre tão próximas da tecnicidade contábil. Chame isso de vício, tradição ou meramente erro, mas o fato é que precisamos navegar pelos sete mares. Afinal, a nossa proposta é formar leitores da informação contábil para decisão sobre investimentos.

Nesse contexto, surgem termos próprios ou jargões que tomam conta das práticas empresariais e se estendem ao universo dos investimentos, dos analistas de mercado e dos negócios. Então, veremos neste capítulo alguns destes colóquios que são essenciais para a exploração da interpretação analítica do Balanço Patrimonial. Os saldos financeiros do BP são apurados a partir de extrações criteriosas

dos saldos contábeis do ativo e de passivo e servem para agrupar conceitos econômicos semelhantes. São eles:

## a) Disponibilidades (D):

Disponibilidades ou Disponível é o total de dinheiro em mãos da empresa para uso imediato. Ele pode ser interpretado como o saldo de Caixa e Equivalentes. Quanto maior o endividamento da empresa, em especial as dívidas brutas (ou passivos financeiros), maior deve ser o saldo das disponibilidades para sinalizar ao mercado liquidez, ou seja, capacidade da empresa de honrar seus compromissos:

D = Caixa e Equivalentes + Bancos + Aplicações Financeiras

## b) Capital de Giro (CG):

É o volume de recursos disponibilizado no Ativo Circulante para fazer frente às necessidades operacionais de vendas. Esses recursos precisam ser maiores do que os passivos funcionais que estão no passivo circulante, indicando capacidade da liquidez da empresa:

CG = D + Contas a Receber + Estoques + Créditos Tributários

Esses créditos tributários referem-se a eventuais créditos de tributos incidentes sobre as vendas, como ICMS, IPI, PIS e COFINS.

# c) Capital de Giro Líquido (CGL):

É desejável que a empresa sempre conduza seus negócios com um excesso de ativo circulante sobre o passivo circulante, indicando potencial de liquidez:

CGL = Ativo Circulante – Passivo Circulante

# d) Ativo Permanente (AP):

Também conhecido como ativo fixo, é o conjunto dos subgrupos do ativo não circulante que a empresa não tem a intenção de se desfazer: ela quer trabalhar por vários anos, visando gerar suas receitas futuras. São os ativos estratégicos, a verdadeira riqueza da empresa:

AP = Investimentos + Imobilizado + Intangível

A verdadeira riqueza de uma empresa está no ativo permanente.

### e) Resultado de Equivalência Patrimonial (REP):

No subgrupo de investimentos, podem-se encontrar algumas empresas com participação em **empresa ligada** ou **empresa investida**. Neste caso, a empresa investidora deve fazer a equivalência patrimonial de seus investimentos, ou seja, o saldo contábil do investimento deve ser igual à proporção que ela tem do capital social multiplicado pelo patrimônio líquido da investida. Em cada período contábil, as variações desses investimentos refletem um ajuste na conta de resultado de REP, provocando uma receita não tributada ou uma despesa não dedutível:

REP = Ver na DRE (pode ser receita ou despesa)

# f) Depreciações e Amortizações (DA):

Depreciações são desgastes pelo uso de bens tangíveis do ativo imobilizado, que são reconhecidos pela competência do exercício, baseado no conservadorismo. As amortizações são alocações feitas ao resultado, por redução do ativo intangível. As e depreciações amortizações são registros estatísticos, representando um custo ou despesa na DRE que não gera pagamento, ou seja, não tem efeito de caixa. Como esses valores podem ser registrados como despesa ou custo, embora sejam valores lançados na DRE, é mais fácil levantar seus totais de duas formas: consultando as notas explicativas de "imobilizado" e "intangível" ou, mais facilmente, consultando os ajustes ao Lucro Líquido, na DFC:

DA = Depreciações + Amortizações

# g) Gastos de Capital (GC):

Os gastos de capital são uma das informações mais relevantes do ativo. Se o **ativo permanente** é o ativo trabalhado para a

formação futura de resultados da empresa, os gastos de capital são os investimentos estratégicos do negócio. Uma indústria de capital intensive demanda muito mais gastos de capital do que uma seguradora, que é uma *asset light*. O importante de se calcular esse valor é averiguar se fez investimentos dessa natureza, dos quais se espera um aumento da lucratividade do negócio, no futuro. Os gastos de capital são apurados pela variação de saldo do ativo permanente (saldo final - saldo inicial) e volta com aqueles efeitos que afetaram o seu saldo contábil, mas não geram efeito-caixa, como depreciações e amortizações (DA) e resultado de equivalência patrimonial (REP):

$$GC = \Delta AP + DA \pm REP$$

Outra forma de apurar o total de gastos de capital é pela DFC, pelo total do grupo de "Atividades de Investimento", tecnicamente mais preciso. Mas é bem comum a diferença entre essas duas formas de apuração: se houver, prefira o valor levantado pela DFC: GC = Total das Atividades de Investimentos

### h) Passivo Exigível (PE):

É o total das obrigações devidas junto a terceiros, não importando o prazo de vencimento. Quanto maior esse saldo, mais dependente a empresa está do capital de terceiros:

PE = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

# i) Passivos de Financiamentos (PFi) ou Dívida Bruta (DB):

É a parte do passivo exigível que gera o pagamento de juros, ou seja, despesa financeira. Qualquer conta do passivo que, naturalmente, com o tempo, gere o acúmulo de juros, é um **passivo financeiro** ou dívida bruta:

PFi = Empréstimos + Financiamentos + Debêntures + Leasing

A **dívida líquida** (DL) surge quando se subtrai da dívida bruta o saldo das disponibilidades:

DL = PFi - D

Este saldo é importante para análise da dependência da empresa do capital financeiro ou das dívidas onerosas. Quanto maior, mais alavancada financeiramente a empresa está. Se, por um lado, pode ajudar no aumento da lucratividade futura, por outro, a empresa gera muita despesa financeira, consumindo boa parte de seus lucros e isso a expõe ao risco de falência.

### j) Passivos de Funcionamento (PFu):

É a parte do passivo exigível que não está exposto a juros, ou seja, tem característica mais operacional, voltado para o ciclo das vendas, como as contas de Fornecedores, Tributos e Encargos Sociais a Pagar, Dividendos e Outros Débitos, tanto do curto (PC), quanto do longo prazo (PNC):

PFu = PE - PFi

### k) Capital Próprio (CP):

É o total de recursos dos sócios deixados na empresa, ou seja, o capital social e todos os lucros não distribuídos e, por isso, é dado por:

CP = PL.

# 5.4. Alavancagem Financeira

Se o passivo é por onde entra o dinheiro (origem) e o ativo é para onde ele vai (destino ou aplicação), existem apenas duas formas de uma empresa levantar recursos financeiros: com capital de terceiros, em especial, contraindo passivos de financiamentos, ou com recursos próprios, ou seja, capital dos sócios.

A menos que seja um empreendimento novo, não se pode contar constantemente com aporte dos acionistas, uma vez que infringiria dois princípios básicos de investimento: (i) retorno ao acionista, pois o excesso de afluxos do acionista para a empresa não permitiria que ele auferisse o retorno desejado de seu investimento; (ii) concentração de risco: quanto maior o capital aportado pelo acionista, menor seu aporte

em outras alternativas de investimento e maior sua concentração de retorno esperado em um único empreendimento.

Então, para a empresa crescer, ela deveria contar com o caixa gerado pelo próprio lucro ou por financiamentos. Afinal, novos recursos vindos do acionista seriam cada vez mais escassos. Mesmo para uma empresa que abre o seu capital na bolsa de valores, ela não poderia fazer esse procedimento com tanta frequência.

A **alavancagem financeira** é o processo pelo qual uma empresa opta por aumentar sua dívida bruta, via captação de passivos de financiamento, para acelerar seu crescimento.

O exemplo a seguir ilustra bem o papel da alavancagem financeira.

Uma empresa é aberta com R\$ 1 milhão de Capital Social, mantendo uma única unidade comercial. Sua capacidade de lucro e caixa (supondo, hipoteticamente, que lucro líquido seja igual à geração de caixa) é de R\$ 200 mil por ano, ou seja, um retorno de 20% sobre o capital do acionista.

Se a empresa optar por não pegar capital com acionista ou emprestado, ela vai conseguir recursos para abrir um novo restaurante em cinco anos (R\$ 200 mil por ano x 5 anos = R\$ 1 milhão, o suficiente para uma nova unidade comercial).

Porém, se, em sua estratégia, a empresa não deseja esperar cinco anos para abrir uma nova filial, ela pode optar por injetar mais R\$ 1 milhão em novos recursos, direcionando para abrir novo restaurante. Desse modo, em um ano, a empresa toda vai gerar R\$ 400 mil de caixa a cada ano. É fácil perceber que, neste caso, o acionista terá retorno de 20% ao ano sobre o seu investimento (R\$ 200 mil / R\$ 1 milhão) e teria que esperar mais cinco anos para começar a receber mais dinheiro.

O problema é: quem vai financiar essa nova filial? Então, vamos trabalhar com duas simulações. A simulação 1 considera que os sócios

atuais investirão mais R\$ 1 milhão no Capital Social (capital próprio); a <u>simulação 2</u> considera que a empresa buscará empréstimos no valor de R\$ 1 milhão, a juros de 5% ao ano (R\$ 50 mil de juros).

### Simulação 1: Aumento de capital social, por R\$ 1 milhão.

A empresa imediatamente abre a sua nova filial e, no ano seguinte, faz uma geração de caixa de R\$ 400 mil, sendo R\$ 200 mil de cada unidade. Do ponto de vista do acionista, antes ele ganhava 20% ao ano (R\$ 200 mil / R\$ 1 milhão) sobre o que investiu e, agora, após o novo aporte, ele continuará ganhando 20% ao ano (R\$ 400 mil / R\$ 2 milhões). Conclusão: ele está tendo o mesmo retorno, apostando o dobro do capital, dobrando seu risco em uma única empresa, quando poderia, com o mesmo capital, abrir um segundo empreendimento.

### Simulação 2: Captação de R\$ 1 milhão em empréstimos.

A empresa levanta um empréstimo de R\$ 1 milhão, a juros de 5% ao ano, e abre a segunda unidade. No final desse ano, terá um lucro de R\$ 350 mil, resultado de R\$ 200 mil de caixa gerado por cada um dos dois restaurantes, menos R\$ 50 mil de juros pelo empréstimo. O curioso é que, desta vez, o sócio nada aportou, deixando o seu capital original de R\$ 1 milhão no empreendimento. Conclusão: ele passará a ter um retorno de 35% ao ano (R\$ 350 mil / R\$ 1 milhão).

Então, ao optar pela alavancagem financeira, a empresa acelerou o seu processo de crescimento e aumentou o retorno ao acionista. O acionista em si não ficou exposto a mais risco do que tinha: sua perda máxima continuará sendo de R\$ 1 milhão. Por outro lado, ao pegar empréstimo, a empresa incorre em juros, o que aumenta seu risco de falência. Afinal, e se o novo restaurante não mantiver os mesmos resultados obtidos pela primeira unidade?

Logo, se, por um lado, a alavancagem financeira favorece a expansão orgânica da empresa e aumenta o retorno ao acionista, se tudo der certo, por outro, ela aumenta seu risco global. Por isso, os bancos, fornecedores e outros credores costumam impor limitações de crédito

a empresas já endividadas: os juros são maiores, os volumes de compra são menores, os prazos para pagamento não são tão elevados etc.

Uma ação que a empresa pode tomar para minimizar algum problema na sua análise de crédito, pelos credores, é aumentar os recursos em caixa (disponibilidades), sinalizando que tem recursos para honrar seus compromissos.

# 5.5. Exercícios para Reflexão

- a) Quais os princípios contábeis que regem a escrituração de valores no ativo?
- **b)** Quais os princípios contábeis que afetam a contabilização do passivo?
- c) Se o passivo de financiamento (PFi) representa mais de 50% do total do ativo, a empresa depende mais de capital próprio ou de capital de terceiros?

# 6. O QUE ANALISAR NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A DRE é um filme, por acumular toda a história de formação do lucro líquido da empresa, em um período contábil analisado. Assim é o comportamento das contas de resultado: as receitas, os custos e as despesas.

As contas de DRE são mais importantes de estudar, por serem a base da estrutura de rentabilidade e lucratividade do negócio, ou seja, uma forma de analisar o desempenho econômico da empresa. Essa análise pode ser feita de duas formas:

#### • Análise vertical:

Consiste em calcular o quanto de cada linha da DRE representa percentualmente (em geral, expresso em percentual com uma casa decimal) em relação à receita líquida de vendas. Ao montar uma DRE apenas com esses percentuais, obtém-se um perfil de como é formado o preço médio dos produtos ou serviços da empresa, viabilizando o estudo de suas margens:

✓ Margem bruta (MB):

Expressa quantos reais a empresa faz de lucro comercial para cada 100 reais de vendas líquidas:

MB = (Lucro Bruto / Receita Líquida) x 100

✓ Margem operacional (MO):

Quantifica quantos reais a empresa faz de lucro operacional para cada 100 reais de vendas líquidas:

MO = (Lucro antes dos Juros / Receita Líquida) x 100

✓ Margem líquida (ML):

Identifica quantos reais a empresa faz de lucro líquido para cada 100 reais de vendas líquidas:

ME = (Lucro Líquido / Receita Líquida) x 100

#### Análise horizontal:

Calcula a variação de saldos de um período contábil para o seguinte, permitindo ver se houve aumento das vendas, dos custos ou do nível de despesas operacionais, porém o mais interessante é fazer a

análise da variação das margens bruta, operacional e líquida. A análise horizontal é expressa em percentual com uma casa decimal:  $\Delta S_N = [(S_N / S_{N-1}) - 1] \times 100$ 

Sugere-se fazer uma leitura da DRE em conjunto com as observações levantadas nos tópicos **3.2** e **3.5**, do capítulo **3**. Releia esses textos, antes de avançar.

### 6.1. O que são Receitas e seus Princípios Contábeis

As receitas são acréscimos patrimoniais que geram aumento de ativo. Assim, são as receitas de vendas que provocam aumento de Contas a Receber e/ou de Caixa e Equivalentes, e as Receitas Financeiras que são os juros que remuneram as Aplicações Financeiras.

O princípio contábil que rege as receitas é o da realização da receita, que demanda três fatores para registro: (i) entrega do produto ou do serviço prestado, (ii) aceite pelo cliente do produto ou serviço recebido e (iii) acordo entre as partes quanto à forma de pagamento. No caso de vendas a prazo, para pagamento em parcelas, a receita precisa ser contabilizada de uma só vez, mesmo que não tenha sido recebida.

A análise da receita de vendas é importante, pois indica o quanto a empresa consegue operacionalmente faturar e conquistar seus clientes. A análise da evolução histórica das margens (bruta, operacional e líquida) permite perceber se a empresa está construindo valor (aumentando as margens) ou identificar fatores que podem fazer com que a empresa perca eficiência (aumento de custos e despesas ou redução de margens).

### 6.2. Qual a Diferença entre Custos e Despesas

Custo é o esforço de construção ou formação de um ativo, como estoques e imobilizados. Despesa é um gasto incorrido, acessório à

produção, porém necessário para a prática da atividade econômica. Os custos e despesas existem como esforço de obtenção da receita.

Quando um estoque é vendido, seu valor é baixado do ativo para o resultado, em conta de **Custo das Vendas**: dependendo se a empresa é comercial ou industrial, o nome da conta pode ser Custo dos Produtos Vendidos ou Custo das Mercadorias Vendidas, respectivamente.

De maneira análoga, se um imobilizado é vendido, seu valor sai do ativo e vai para resultado operacional, com Custo do Imobilizado Vendido.

No primeiro caso, o custo das vendas compõe o **Lucro Bruto** (lucro comercial). No último, o custo do imobilizado vendido está no grupo de despesas operacionais, depois do Lucro Bruto e antes do Lucro antes dos Juros.

As despesas operacionais reúnem um conjunto de despesas essenciais para o funcionamento do negócio, de gastos que não foram qualificados como custos, tais como despesas de pessoal, predial, administrativas e *marketing*.

O custo forma o ativo, respeitando o princípio contábil do custo como base do valor, ou seja, como custo de aquisição ou formação daquele **bem** ou direito. A despesa respeita os princípios da competência do exercício e o do conservadorismo. No que se refere ao primeiro princípio, exige-se sua contabilização no período contábil no qual incorre, mesmo que não tenha sido paga. No caso do conservadorismo, pelo qual sempre houve o potencial de uma perda, uma despesa deve ser contabilizada.

Custos e despesas devem ser analisados no contexto histórico, ou seja, pela análise horizontal, comparando sua evolução em períodos contábeis sucessivos. Um aumento de custo de vendas ou despesas operacionais no resultado só é justificável economicamente se a receita líquida aumentar em igual proporção ou superior. Do contrário

(despesas subindo proporcionalmente mais do que as receitas), a empresa perderá margens e comprometerá sua meta de criar valor.

#### 6.3. Saldos Financeiros

Como visto no tópico **5.3**, os saldos financeiros são agrupamentos de contas ou subtotais que permitem analisar algum viés financeiro ou econômico. Vejamos os principais para a DRE:

#### a) Faturamento

Faturamento é receita e pode ser bruta ou líquida. É a conta de maior saldo da DRE:

Faturamento bruto = Receita Bruta de Vendas

Faturamento líquido = Receita Líquida de Vendas

Na década de 1990, a CVM permitiu que as empresas fizessem a divulgação de sua DRE, iniciando pela receita líquida ao invés da receita bruta, recomendando que justificassem a composição da variação em notas explicativas. Por isso, a informação sobre a receita bruta não está na DRE.

### b) EBIT ou LAJIR

O lucro antes das despesas com juros e imposto de renda (LAJIR) – earnings before interest and taxes (EBIT) – é o lucro operacional da empresa. Ele é apurado a partir de outro saldo financeiro, o LAJIRDA (ou EBITDA), ajustado pelo total de depreciações e amortizações (DA):

EBIT = EBITDA - DA

O EBIT diverge do Lucro antes dos Juros que aparecem na DRE, por efeitos de caixa que compõem o saldo do EBITDA; mas, na maior parte dos casos, são diferenças de pouco valor, quase imateriais.

### c) EBITDA ou LAJIRDA

O EBITDA – ou LAJIRDA – talvez seja o indicador mais importante para uma boa análise econômica da empresa. O EBITDA reúne todas as contas operacionais da empresa, como receita líquida, custos das vendas e as despesas operacionais, ajudado pelas contas de resultado, que estão nesses grupos de contas, mas que não afetam o caixa, como depreciação e amortização (DA) e algum outro ajuste que não afete caixa ( $\Delta$ ). Grosso modo, podemos definir o EBITDA como sendo:

EBITDA = Lucro Bruto – Desp. Operacionais + DA +  $\Delta$ 

Dificilmente, um analista externo à organização consegue apurar com exatidão o EBITDA, pois requer conhecimento da atividade da empresa para identificar alguns ajustes ( $\Delta$ ). Por isso, a empresa trata de compor o saldo do seu EBTIDA e divulgar em Relatório da Administração e, menos frequentemente, em Nota Explicativa. O EBITDA deve ser analisado como o lucro da atividade econômica (justamente por representar o lucro bruto menos as despesas operacionais) ou a geração de caixa do negócio (justamente por ter como base o efeito de caixa do resultado operacional). O ideal é analisar o EBITDA em dois aspectos: o da margem de EBITDA (ME ou relação percentual com a receita líquida) e a evolução dessa margem ao longo dos períodos contábeis sucessivos. Quanto maior a margem, melhor economicamente para o negócio:

ME = (EBITDA / Receita Líquida) x 100

De todos, o EBITDA mede a geração de caixa do negócio e o EBIT do lucro operacional do período.

### 6.4. Alavancagem Operacional

A **alavancagem operacional** é a capacidade que a empresa tem de multiplicar o crescimento do seu lucro operacional pelo aumento das vendas.

Vamos partir do pressuposto que os custos das vendas são compostos, essencialmente, por custos variáveis na mesma proporção da receita. Se isso ocorre, quanto mais as receitas aumentam, mais a empresa precisa de custos para gerar essa receita. Logo, a tendência é haver um aumento de custos (ou variação) na mesma proporção da receita

líquida de vendas. Em outras palavras, é de se observar que, num contexto de vários períodos contábeis sucessíveis, a margem bruta não varie tão significativamente, ano após ano.

Por outro lado, quando estendemos a análise para o grupo de despesas operacionais (administrativas, gerais, vendas e outras), excluindo o resultado de equivalência patrimonial, é fácil perceber que, em sua maioria, ela tem o comportamento de ser fixa, ou seja, de pouco variar em função das vendas líquidas. Num contexto de vários períodos sucessivos, as despesas operacionais não podem evoluir na mesma proporção que a receita: devem variar menos.

Se essas premissas anteriores — custo de vendas como variáveis e despesas operacionais como fixas — forem verdadeiras, a empresa poderá entrar num ganho de escala: dividir os seus gastos fixos por um maior volume vendido. Com isso, dá-se o processo de alavancagem operacional, em que o lucro operacional, medido pelo EBIT, aumentará em um percentual maior do que o das vendas líquidas.

Vejamos o exemplo a seguir.

No "período 1", a empresa tem vendas líquidas de R\$ 100 milhões, custos de vendas de R\$ 60 milhões e despesas operacionais de R\$ 20 milhões, conforme demonstrado no **Quadro 5**.

Quadro 5 – Situação financeira no "período 1":

DRE (em R\$ milhões)	P.1	
Receita Líquida	100	
Custos das Vendas	(60)	
Lucro Bruto	40	
Desp. Operacionais	(20)	
EBIT	20	

Nessas condições, o lucro operacional – formado pelo EBIT – é de R\$ 20 milhões.

No "período 2", a empresa consegue aumentar em 10% seu volume de vendas, mantendo o preço médio constante. Consequentemente, seus custos também aumentam em 10%. Supondo que a despesa operacional se mantenha fixa, a DRE é representada no **Quadro 6**.

Quadro 6 - Situação financeira no "período 2":

DRE (em R\$ milhões)	P.1	P.2	Δ%
Receita Líquida	100	110	10,0%
Custos das Vendas	(60)	(66)	
Lucro Bruto	40	44	10,0%
Desp. Operacionais	(20)	(20)	
EBIT	20	24	20,0%

Repare que o lucro líquido aumentou em 20%, enquanto as vendas, apenas 10%. Em outras palavras, a empresa está economicamente mais produtiva e com maior margem operacional, assegurando uma criação de valor econômico no "período 2".

Para verificar se uma empresa está conseguindo obter alavancagem operacional, basta fazer:

- ✓ Apure o seu EBIT, a partir do EBITDA, ou, na falta dessa informação, pode trabalhar com o subtotal da DRE, o Lucro antes dos Juros;
- ✓ Calcule o grau de alavancagem operacional (GAO), dado por:

GAO =  $\Delta$ EBIT% /  $\Delta$ RLV%

Se o GAO for maior do que um, a empresa está praticando a alavancagem operacional com sucesso. Quanto maior, mais eficiente, ou seja, ela está conseguindo gerir seus resultados.

No nosso exemplo, o GAO da empresa é de 2,00 (20% / 10%).

# 6.5. Exercícios para Reflexão

- a) Assinale se cada elemento abaixo é custo ou despesa, para uma empresa industrial:
  - Matéria-prima e insumos de produção;
  - Salários e encargos sociais do operário da fábrica;

- Salários e encargos sociais do presidente;
- Depreciações dos móveis da Contabilidade;
- Depreciações das máquinas da fábrica;
- Comissão de vendas.
- b) Se o GAO de uma empresa é de 2,50 e suas vendas cresceram em 20%, em quanto o lucro operacional aumentou?
- c) A empresa XPTO S/A fechou o ano passado com vendas na casa de R\$ 100 milhões, custos de vendas em R\$ 60 milhões, despesas operacionais em R\$ 40 milhões, sendo que R\$ 10 milhões são de depreciações e amortizações. Em quanto ficou o lucro da atividade econômica e a margem de EBITDA?

### 7. O QUE ANALISAR NA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

O que importa é o fluxo de caixa. De nada adianta ter lucro se a empresa não estiver gerando caixa. A DFC pode ser uma fonte valiosa de informações se soubermos explorá-la. Se a própria estrutura do demonstrativo for examinada, conforme discriminado a seguir, veremos que podemos identificar como se dão os fluxos financeiros da empresa:

Caixa das Atividades Operacionais Caixa das Atividades de Investimentos Caixa das Atividades de Financiamentos

#### Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes

Vamos entender que podemos rearranjar esses fluxos de caixa em fluxos financeiros — movimentos financeiros agrupados por características de funcionalidade na organização, visando montar o fluxo de caixa livre (FCL), também conhecido pelo fluxo de caixa dos ativos (FCA). Esse é o fluxo final que a empresa conseguiu gerar (fonte) ou não (uso) a partir das suas operações, líquidas da formação de ativos, como capital de giro (ativos e passivos circulantes) e gastos de capital (ativos permanentes).

Além disso, veremos como se formam o fluxo de caixa operacional (FCO) e os gastos de capital (GC).

# 7.1. Fluxo de Caixa Operacional (FCO)

O fluxo de caixa operacional é o fluxo financeiro gerado pela atividade econômica, líquida de imposto de renda, dada por:

FCO = EBITDA – Despesa de Imposto de Renda

Exceto no caso de empresa em fase pré-operacional, espera-se que o resultado dessa conta seja sempre positivo, pois o FCO deve ser a maior fonte de recursos de qualquer negócio, a longo prazo. Ele permite que a empresa cresça organicamente com recursos próprios, sem aporte novo dos acionistas. Muitas empresas, antes de amargarem a falência – como Mesbla e Varig –, passaram por um FCO negativo.

Numa análise de períodos contábeis sucessivos (trimestres, anos etc.), o ideal é que se observe sempre vendas líquidas e FCO crescentes. Melhor ainda se o percentual de crescimento do FCO for maior do que o da receita líquida de vendas, sinalizando que a empresa praticou com eficiência a **alavancagem operacional**.

### 7.2. Gastos de Capital (GC)

Estudamos sobre os gastos de capital quando vimos o conceito de saldos financeiros, no item "g", do tópico 5.3, do Capítulo 5. Eles representam os investimentos estratégicos na renovação tecnológica e de ferramentas, na expansão orgânica e no desenvolvimento de novas soluções inovadoras da empresa, ou seja, no aumento do ativo permanente – investimentos, imobilizado e intangível.

As empresas bem estruturadas – como é o caso das empresas com ações na bolsa de valores – trabalham com planejamento estratégico de vários anos, além do levantamento e acompanhamento de orçamentos empresariais e a análise de viabilidade econômica para os seus gastos de capital.

Essa análise consiste em, antes de sequer investir, estimar se os benefícios financeiros futuros (fluxo de caixa livre) do investimento serão maiores do que os valores de aquisição de ativos. Afinal, envolvem valores mais elevados e a necessidade de levantar recursos para financiar o projeto corporativo.

Logo, os gastos de capital são estratégicos porque têm o potencial de aumentar ou até gerar novas vendas.

### 7.3. Fluxo de Caixa Livre (FCL)

O fluxo de caixa livre (FCL) é o fluxo de caixa gerado pelos ativos da empresa, em um determinado período de análise. Ele representa a essência da geração ou consumo de caixa de toda a empresa naquele período, posto que contempla a formação pelo resultado — o fluxo de caixa operacional (FCO) — menos todos os recursos para a formação de ativos, como o capital de giro e os gastos de capital.

Pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), podemos apurar o fluxo de caixa operacional de duas formas:

### Abordagem do resultado:

- + Caixa da atividade operacional
- Caixa e equivalentes
- + Caixa da atividade de investimentos

-----

#### = Fluxo de caixa livre

# Abordagem dos credores:

Caixa da atividade de financiamento

-----

#### = Fluxo de caixa livre

Ambas as abordagens oferecem o mesmo saldo, pois são gerados da aplicação do método das partidas dobradas. A abordagem do resultado é a essência da formação do caixa gerado pela empresa, pois nasce da parte da atividade operacional e se ajusta pelos valores destinados à formação de ativos. A abordagem dos credores analisa a formação pela gerência da **estrutura de capital** da empresa: a movimentação líquida de passivos financeiros (capital de terceiros) e do patrimônio líquido (capital próprio).

O ideal é que esse resultado seja positivo para as empresas maduras e de grande porte. Todavia, é possível que, em momentos pontuais de necessidade de investimento, principalmente em empresas em franca expansão e/ou de *capital intensive*, o negócio demande investimentos elevados, fazendo com que o fluxo de caixa livre seja negativo. Quando isso ocorre, será fácil perceber que os recursos para zerarem esse valor vieram da estrutura de capital da empresa, ou seja, de seu caixa da atividade de financiamento – ou de empréstimos ou de aporte de capital pelos acionistas ou, ainda, de um *mix* de ambas as fontes.

#### 7.4. Exercícios para Reflexão

A XPTO S/A, que fechou com EBITDA de R\$ 32 milhões e despesa de imposto de renda de R\$ 6 milhões no ano passado, publicou a sua Demonstração do Fluxo de Caixa – método indireto, em R\$ mil, para o ano passado, conforme listado a seguir:

Demonstração do Fluxo de Caixa	R\$ mil
Lucro Líquido do ano	20.000
Ajustes sobre o lucro que não	
afetaram o caixa e equivalentes:	
Depreciação e Amortização	3.000
Juros sobre empréstimos de longo prazo	1.000
Lucro líquido ajustado para efeito de caixa	24.000
Ativos e passivos circulantes	( 3.000)
Caixa da Atividade Operacional	21.000
Aquisição de imobilizado	(28.490)
Inversões estratégicas para o intangível	( 1.510)
Caixa da Atividade de Investimentos	(30.000)
Captação de empréstimos	2.130
Quitação de empréstimos	( 4.130)
Aumento de capital social	80.000
Pagamento de dividendos	( 5.000)
Caixa da Atividade de Financiamentos	73.000
Saldo final de caixa e equivalentes	83.238

Saldo inicial de caixa e equivalentes 19.238	Variação do saldo de Caixa e Equivalentes	64.000
	Saldo inicial de caixa e equivalentes	19.238

Com base nos elementos listados, apure os seguintes saldos:

- a) Fluxo de caixa operacional.
- **b)** Total dos gastos de capital.
- c) Fluxo de caixa livre.
- d) Fluxo de caixa gerado pelos ativos.

# 8. O QUE ANALISAR NA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Mutação do Patrimônio Líquido (MPL) resume todos os eventos que afetaram a parte que os sócios efetivamente possuem da empresa: o subgrupo do patrimônio líquido. Quase todas as informações financeiras que aparecem na MPL podem ser detalhadas e justificadas na nota explicativa sobre o Capital Social.

### 8.1. Aumento ou Redução de Capital Social

Como vimos anteriormente, no tópico 1.1, o Capital Social representa o total dos investimentos diretos que os sócios fizeram na empresa. Quando esses investidores aportam mais recursos numa determinada instituição, eles estão aumentando a concentração dos seus investimentos em um único negócio, elevando o seu risco. Se a empresa precisa pedir mais dinheiro aos acionistas, é de se esperar que, em contrapartida, aumentem as expectativas dos sócios e eles cobrem retornos maiores no futuro, que justifiquem o aporte complementar. Além disso, o aumento de capital social por outros acionistas faz com que haja redução da participação de cada um dos sócios atuais e, consequentemente, diminuição da proporção de proventos a receber: dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP).

A emissão de novas ações de uma companhia aberta reduz o valor patrimonial da ação (VPA), saldo contábil do patrimônio líquido dividido pelo total de ações (Nº) que compõe o capital social, e o valor de mercado das ações em bolsa de valores, uma vez que terão mais ações circulando no mercado.

A redução de capital em grandes empresas é uma situação rara, a não ser que a empresa esteja em busca de fechar o seu capital — numa operação denominada de **Oferta Pública de Aquisição de ações (OPA)**. Em companhias fechadas, é mais fácil admitir a entrada de um novo sócio, que vai comprar a participação de alguém que está saindo do

capital. Por esta última operação, a transação financeira não passa pela empresa, restringindo-se a uma negociação entre os envolvidos.

### 8.2. Distribuição de Dividendos e JPC

Pela MPL, pode-se também apurar o total de proventos pagos (dividendos + JCP). Na nota explicativa sobre Capital Social, ainda se pode ver os detalhes da operação, como quanto foi o valor por ação.

### 8.3. Exercícios para Reflexão

Em 31 de dezembro do ano passado, a empresa XPTO S/A publicou a sua MPL, em milhares de reais:

Descrição do evento	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acum.	Total do Pat. Líquido
Saldo em 1/1	120.000	23.500	- 0 -	143.500
Aumento de Capital	80.000			80.000
Lucro líquido do ano			20.000	20.000
Dividendos pagos em 31/12			( 5.000)	( 5.000)
Transferência para Reservas		15.000	( 15.000)	
Saldo em 31/12	200.000	38.500		238.500

Em sua nota explicativa sobre capital social, há as seguintes informações:

O capital é atualmente composto por 20 milhões de ações ordinárias, todas com direito a voto. Os principais acionistas são:

José das Couves8.224.115 açõesMaria das Couves1.115.385 açõesGalhardo Gomes932.500 ações

Em 31 de dezembro do ano passado, as ações da empresa fecharam ao preço de R\$ 12,00 cada.

#### Pede-se:

- a) Quem seriam os acionistas controladores? Qual o percentual que está nas mãos dos sócios controladores?
- **b)** Qual o percentual das ações da empresa que estavam em negociação na bolsa de valores, ao final do ano passado?
- Quanto foi distribuído de dividendos por ação, no ano passado? Em face do preço do papel na B3, em 31 de dezembro, qual seria o dividend yield do papel?
- d) Calcule o valor patrimonial da ação (VPA) ao final do ano passado, compare-o com o preço do papel na bolsa e diga se a referida ação estava sendo negociada com ágio ou deságio, em função do valor patrimonial e de quanto era esse valor (em R\$ e %).
- e) Qual seria o *market capitalization* da empresa? Isto é, qual seria o valor da companhia no ano passado, para alguém que comprasse todas as ações do seu capital social pela cotação do papel na B3?

#### 9. ALGUNS INDICADORES

Conhecer as regras, princípios e normas contábeis é importante para compreendermos que existe um padrão em tudo; a ciência tem seus procedimentos a serem seguidos. O produto final dessas práticas homogêneas é a emissão de demonstrações financeiras que devem espelhar a situação econômica da empresa. Quando aplicados com uniformidade, permite aos *stakeholders*, em qualquer nível, interno ou externo, comparar a evolução histórica da situação econômico-financeira da organização, pela variação de saldos em períodos contábeis (trimestres, semestres, anos...) sucessivos.

Podemos estender essa prática de análise para efeitos mais complexos, como, por exemplo, comparar o desempenho da empresa-objeto de análise com o desempenho de empresas concorrentes ou até de uma, duas ou três maiores empresas de um setor econômico. Dessa forma, conseguimos contextualizar se um determinado item observado (ex.: aumento gradual da dívida) foi uma característica exclusiva daquela empresa-objeto ou se foi de todos ou da maioria das empresas do setor. Isso pode ser de relevante decisão para o investidor. Mas, como comparar o desempenho da empresa que um investidor deseja aportar seu dinheiro com outra que tem cinco ou sete vezes o seu tamanho? Como fazer esse tipo de comparação para empresas de diferentes portes?

Vamos supor alguns dados levantados de duas indústrias pesadas concorrentes, no último 31 de dezembro, dispostos no **Quadro 6**.

Quadro 6 – Dados financeiros e sociais das empresas A e B (R\$ milhões):

Dados financeiros e sociais em 31/dez	Α	В	
Faturamento líquido	R\$ 100,0 M	R\$ 1.200 M	
EBITDA	R\$ 20,0M	R\$ 240 M	
Lucro líquido	R\$ 10,0 M	R\$ 120 M	
Total de funcionários	62	832	
Patrimônio líquido	R\$ 100,0 M	R\$ 1.500 M	
Ativo total	R\$ 500,0 M	R\$ 6.000 M	

Gastos de capital	R\$ 10,0 M	R\$ 180 M

A resposta para a questão anterior é o esforço para se estabelecer índices que correlacionam proporções de saldos contábeis. Isso é feito por meio de **indicadores financeiros**. Portanto, os indicadores financeiros são relações fracionárias entre saldos contábeis que guardam alguma correlação contábil ou de atividade econômica. Ao calcular esses indicadores, por empresa, extrairemos o efeito do tamanho da organização, o que vai permitir comparar empresas de diferentes portes ou tamanhos. É o que veremos neste capítulo.

### 9.1. Categorização de Indicadores

Existem inúmeros indicadores financeiros que podem ser categorizados pela natureza. Vários autores catedráticos da matéria convergem para uma classificação-padrão dessas categorias ou mesmo na nomenclatura única de cada indicador. Trata-se de uma disciplina que vamos chamar de Análise de Demonstrações Financeiras. Aliás, nem o nome da disciplina é convergente dentre os autores.

Temos que entender que essa divergência toda é consequência de justamente não ser uma matéria de Contabilidade, ou seja, não está sob as diretrizes, princípios ou normas da Ciência Contábil, mas do desenvolvimento prático da própria Contabilidade Gerencial e da Administração Financeira: mais flexível, mais analítica e menos formal.

Não é objeto deste curso explorar um grupo bem amplo de categorias ou de indicadores. Apenas o suficiente para entendermos, do ponto de vista de um investidor, como o tema pode ser examinado. O **Quadro 7** ilustra as principais categorias que vamos investigar.

Os indicadores financeiros podem ter diferentes formatações. Em mais de 90% dos casos, eles são formatados em número com duas casas decimais ou em percentual com uma casa decimal. A interpretação de cada indicador depende exclusivamente da compreensão da sua fórmula: o que é o numerador, o que é o denominador e qual a relação entre eles.

**Quadro 7 –** Categorização dos indicadores financeiros

Categoria de indicador	Objetivo
Liquidoz	Evidenciar a capacidade da empresa de pagar seus
Liquidez	compromissos.
	Medir o grau de dependência da empresa por
Endividamento	capitais de terceiros e se a empresa tem condições
	de pagar.
Rentabilidade ou margem	É a análise vertical sucinta da DRE: relaciona alguns
Kentabilidade od margem	subtotais com a receita líquida.
Lucratividade	Mede o retorno que a empresa está oferecendo, à
Luciatividade	luz de alguma métrica de referência.
Produtividade	Esforço de medir a produtividade da empresa por
rioddividade	cada colaborador.

Lembramos que não existem apenas essas categorias. Na prática, dependendo do interesse, o próprio *stakeholder* pode criar um indicador do seu interesse ou mesmo uma categoria; entretanto, alerta-se que não sejam muito ampliadas as possibilidades: o melhor é trabalhar com poucos indicadores, suficientes para fazer uma leitura mais analítica das demonstrações financeiras.

#### 9.2. Indicadores Financeiros

Na <u>categoria de liquidez</u>, veremos apenas o **indicador financeiro** de **liquidez corrente (LC)**, cujo objetivo é quantificar quantos reais a empresa dispõe no curto prazo (ativo circulante) para pagar cada real de dívida de curto prazo (passivo circulante). O resultado é expresso em número com duas casas decimais e é dado pela seguinte fórmula:

O mercado trabalha com a meta de que a liquidez corrente seja acima de um, o que sinalizaria que existe superávit na capacidade de honrar compromissos. O ideal é que, quanto maior, melhor para o credor. Todavia, do ponto de vista do investidor, devemos questionar quando o resultado dessa fração é excessivamente elevado (acima de 3, 4...), pois quanto maior o ativo circulante, menos recursos estão direcionados

para o ativo permanente, no qual se encontram as verdadeiras riquezas futuras do negócio. Logo, uma liquidez corrente alta leva o investidor a perguntar se a empresa não é rentável o suficiente para reinvestir este excesso em mais gastos de capital.

Na <u>categoria de endividamento</u>, tentaremos medir a dívida sob dois aspectos e averiguar se a dívida é pagável, do ponto de vista do credor.

O endividamento é mensurado em percentual, com uma casa decimal, sobre o total do ativo. O numerador depende da perspectiva de análise: pode ser o **endividamento geral (EG)**, que trabalha com o passivo exigível (PC + PNC), e o **endividamento financeiro (EFi)**, que trabalha com a dívida líquida. Ambos mensuram a dependência da empresa de capitais de terceiros. A diferença é que, no primeiro, analisamos todas as dívidas com terceiros; no segundo, restringimos a análise ao passivo de financiamento, ou seja, aquele que vai gerar juros (despesa financeira), consumindo parte do caixa operacional a ser gerado (EBITDA). Eles são dados pelas seguintes fórmulas:

Se você ganha R\$ 5 mil por mês, mas paga prestações de R\$ 4 mil, você está muito endividado e sua renda está comprometida; da mesma forma, se você levanta um empréstimo ao custo de 8% ao ano e investe em renda fixa que te paga 3% ao ano, a longo prazo, você vai à falência.

O mesmo pensamento serve para a empresa.

Não existe pecado algum em dever ou pegar empréstimos, como já tivemos oportunidade de avaliar, quando analisamos o Balanço Patrimonial, no capítulo 4. O problema é quando a dívida cresce a tal ponto que os juros comprometem boa parte do EBITDA da empresa ou o custo do capital emprestado é maior do que o retorno esperado dos ativos investidos pelos recursos.

Quanto maior o resultado desses indicadores de endividamento, mais comprometido está o negócio com recursos de terceiros. Por consequência, menos espaço para contrair novas dívidas a empresa tem; os credores ficarão desconfortáveis em cederem novos créditos ou até mesmo renovar suas linhas de crédito. O mercado fica desconfiado quando o endividamento geral é acima de 50% e o financeiro, acima de 40%.

Por outro lado, podemos, em conjunto, avaliar se essa dívida é ou não pagável. É quando trabalhamos com o indicador de dívida líquida por geração de caixa (DLGC), dado por:

DLGC = Dívida Líquida / EBITDA

Esse indicador é inspecionado em número, com duas casas decimais. A dívida líquida é apurada pressupondo-se que o passivo financeiro já foi quitado pelas disponibilidades existentes. Por ser formado por contas do Balanço Patrimonial (BP), a dívida líquida indica quanto a empresa ainda deve aos bancos ou credores por juros. O EBITDA, por sua vez, é apurado da Demonstração do Resultado (DRE), ou seja, acumulado por um ano. Ao dividir a dívida líquida por EBITDA, chegamos ao total de anos necessários para que a empresa tenha condições de pagar essa dívida. No mercado, o valor ideal para tal pagamento seria abaixo de quatro anos.

De fato, endividamento geral e financeiro elevados só se justificam com DLGC baixo e liquidez corrente elevada.

Os <u>indicadores de rentabilidade</u> são as margens que estudamos no capítulo **6**. Elas são expressas em percentual (com uma casa decimal) da receita líquida de vendas (RVL) e, quanto maior, melhor a eficiência da empresa. As principais margens são: margem bruta (MB), margem de EBITDA (ME) e margem líquida (ML), tendo no numerador o lucro bruto (LB), o EBITDA e o lucro líquido (LL), respectivamente:

MB = LB / RLV ME = EBITDA / RLV ML = LL / RLV

Os <u>indicadores de lucratividade</u> medem o retorno que a empresa está gerando, sob diferentes perspectivas. O indicador mais importante do mercado é o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) — return on equity. Ele trabalha com o resultado gerado no ano (lucro líquido) sobre o total investidor pelos acionistas na empresa (patrimônio líquido) e é expresso em percentual com uma casa decimal:

$$ROE = LL / PL$$

Quanto maior, melhor o retorno esperado pelos acionistas. O mercado trabalha o ROE como uma medida que deve dar mais do que investimentos em renda fixa. Por isso, comparam o seu resultado com a variação da **taxa do interbancário** (CDI) para medir o desempenho da empresa.

Por fim, os <u>indicadores de produtividade</u> permitem tentar mensurar a efetividade da alocação dos recursos humanos na empresa, à medida que comprar a receita líquida de vendas (RLV) ou o EBITDA com o total de colaboradores da empresa. A apresentação é em número com duas casas decimais, representando quantos reais a empresa faturou ou gerou de caixa por cada funcionário:

P<sub>1</sub> = RLV / Total de colaboradores P<sub>2</sub> = EBITDA / Total de colaboradores

Obviamente, quanto maior o resultado, maior a produtividade da empresa na gestão de seu **capital humano**.

# 9.3. Exercícios para Reflexão

a) Voltando aos dados das empresas A e B, concorrentes do mercado de indústria pesada, no **Quadro 6**, qual delas apresentou melhor desempenho no ano passado?

**b)** Estamos no ano de 20X5. A empresa XPTO S/A apresentou os seguintes indicadores nos últimos anos:

<u>Indicadores</u>	X1	X1	Х3	X4
$\DeltaRLV$	4%	3%	4%	5%
LC	1,23	1,21	1,21	1,22
EG	32%	43%	51%	60%
ROE	3%	4%	5%	8%
ME	20%	20%	20%	20%
ML	10%	8%	6%	5%
CDI	2%	2%	2%	2%

Como você analisa o desempenho da empresa nesse período?

### 10. SEGURANÇA PARA OS INVESTIDORES

Investir em empresas pela bolsa de valores, a B3, envolve, necessariamente, abrir uma conta em uma corretora de títulos e valores mobiliários. A movimentação financeira numa corretora não é feita diretamente com saques, depósitos, uso de cartões de débito ou caixas eletrônicos: é preciso ter uma conta corrente bancária, com os mesmos titulares que assinarão a conta da corretora. Assim, os depósitos e saques são feitos por meio de **transferências eletrônicas disponíveis (TED)**, de um para o outro e vice-versa.

Como existem contas bancárias e corretoras que cobram tarifas para manutenção de conta, emissão de extrato e até TEDs, é preciso, preventivamente, manter contas que não cobrem essas tarifas, barateando o processo de investimento e resgate. Quanto aos bancos, depende exclusivamente do relacionamento do investidor com o seu gerente. Se for uma conta-salário, há como pleitear uma redução de tarifas ou até zerá-las, mas isso pode gerar limite no número de transações por TED.

No final de 2020, mais de 80% do volume de dinheiro em custódia, por conta corrente ou aplicações financeiras, estava no poder de cinco bancos no Brasil, três privados e dois com capital público: Itaú, Bradesco, Santander, Brasil e Caixa Econômica Federal. Se segmentarmos esse volume por produtos, observaremos que, mais de 90% dos recursos investidos em previdência privada ou caderneta de poupança estão nas mãos dessas mesmas instituições financeiras. A aplicação financeira de maior volume — mais de R\$ 1 trilhão (mais de 20% das aplicações no país) — estão na aplicação financeira de menor rentabilidade: a caderneta de poupança. A poupança, embora não tenha imposto de renda, rende apenas 70% da taxa SELIC, ou seja, abaixo da taxa básica da economia.

Esses dados levam a compreender que existe no Brasil alta concentração de recursos em pouquíssimas instituições financeiras.

Assim, o dinheiro sempre circula por essas *big five* ou, uma outra forma de analisar, é que elas captam recursos sem muito esforço, ou seja, sem a necessidade de oferecer as melhores taxas de juros do mercado. A concentração bancária e de poupança é um ranço que o brasileiro carrega desde meados do século passado e, por desconhecer outros produtos, continua aplicando mal o seu suado dinheiro.

Migrar do banco para uma corretora é um passo natural na evolução do seu conhecimento sobre Finanças Pessoais, mas isso só é factível se:

- Você tiver uma conta bancária em que não te cobrem tarifas por manutenção de conta e nem por TED;
- Você abrir uma conta numa corretora de valores que não te cobre tarifas por TED, manutenção de conta e algumas aplicações financeiras básicas, como Tesouro Direto, ações e fundos de investimento imobiliário (FII);
- Você deve conhecer o seu **perfil de investidor**, fazendo o **teste de suitability** da sua corretora.

Lembre-se de que, quanto mais tarifas você paga, maior o custo dos seus investimentos e menor será seu retorno. Quanto mais conservador for o seu perfil de investidor, menos você terá acesso a investimentos em renda variada, como operar na bolsa de valores com ações. Aqui, você aprenderá cada um desses passos.

#### 10.1. Selecionando a sua Conta Bancária

É importante você negociar com o seu banco a liberação completa de tarifas. Se você paga tarifa, exerça a sua liberdade de escolha.

Hoje em dia, existem as *fintechs*, bancos virtuais, sem agências físicas e, portanto, com menos gastos fixos de estrutura, que operam por aplicativo de *desktop* ou celular. A grande maioria delas não cobram tarifas, como o Banco Inter, o BMG e o Nubank. Isso é uma grande vantagem competitiva a seu favor.

#### 10.2. Selecionando uma Corretora de Valores

Uma corretora de títulos e valores mobiliários (CTVM) é uma instituição financeira autorizada a operar na bolsa de valores, por meio de um sistema operacional chamado *Home Broker*. Para que uma corretora seja oficial, devemos nos certificar se ela está inscrita como um membro da:

- Bolsa de Valores (B3) Corretoras certificadas:
   http://www.b3.com.br/pt\_br/b3/qualificacao-e-governanca/certificacoes/selos-pqo/corretoras-certificadas.htm
- Associação Brasileira de Entidades do Mercado de Capitais (ANBIMA)
   Lista de associados:
   https://www.aphima.com/br/pt/br/institucional/associados/lista do
  - https://www.anbima.com.br/pt\_br/institucional/associados/lista-de-associados.htm
- Banco Central do Brasil (BCB) relação de instituições em funcionamento no país: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao instituicoes

funcionamento

As principais corretoras com atuação no Brasil, além das vinculadas aos bancos (Itaú, Bradesco, Santander, Brasil, Caixa Econômica Federal etc.) e a *fintechs* (Nubank, BMG, Banco Inter etc.), são: Ágora, Ativa, BTG Pactual, Clear, Easyinvest, Genial, Guide, Modal, Necton, Órama, Rico, Toro Radar e XP. Há diferenças significativas entre elas, tanto na diversificação da carteira de oferta de títulos bancários (CDB, LC, LCI, LCA etc.) e de fundos de investimentos, quanto na qualidade e funcionalidade da plataforma e do *Home Broker*, assim como no custo das transações, pela cobrança de tarifas.

Economize <u>abrindo conta numa corretora de valores que não te cobre tarifas</u> para manutenção de conta, TED e, de preferência, pela custódia de papéis do Tesouro Direto e ações, nem pela compra ou venda de ações ou cotas de fundos de investimento imobiliário.

É fácil fazer uma analogia de que as maiores corretoras – como a XP e a do Banco do Brasil – devem oferecer um maior número de alternativas de investimentos, como renda fixa ou em fundos de investimentos. Mas, normalmente, estas têm um preço alto a se pagar por transação. O interessante é que a concorrência (surgimento de mais corretoras de valores e a entrada das *fintechs* estão aumentando o volume de suas operações) vem contribuindo com a redução de várias tarifas e até com o trabalho de tarifa zero em quase tudo.

Em final de 2020, essas eram as corretoras que não cobravam tarifa por manutenção de conta, por emissão de TED, por custódia de Tesouro Direto ou de ações, nem corretagem por compra e venda de ações ou cotas dos FIIs: Banco Inter, Clear Corretora e Corretora Rico.

Hoje, é possível operar com muitos bancos e *fintechs* vinculados a sua conta corrente bancária. Fique atento, entretanto, às tarifas cobradas.

### 10.3. Perfil do Investidor

Previamente, você deve deixar digitalizado em formato Adobe Reader (arquivo com a extensão ".pdf") a carteira de identidade, o CPF, comprovante não bancário de residência emitido em até 90 dias e comprovante da sua conta corrente bancária (extrato, cópia de cheque ou do cartão. Se for mandar cópia de cheque ou do cartão, sugerimos que cubra a parte do código de barras e do número do cheque e, no caso de cartão, a data de vencimento e os 3 ou 4 algarismos da frente ou do verso (que não seja no número da agência ou da conta em si). Também deixe digitalizado uma foto colorida em dois formatos: em texto, como Adobe Reader (".pdf"), e em figura, como Portable Network Graphics (".pgn") ou Joint Picture Expert Grou (".jpg"). Atualmente, impressoras ou aplicativos de *scanners* conseguem gerar arquivos nesses formatos – ou até mesmo programas de texto, como Word, conseguem formatar o primeiro, e o programa do Print, consegue gerar os dois últimos.

Feito isso – e selecionada a corretora –, você vai entrar no *site* ou baixar o aplicativo do celular e clicar em "Abrir Conta" (ou algo similar). Preencha o seu cadastro (nome, CPF, endereço, fonte de renda, remuneração etc.) e os dados da sua conta corrente bancária. Pode cadastrar mais de uma conta, mas lembre-se de que: (a) você só consegue sacar ou depositar dinheiro na corretora por meio de TED com a sua conta corrente bancária e (b) os titulares da conta da corretora e da conta bancária devem ser os mesmos.

Em seguida, você deverá procurar informações sobre o **perfil do investidor**.

O perfil de investidor é identificado por um teste obrigatório por lei, sempre que se abre a conta em um banco ou numa corretora de valores: o teste de *suitability*. Esse teste classifica o investidor não qualificado — aquele que dispõe de menos de R\$ 1 milhão — em conservador, moderado, arrojado ou arriscado. Somente as duas últimas classificações permitem que o investidor tenha acesso a aplicações em bolsa de valores, pelo uso do *Home Broker*.

O perfil de conservador é aquele investidor com aversão a riscos, optando por aplicar em papéis de renda fixa e raras posições em renda variável. Em geral, essa aversão a aplicações em renda variável é atribuída à falta de recursos ou de conhecimento.

O investidor com perfil moderado é um meio termo entre aquele mais conservador e outro mais arrojado. Ele admite a adição de alguma posição em renda variável, sem perder uma parcela significativa em renda fixa.

Por fim, o investidor com o perfil arrojado, tem predileção por ativos de renda variável, em face de uma alta tolerância ao risco.

Importante salientar que, por determinação do órgão regulador, somente pessoas com o perfil arrojado receberão acesso a operações de bolsa de valores e recomendação de investimentos mais arriscados.

O teste é rápido e consiste em perguntas bem diretas sobre o seu nível de conhecimento de produtos do mercado, se já aplicou e quanto e tenta mapear a sua tolerância ao risco.

A recomendação é que você seja o mais sincero possível, para que não se exponha a ativos do mercado que consumam o seu sono ou, por ignorar os seus conceitos, o conduzam a perder ainda mais.

Feito isso tudo, em até dois dias úteis você recebe o acesso à plataforma de investimentos, mas não significa que esteja apto a investir.

### 10.4. Abordagem

Investir em ações requer, sobretudo, conhecimento. O primeiro passo você já deu, ao ler como analisar as demonstrações financeiras de uma empresa. Entenda que, por força de Lei das S/As – a lei nº 6.404/76 –, o sócio de uma empresa tem a sua responsabilidade limitada ao capital que entregou ao comprar as suas ações. Logo, por mais que a empresa venha à falência, sua perda é limitada ao valor investido. É o que Nassim Taleb denominou de *antifrágil*: ações não te consomem mais do que investiu e, mesmo assim, a economia precisa entrar em crise ou o mercado precisa estar muito ruim ou, ainda, a empresa ir à falência. Três riscos perfeitamente perceptíveis antes de atingir em cheio o seu investimento.

Se, por um lado, suas perdas são limitadas (ao que investiu), matematicamente seus ganhos não têm limites. Você pode ganhar em um ano 5%, 10%, 40% ou até mesmo algo acima de 100%, desde que saiba escolher bem a empresa na qual investir, bem como identifique se a economia e o mercado da referida corporação estão favoráveis.

Se esse postulado da antifragilidade é verdadeiro e você, ao ler esta obra, já aprendeu minimamente a interpretar os saldos contábeis, bem como a identificar se uma empresa vai bem ou não, você acaba de

concluir que <u>a distância entre um investidor conservador e um investidor em ações é o conhecimento e a experiência</u>. Na prática, não existe aversão ao risco; <u>o que existe é o medo da perda</u>. Se você aprendeu que sua perda maior é 100% do que investiu, basta aprender a como lidar com ações para evitar isso. Aqui vão alguns conselhos:

- Ações (como cotas de FIIs) são ativos de renda variável, ou seja, não têm vencimento, não têm prazo mínimo ou máximo de resgate e o seu preço depende da oferta e procura pelo papel na bolsa de valores;
- Retornos passados em ações não são garantias de retornos futuros com o mesmo papel;
- Não aceite recomendações de pessoas que não são certificadas no mercado de capitais: além de ilegal, essas pessoas provavelmente não têm o conhecimento e nem credenciais para fazer essa recomendação – além, é claro, de que elas estão recomendando o que você deve fazer com o seu dinheiro; logo, a perda, se ocorrer, será sua;
- Você deve aprender minimamente em como investir, onde investir e quais os riscos de cada operação;
- Jamais opere em operações alavancadas, como day trade, opções ou outros ativos que não ações – a menos que você já tenha recebido muitas orientações para tal e saiba que as perdas e o risco são exclusivamente seus;
- Jamais destine mais de 10% do que tem para investir nas suas primeiras operações na bolsa de valores, – dessa forma, você não se expõe excessivamente ao risco da renda variável, em suas primeiras operações;
- Saiba que investir em ações não vai deixá-lo rico nunca: se alguém, um dia, acenar com esta possibilidade, está mentindo e, se você cair, a perda é exclusivamente sua.

Esses são os primeiros conhecimentos básicos para investir em ações, mas não são o suficiente. Lembre-se sempre dos princípios básicos dos investimentos, segundo Roberto Gil Uchoa:

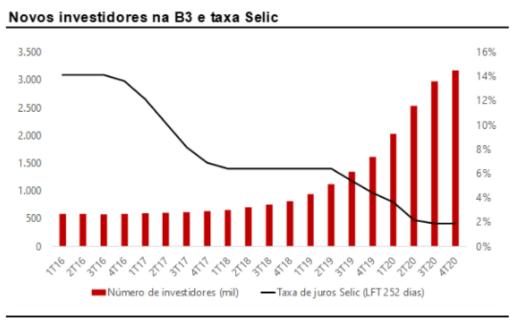
# "Jamais culpe alguém pelas suas perdas em investimentos: você é maior de idade, vacinado e fez porque quis."

O resto é mera aventura.

#### 10.5. Casas de Research

Vem tomando vulto o número de investidores na bolsa de valores. Em início de 2015, eram menos de meio milhão de CPFs cadastrados como investidores em ações na B3. Na época, a taxa SELIC atingia patamares de 14,25% ao ano: elevados ao ponto de inibir investimentos e causar recordes de desemprego.

À medida que o BCB baixava a taxa SELIC – mas, não necessariamente apenas por isso –, o número de novos investidores subia geometricamente, alcançando pouco mais de 800 mil ao final de 2018, dobrando um ano depois e fechando o ano de 2020 em 3,2 milhões, quando a taxa SELIC já havia despencado para 2% ao ano. O **Gráfico 1** ilustra bem essa dicotomia entre queda dos juros e aumento do número de investidores em ações.



Fonte: B3 e Economática (2021)

Desde o início de 2010, tem-se observado no Brasil a expansão do número e tamanho das casas de recomendação de investimentos, como a Empiricus, a Suno, a Nord, a Eleven, dentre outras. Elas são formadas por profissionais certificados e com larga experiência no mercado de capitais. Elas vendem assinaturas de *newsletters* customizadas sobre investimentos.

O ponto bom da maioria dessas casas é que elas suprem seus leitores com um material didático de qualidade, que incorpora conhecimentos fundamentalistas para os investidores. O ponto ruim, muito criticado, é que temos que entender que todas elas contam com uma abordagem de *marketing* muito agressiva e de massiva abordagem emocional aos potenciais clientes.

Com o advento do Google, sempre que você fizer uma pesquisa aberta, logo depois é açoitado com várias propagandas sobre aquele tema. Se ainda não percebeu, pesquise hoje sobre "viagem ao Chile". Nas semanas que se seguem, você verá a quantidade de *banners* e *pop ups* que vão aparecer nos *sites* que visitar ou nas suas redes sociais sobre Chile, voos, hospedagens e afins.

Da mesma forma, quando você começar a pesquisar sobre investimentos, você se verá cercado de propaganda dessas casas de investimentos, corretoras e — o pior deles — cursos que te prometem deixar milionário com métodos exclusivos e infalíveis.

Não acredite em nada disso. Se o cara é tão bom para montar um curso para te deixar rico, por que ele precisa ainda vender um curso? Não deveria estar navegando com o seu iate no Mediterrâneo, enquanto opera virtualmente na bolsa de valores? Seu único cuidado deveria ser não engasgar com o caviar.

#### Não existe isso!

A abordagem das casas de investimentos chega a ser vil para as pessoas mais vulneráveis cultural e emocionalmente, pois são feitas algumas

estratégias que mexem com gatilhos mentais do consumidor. A mais apelativa é mostrar gráficos verdes, que exploram curvas ascendentes de preços de ações, sinalizando que suas recomendações ganharam percentuais raramente vistos no mercado. Não que não seja verdade, como, na prática, quase todos os gráficos são, mas algumas dessas casas chegam a recomendar mais de 30 ações em quatro ou cinco produtos diferentes. Com o mercado favorável e a bolsa de valores mostrando retornos acima do satisfatório, parece óbvio que mais da metade dessas ações apresentará um desempenho muito bom. Mas... por que também não mostram gráficos em vermelho, com curvas descendentes, daquelas recomendações que não surtiram bons resultados?

Parece interessante não termos respostas para essa questão...

Em suma, a pessoa, para assinar uma publicação dessa, tem que saber que:

- Ficará presa ao pagamento anual da publicação;
- A publicação vai recomendar uma carteira de no mínimo oito ativos diferentes (raramente, são menos de 10);
- Só compensará o investimento na carteira daquela newsletter se tiver dinheiro para investir em três ou quatro ativos diferentes, pelo menos (o ideal, é claro, é investir em todos), entrando no dia da primeira recomendação e saindo do investimento quando eles recomendarem a venda;
- Para tirar melhor proveito da sua assinatura, deve ler todas as edições, aprender os racionais e estudar as teses.

Mesmo assim, poderá ficar a dúvida: e se você, que não tem dinheiro para investir em TODAS as recomendações, selecionar apenas aquelas que vão gerar perdas?

## 10.6. Garantias para o Investidor

Não. Não existe nenhum sistema que garanta o investidor contra perdas em investimentos. O risco e o dinheiro são exclusivamente do investidor. Ganhou, ele embolsa; perdeu, ele sai com menos do que investiu. Este é o corolário de quem aplica em ações.

Isso posto, vamos conhecer dois mecanismos interessantes de proteção do investidor, conquanto consumidor de produtos disponíveis no mercado.

## a) Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos (MRP)

O MRP é um órgão administrador pela BSM Supervisão de Mercado, um braço da B3 responsável por realizar, com autonomia administrativa e orçamentária, as atividades de supervisão do mercado de capitais. O MRP assegura aos investidores o ressarcimento de até R\$ 120 mil por prejuízos causados por participantes dos mercados administrados pela B3 (corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários) e serviços de custódia. Ele também cobre prejuízos decorrentes da intervenção ou decretação da liquidação extrajudicial de participantes pelo Banco Central do Brasil.

O investidor que se sentir lesado no processamento de ordens de compra e venda de ações, liquidação financeira dessas operações, poderá abrir requerimento de investigação pelo *site* do MRP: https://www.bsmsupervisao.com.br/ressarcimento-de-prejuizos/comofunciona.

### b) Defesa do Consumidor

Em acordo assinado em 7 de janeiro de 2021, a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) comprometeram-se a ajudar pequenos investidores, orientando-os por meio da atualização da plataforma www.consumidor.gov.br, acerca de produtos e serviços circunscritos ao mercado de capitais. A medida visa à proteção do pequeno investidor e envolve ações educacionais com o

segmento, em que as entidades devem analisar cada relação postada na plataforma e propor políticas públicas em defesa do consumidor.

O objetivo é chamar a atenção para o fato de que o investidor também figura como consumidor e pode enfrentar situações de hipossuficiência técnica frente ao fornecedor de produtos e serviços do mercado de capitais. A hipossuficiência técnica se caracteriza pela situação na qual a pessoa não tem condições de arcar com os custos judiciais, sem prejudicar seu sustento.

### c) Outros mecanismos

Todas as operações de compra e venda de ações passam pelo sistema do Canal Eletrônico do Investidor (CEI), na B3. O investidor pode chegar no *site* e obter um extrato da sua movimentação mediante cadastro com *login* e senha. A partir da sua primeira operação, todos os meses o investidor passa a receber em seu *e-mail* um relatório do CEI.

## **GABARITO DOS EXERCÍCIOS**

#### Gabarito dos Exercícios

#### 1. Uma Empresa

- a) Em uma sociedade limitada, o capital social é dividido em cotas e o sócio é denominado cotista. Em uma sociedade anônima, o capital é dividido em ações e o sócio é conhecido como acionista.
- b) O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) determina que somente profissionais formados em Ciências Contábeis e habilitados pelo seu conselho regional (C.R.C.) podem exercer a profissão de contador. Afinal, ele deve ser qualificado com todo o conhecimento das normas e princípios de contabilidade, bem como experiência prática no registro de lançamentos contábeis e na elaboração de relatórios financeiros.
- c) Todas as empresas têm o exercício social de um ano, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Todavia, há algumas exceções, como empresas que começaram ou encerraram a sua atividade no decorrer do ano, cujo exercício social é adaptado para cobrir apenas os dias desse ano-calendário.
- d) A provisão de garantia é constituída e revertida em respeito ao conservadorismo contábil e à competência do exercício. Por extensão, também pode-se atribuir outros princípios. O valor a ser lançado deve ser em reais, obedecendo o denominador comum monetário, e deve ter por objetividade a própria emissão do Certificado de Garantia para o cliente, geralmente expedido com a nota fiscal de venda.
- e) As sociedades limitadas de grande porte são obrigadas, pela lei nº 11.638/07, a divulgar seus relatórios financeiros, devidamente revistos por uma empresa externa de auditoria independente.

#### 2. O Papel do investidor

- a) O investidor deve maximizar a emissão de ações preferenciais e manter, ao menos, 50% das ações ordinárias mais uma em seu poder. Assim, em todas as assembleias, ele terá sempre a maior parte do capital votante e tomará todas as decisões. Desse modo, se o capital é de R\$ 100 milhões (10 milhões de ações X R\$ 10,00 cada ação), ele deverá:
  - √ dividir o capital em 50% de ações preferenciais e 50% de ações ordinárias;
  - √ ficar com 50% das ações ordinárias mais uma:
     Acionista controlador = (50% x 5 milhões de ações) + 1 ação ON = 2.500.001 ações ON.
     Logo, para os demais acionistas, sobrarão 7.499.999 ações, o que permite levantar:
     Demais acionistas = 7.499.999 ações x R\$ 10,00 cada = quase R\$ 75 milhões
- b) A princípio, como os dividendos têm como base de cálculo o lucro líquido, ajustado pela constituição e reversão de reservas, pode-se equivocadamente pensar que a empresa não pode pagar dividendos sem lucro. Porém, pode ser que, em algum exercício social, a empresa consiga fechar com prejuízo líquido, mas a reversão das reservas permite que ela tenha uma base de dividendos positiva. Isso propiciaria que a empresa pagasse dividendos, mesmo tendo prejuízo, mas é uma situação atípica e raramente vista no mercado.
- c) Matematicamente, é possível a empresa pagar JCP mesmo tendo prejuízo, uma vez que a base de cálculo desses juros é o saldo contábil do patrimônio líquido. Embora factível, seria muito difícil a empresa tomar decisão favorável. Ora, se o grande benefício que a empresa tem de pagar JCP é justamente que ela possa deduzir o valor de seu IRPJ, a existência de JCP na situação de prejuízo o tornaria não dedutível para fins de imposto de renda.

Importante: O pagamento de proventos – dividendos e JCP – representa para a empresa um pagamento, ou seja, redução de seu caixa em prol dos sócios. A redução do caixa é fator limitante para eventuais reinvestimentos que a empresa venha a realizar e, portanto, limitação de seu crescimento orgânico. Se a empresa fecha o exercício social com prejuízo, já não é uma situação confortável nem para ela e nem para seus investidores, uma vez que, em geral, faz a empresa naturalmente consumir caixa. Logo, fazê-la pagar proventos mesmo em situação de prejuízo lhe é duplamente prejudicial e, consequentemente, para o retorno futuro de seus sócios. Por isso, é pouco comum observar esses casos no mercado.

- d) O retorno de ganho de capital do investidor seria negativo de R\$ 0,20 por ação. Como foi perda, ele não teria imposto de renda a pagar, mas manteria o recebimento de R\$ 0,60 de proventos líquidos. Sendo assim, ele ganharia R\$ 0,40 por ação em um ano que, dividido pelos R\$ 10 investidos, geraria um retorno total de 4% nesse período. Esse retorno seria ainda superior ao CDI e à inflação.
- e) A estratégia de dividendos seria baseada em:

Investimento unitário: R\$ 12,00 por ação

Dividend yield: 6% ao ano

para o investidor.

\_\_\_\_\_

Proventos unitários: R\$ 0,72 por ação

Como o investidor precisaria de uma renda anual de R\$ 78mil, então:

Total de ações de que precisa = R\$ 78 mil / R\$ 0,72 cada

Ele precisa comprar 108.334 ações da empresa, a R\$ 12 cada, ou seja, ele precisaria investir hoje o valor de R\$ 1,3 milhão.

Importante: A estratégia de investimento na bolsa de valores em ações que são boas pagadoras de proventos (empresas chamadas de vacas leiteiras) requer muita atenção e postura ativa do investidor. Ela é válida somente se obedecidos alguns procedimentos de ponto de entrada do investimento, acompanhamento da evolução do preço e dos proventos pagos, reinvestimento dos proventos recebidos em outras vacas leiteiras. Além disso, sempre que julgar oportuno, o investidor deve se desfazer de uma posição e investir em outra empresa com o valor da venda. Isso não é tão corriqueiro de se fazer e requer treinamento especializado

#### 3. As Demonstrações Financeiras

- a) Existem apenas dois grupos de contas: as <u>contas patrimoniais</u> (bens, direitos e aplicações), que apresentam saldos estáticos, ou seja, no momento, e estão apresentadas no BP, e as <u>contas de resultado</u> (receitas e despesas), cujos saldos se acumulam em cada período contábil e são zerados ao final do referido ciclo, estando apresentados na DRE.
- b) As DFs secundárias cumprem o papel de complementar dados sobre situações pontuais da empresa, como a DFC, que apresenta toda a movimentação financeira (recebimentos e pagamentos), e a MPL, que demonstra tudo o que aconteceu com o subgrupo do patrimônio dos acionistas na empresa.
- c) Nas notas explicativas, que têm o objetivo de detalhar os saldos contábeis apresentados nas DFs.
- d) Vide: https://ri.lasa.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais-trimestrais

- e) É importante você perpassar todas as páginas desse relatório anual e perceber alguns detalhes, tais como:
  - ✓ Conforme faculta a lei, as DFs devem ser apresentadas com os saldos de pelo menos dois anos consecutivos (o relatório-padrão da CVM prevê três anos consecutivos), o que permite a comparação da evolução da empresa, bem como dos saldos, que podem ser apresentados em milhares de reais sem casa decimal;
  - ✓ Existem dois grupos de DF: a "individual", que se refere apenas à empresa controladora (exemplo, as Lojas Americanas), e a "consolidada", que soma todas as situações patrimoniais de todas as empresas do grupo;
  - ✓ No BP, o total do ativo é igual ao total do passivo;
  - ✓ No ativo, as contas mais relevantes são: Estoques (que atendem a mais de 1.700 lojas), o Imobilizado (em face do número de lojas próprias) e o Intangível;
  - ✓ No passivo, percebe-se um elevado valor de passivos de financiamento (dívida bruta), como empréstimos, financiamentos e debêntures;
  - ✓ O patrimônio líquido costuma ser o subgrupo do passivo de menor saldo;
  - ✓ Na DRE, observa-se a variação da receita líquida, uma das maiores do país;
  - ✓ Existem grandes valores em despesas financeiras, como consequência dos juros do passivo de financiamentos;
  - √ O lucro líquido não é tão grande quando comparado ao porte da receita;
  - ✓ Na DFC, pode-se cruzar o valor do lucro líquido com o saldo que está na DRE;
  - ✓ Pode-se apurar o total de depreciações e amortizações do ano;
  - ✓ Na MPL, pode-se ver se houve ou não aumento de capital social e como ele foi feito (por aporte dos sócios ou transferência de reservas);
  - ✓ Ali também se pode cruzar o valor com o saldo do lucro líquido do ano;
  - ✓ Também pode-se somar tudo que foi pago de proventos aos acionistas (dividendos e juros sobre o capital próprio);
  - ✓ O relatório da administração expõe características físicas, financeiras e econômicas da empresa;
  - ✓ Pode-se observar a estratégia histórica e a intenção futura de continuar investindo em novas lojas;
  - ✓ Existe no relatório uma parte que fala sobre a estratégia e a governança corporativa;
  - ✓ Nas notas explicativas, verificamos que ela vem sempre numa ordem lógica de apresentação, começando pelo contexto operacional, explora as principais práticas contábeis (a maior NE é a nº 2) e depois segue em cada grupo do ativo, do passivo e da DRE;
  - ✓ Na nota explicativa sobre capital social, pode-se cruzar várias informações que também estão expostas na MPL;
  - ✓ No parecer dos auditores, pode-se perceber se ele foi "limpo" ou "sujo".

#### 4. O Procedimento de Contabilização

- a) Fatos administrativos são eventos que afetam o patrimônio de uma empresa.
- Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações. A empresa tem uma postura ativa sobre os bens e direitos, visando gerar receita; as obrigações não são desejáveis, mas todas as empresas as têm e agem passivamente, aceitando sua existência como condição natural dos negócios. Por isso, o patrimônio divide-se em ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações).
- c) As contas contábeis formam dois grupos: as contas patrimoniais, representativas de bens, direitos e obrigações, e as contas de resultado, representativas de receitas e despesas. As

contas patrimoniais têm saldos estáticos, em determinada data. As contas de resultado, que formam o lucro, são dinâmicas e se acumulam durante um certo tempo, findo o qual as contas são zeradas contra Lucros Acumulados (uma conta do Patrimônio Líquido). As contas patrimoniais são apresentadas no BP e as contas de resultado na DRE.

d) O método das partidas dobradas consiste em que o total dos valores lançados a débito seja igual ao dos valores lançados a crédito. A consequência natural é que, no BP, o total do ativo é igual ao total do passivo, e, na DFC, a variação de caixa e equivalentes é explicada pela diferença entre todas as entradas de dinheiro e saídas de dinheiro.

#### 5. O Que Analisar no Balanço Patrimonial

- a) Na contabilização das operações no ativo, há especial preocupação em manter os bens e direitos pelo seu custo original de aquisição ou formação, eventualmente ajustado por alguma provisão de perda de valor. O ativo é formado por valores que foram gerados de receitas (é o caso do Contas a Receber de clientes), despesas diferidas (intangível) ou pagas antecipadamente (Outros Créditos no ativo circulante ou realizável a longo prazo) ou aquisição direta ou construção (Estoques, Imobilizado). Quanto maior o ativo, maior o potencial dele gerar receita no futuro. Por isso, é bom observar se há excesso de liquidez (ativo circulante maior do que o passivo circulante) ou se há investimentos constantes no ativo imobilizado e intangível (reinvestimento na expansão orgânica do negócio).
- b) Os passivos registram dívidas contraídas (Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos), despesas incorridas e não pagas (Obrigações Tributárias, Encargos Sociais, Salários a Pagar) ou investimentos diretos dos acionistas (Capital Social) ou lucros retidos (Reservas). As provisões geram aumento do passivo; o passivo essencialmente existe por causa de despesas contratadas.
- c) Considerando que dificilmente uma empresa fecha um período contábil sem dever nada a ninguém, então, algum saldo de passivo de funcionamento ela tem. Como passivo exigível é dado por PFu + PFi e, se o PFi = 50% do ativo, conclui-se que o PE > 50% do ativo. Portanto, a empresa depende mais de capital de terceiros (PE) do que de capital próprio (PL).

#### 6. O Que Analisar na Demonstração do Resultado do Exercício

a) Custo – custo – despesa – custo – despesa.

**b)** Dados:  $\triangle RLV\% = 20\%$  e GAO = 2,50. Incógnita:  $\triangle LO\% = ?$ 

GAO =  $\Delta$ LO% /  $\Delta$ RLV% Logo:  $\Delta$ LO% =  $\Delta$ RLV% x GAO

 $\Delta$ LO% = 20% x 2,50 = 50%

c) Dados: RLV = R\$ 100 M; Custos das vendas = R\$ 60 M; DA = R\$ 10 M; outras DO = R\$ 30 M EBITDA = 100 - 60 - 30 = R\$ 10 milhões

Lucro Operacional = EBITDA – DA = R\$ 0

Margem de EBITDA = R\$ 10 M / R\$ 100 M = 10%

FCO = EBITDA - Desp IR = R\$ 32 M - R\$ 6 M = R\$ 26 M.

#### 7. O Que Analisar na Demonstração do Fluxo de Caixa

- a) O fluxo de caixa operacional é o quanto a atividade econômica da empresa, líquida de imposto de renda, gerou de caixa no ano. Dados: EBITDA = R\$ 32 M; IR = R\$ 6 M:
- b) Os gastos de capital são os investimentos estratégicos que a empresa fez, visando aumentar sua receita e lucratividade futura, ou seja, os investimentos na aquisição de ativos permanentes ou o total do caixa das atividades de investimentos: R\$ 30 milhões.
- c) O fluxo de caixa livre é o caixa gerado no ano e pode ser apurado de duas formas:

FCL = Atividade Operacional – C&E + Atividade de Investimentos

FCL = R\$ 21 M - R\$ 64 M - R\$ 30 M = - R\$ 73 M

FCL = - Atividade de financiamentos = - R\$ 73 M

Em outras palavras, embora, operacionalmente, a empresa levantasse R\$ 21 milhões (FCO), foram necessários destinar R\$ 30 milhões para gastos de capital e mais R\$ 64 milhões para a composição de liquidez, em caixa e equivalentes, gerando um déficit no FCL de R\$ 73 milhões. Para cobrir esse déficit, a empresa contou com recursos da sua atividade de financiamentos (R\$ 73 milhões), sendo que a maior parte (R\$ 70 milhões) veio dos acionistas (aumento de capital de R\$ 80 milhões, menos o que foi pago aos sócios em dividendos, de R\$ 5 milhões).

d) Fluxo de caixa dos ativos é a mesma coisa que fluxo de caixa livre.

#### 8. O Que Analisar na Mutação do Patrimônio Líquido

- a) Os acionistas controladores são aqueles que detêm a maior parte do capital social votante (ações ordinárias) ou, por força do estatuto social, detêm poderes especiais de decisão. No caso, como o enunciado é silente no aspecto do estatuto social, ficaremos com a tese da maior parte do capital votante. Como o capital está dividido em 20 milhões de ações ON, a maioria votante deve deter 10.000.001 ações ON; no caso, José das Couves (41,1%), Maria das Couves (5,6%) e Galhardo Gomes (4,7%) que, juntos, detêm 51,4% do capital votante.
- **b)** O *free float* é o total de ações que estavam em negociação na bolsa de valores, no último 31 de dezembro, ou seja, 5 milhões de ações ou 25% do capital social.
- c) Foram distribuídos, no total, R\$ 5 milhões em dividendos, para as 20 milhões de ações existentes, o que daria um pagamento de R\$ 0,25 por ação. Como, em 31/12, ela era negociada a R\$ 12,00 cada, o DY seria de 2,08%. Todavia, cabe lembrar que, como os dividendos foram pagos antes do papel ser negociado *ex-direito* em 31/12, essa conta não é a mais adequada. Para uma apuração mais precisa de DY no ano, teria que trabalhar com a cotação do papel no mercado em 31/12 do ano anterior. Afinal, seria preciso ter a posse do papel quando os dividendos de R\$ 0,25 por ação foram pagos.
- d) Dados: PL = R\$ 238 M; № = 20 M; VPA = PL / № = R\$ 238 M / 20 M = R\$ 11,90: Valor de mercado = R\$ 12,00; VPA = R\$ 11,90. O papel está sendo negociado com ágio de R\$ 0,10 (10 centavos acima do valor contábil da ação) ou 0,8403% de ágio.
- e) Dados: Nº 20 M; P = R\$ 12,00 por ação. MK = P x Nº = R\$ 12 x 20 M = R\$ 240 milhões. Para alguém que quisesse comprar todas as ações da empresa, teria que pagar R\$ 240 milhões. O problema é que a empresa não está com *free float* de 100%, o que necessariamente envolveria uma negociação direta com os demais acionistas.

#### 9. Alguns Indicadores

a) Se ativo = passivo exigível + patrimônio líquido, então podemos calcular o passivo exigível. Logo, os indicadores possíveis de calcular mostram:

Indicadores	Α	В
Endividamento geral	60,0%	75,0%
Margem de EBITDA	20,0%	20,0%
Margem líquida	10,0%	10,0%
Retorno sobre o PL	10,0%	8,0%
GC/EBITDA	50,0%	75,0%
Produtividade da RLV	R\$ 1,61 M	R\$ 1,44 M
Produtividade do EBITDA	R\$ 0,32 M	R\$ 0,29 M

Repare que criamos aqui um novo indicador (o último): os gastos de capital (GC) sobre o EBITDA, mostrando qual o percentual do EBITDA está sendo reinvestindo estrategicamente na expansão futura do negócio. Quanto maior a proporção, teoricamente, maior o compromisso da empresa com a expectativa de lucros futuros.

- Conclusão: A indústria A foi mais eficiente no ROE e na produtividade e está menos endividada; a indústria B foi mais eficiente apenas nos gastos de capital. Podemos concluir que, apesar do tamanho menor, a A foi melhor.
- b) As vendas vêm consistentemente crescendo (ΔRLV); a liquidez corrente (LC) e margem de EBITDA estão tecnicamente estáveis; houve aumento substancial do endividamento com terceiros (EG) e do retorno para o acionista (ROE); a margem líquida (ML) caiu à metade do que era. Há uma sutil informação intrínseca aqui: entre a margem de EBITDA (EBITDA) e a margem líquida (lucro líquido) fica a despesa financeira, que é proporcional à taxa de juros e ao passivo financeiro da empresa, e o imposto de renda, que costuma ser proporcional ao EBITDA e ao lucro líquido. Se a margem de EBITDA foi sempre a mesma com a receita crescendo é porque o EBITDA também cresceu. Agora, se a margem de EBITDA ficou constante e a margem líquida caiu de uma forma relevante, provavelmente, é porque a despesa financeira explodiu. Logo, o aumento do endividamento geral (EG) está sendo por causa de uma maior dívida financeira (EFi). O que compensou esse endividamento ter aumentado é que o ROE mais do que dobrou no período, frente à variação da renda fixa (CDI) que foi sempre de 2% ao ano. Para investir nessa empresa, deveremos ter cuidado com a dívida, que pode comprometer os resultados futuros.

## **ANEXOS**

## Anexo A – Modelo de Plano de Contas com Tutoriais

C	ÓDI	GO	NATUREZA / CONTA	TUTORIAL
1			ATIVO	BENS E DIREITOS EM ORDEM DECRESCENTE DE LIQUIDEZ.
1	1		CIRCULANTE	Bens e direitos de curto prazo (até um ano).
1	1	1	Caixa	Saldo do dinheiro fisicamente dentro da empresa.
1	1	2	Bancos	Saldo do dinheiro disponível em contas correntes bancárias.
1	1	3	Aplicações Financeiras	Saldo dos recursos retidos em aplicações financeiras.
1	1	4	Contas a Receber	Saldo dos direitos a receber de clientes.
1	1	5	* Provisão para Perdas com Clientes	Provisão para perdas com a inadimplência de clientes.
1	1	6	Estoques	Mercadorias para revenda ou para prestação de serviços.
1	1	7	* Provisão para Perdas em Estoques	Provisão para perdas no volume ou realização das mercadorias.
1	1	8	ICMS ou IPI a Compensar	Créditos tributários com o imposto.
1	1	9	IR a Compensar	Créditos tributários com o imposto.
1	1	10	CSL a Compensar	Créditos tributários com o imposto.
1	1	11	IR Diferido	Créditos tributários com prejuízos fiscais.
1	1	12	CSL Diferido	Créditos tributários com base negativa de contribuição social.
1	1	13	Seguros Antecipados	Prêmios de seguros pagos a serem alocados no resultado.
1	1	14	Outros Devedores	Direitos diversos a receber.
1	2		NÃO CIRCULANTE	Bens e direitos que não se realizarão no curso de até um ano.
1	2	1	Realizável a Longo Prazo	Bens e direitos de realização após um ano.
1	2	1	1 Emprésitimos a Receber L/P	Valores cedidos como empréstimos a sócios e empregados.
1	2	1	2 Empréstimos Compulsórios L/P	Valores pagos de obrigações governamentais a receber.
1	2	1	3 Empréstimos a Empresas Ligadas L/P	Empréstimos concedidos a coligadas e controladas.
1	2	1	4 Valores a Receber L/P	Direitos diversos a receber a l/p.
1	3	2	INVESTIMENTOS	Participações fixas no capital de outras empresas.
1	3	2	1 Coligadas e Controladas	Montante dos investimentos em outras companhias ligadas.
1	3	2	2 Obras de Artes	Valor pago na aquisição de obras de arte.
1	3	2	3 Outros Investimentos	Outras participações acionárias ou imobilizado locado a terceiros.
1	3	3	IMOBILIZADO	Inversões na compra de bens tangíveis duráveis para a empresa.
1	3	3	1 Terrenos	Direito escriturais sobre uma propriedade territorial.
1	3	3	2 Imóveis	Imóveis próprios.
1	3	3	3 Deprecº Acumulada - Imóveis	Gastos acumulados de depreciação do respectivo bem.
1	3	3	4 Veículos	Automóveis e veículos auto-motores próprios.
1	3	3	5 Deprecº Acumulada - Veículos	Gastos acumulados de depreciação do respectivo bem.
1	3	3	6 Máquinas e Equipamentos	Máquinas, equipamentos e outros fixos.
1	3	3	7 Deprecº Acumulada - Máq. e Equip.	Gastos acumulados de depreciação do respectivo bem.
1	3	3	8 Outros Imobilizados	Quaisquer bens duráveis classificáveis.
1	3	3	9 Deprecº Acumulada - Outros	Gastos acumulados de depreciação do respectivo bem.
1	3	4	INTANGÍVEL	Gastos de alocação a resultado diferida para anos futuros.
1	3	4	1 Marcas e Patentes	Gastos com o registro de marcas e patentes.
1	3	4	2 Amortização Acumulada	Gastos acumulados de amortização do respectivo gasto.
1	3	4	3 Despesas de Reestruturação	Gastos de reengenharia e reestruturação do negócio.
1	3	4	4 Amortização Acumulada	Gastos acumulados de amortização do respectivo gasto.
1	3	4	5 Pesquisa e Desenvolvimento	Investimentos co P&D de um novo produto ou tecnologia.
1	3	4	6 Amortização Acumulada	Gastos acumulados de amortização do respectivo gasto.
2			PASSIVO	OBRIGAÇÕES EM ORDEM DECRESCENTE DE EXIGIBILIDADE.
2	1		CIRCULANTE	Obrigações de curto prazo (até um ano).
2	1	1	Fornecedores	Dívidas com 3ºs. que forncem materiais e serviços para venda.
2	1	2	Provisão de IR a Pagar (PIR)	Obrigações a pagar de Imposto de Renda.
2	1	3	Provisão de IR Diferido (PIRD)	Obrigações de pagamento diferido de Imposto de Renda.
2	1	4	Salários a Pagar	Obrigações trabalhistas para com funcionários.
2	1	5	Encargos Sociais a Pagar	Obrigações de pagamento de INSS, FGTS e IR da folha de pgtos.
2	1	6	Dividendos a Pagar	Valor dos dividendos propostos a serem pagos aos donos.
2	1	7	Contas a Pagar	Obrigações a pagar referentes aos gastos operacionais.

2	1	8	Debêntures a Pagar	Títulos da dívida da empresa com promessa de juros futuros.
_	_	9	Impostos Indiretos a Pagar	Obrigações tributárias (ICMS, IPI, ISS, COFINS, PIS, etc.).
		10	Emprésitmos e Financiamento a Pagar	Empréstimos ou financiamentos captados pela empresa.
		11	Outros Credores	Outras obrigações de curto prazo não classificadas.
_	2		NÃO CIRCULANTE	Obrigações de longo prazo (após uma ano).
		1	Empréstimos a Pagar L/P	Empréstimos ou financiamentos captados pela empresa.
		2	Debêntures a Pagar L/P	Títulos da dívida da empresa com promessa de juros futuros.
		3	Valores a Pagar L/P	Outras obrigações de longo prazo não classificadas.
	3		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Obrigações para com os donos da empresa.
		1	Capital Social	Montante dos investimentos que os donos fizeram na empresa.
		2	Reservas de Capital	Reserva constituida por subvenções ou ágio com emissão de ações.
	3	3	Reservas de Reavaliação	Excesso em avaliação ao valor do custo de aquisição de imobilizado.
		4	Reservas de Lucros	Valor constituído mediante retenção de lucros da empresa.
	3	5	Lucros (ou Prejuízos) Acumulados	Lucros não distribuídos (ou prejuízos) da vida da empresa.
3			RECEITAS	GANHOS QUE A EMPRESA TEM QUE GERAM AUMENTO DO ATIVO.
	1		RECEITAS DE VENDAS	Ganhos comerciais, de acordo com o objeto social da empresa.
		1	Receitas de Vendas de Produtos	Faturamento de produtos da empresa.
		2	Receitas de Vendas de Serviços	Faturamento com serviços prestados pela empresa.
	2		RECEITAS OPERACIONAIS	Ganhos de outras atividades operacionais.
		1	Resultado de Equivalência Patrimonial	Receitas com equivalência patrimonial de empresas ligadas.
		2	Receitas Financeiras	Ganhos com aplicações financeiras ou recebts. em atraso.
	2	3	Outras Receitas	Ganhos eventuais derivados da operação.
	3	•	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	Ganhos de atividades extra-operacionais da empresa.
		1	Receita na Venda de Imobilizado	Valor de venda de imobilizado.
4			DESPESAS	GASTOS QUE A EMPRESA FAZ COM O FITO DE OBTER RECEITA.
	1		CUSTOS DAS VENDAS	Gastos comerciais, de acordo com o objeto social da empresa
4	1	1	Custos das Mercadorias Vendidas	Custos relativos aos produtos vendidos.
4	1	2	Custos dos Serviços Prestados	Custos relativos aos serviços vendidos.
4	2		DEDUÇÕES DAS VENDAS	Gastos com descontos, devoluções e impostos sobre vendas.
4	2	1	Devoluções de Vendas	Valor de mercadorias devolvidas por clientes.
4	2	2	Descontos Comerciais	Descontos incondicionais, discriminados na nota fiscal de venda.
4	2	3	Impostos sobre Vendas	Valor do ICMS, IPI ou ISS sobre as vendas.
4	3			valor do leivio, il rod ioo sobre as veridas.
4			DESPESAS OPERACIONAIS	Gastos de outras atividades operacionais.
		1	DESPESAS OPERACIONAIS  Administrativas	
4		1 2		Gastos de outras atividades operacionais.
	3		Administrativas	Gastos de outras atividades operacionais.  Gastos acessórios com a operacionalização da empresa.
4	3 3 3	2	Administrativas Vendas e Marketing	Gastos de outras atividades operacionais.  Gastos acessórios com a operacionalização da empresa.  Esforços da empresa na tentativa de aumentar ou manter as vendas.
4 :	3 3 3	2	Administrativas Vendas e Marketing Pessoal	Gastos de outras atividades operacionais.  Gastos acessórios com a operacionalização da empresa.  Esforços da empresa na tentativa de aumentar ou manter as vendas.  Gastos relacionados com a força de trabalho (folha de pgtº).
4 : 4 :	3 3 3 3	2 3 4	Administrativas Vendas e Marketing Pessoal Prediais	Gastos de outras atividades operacionais.  Gastos acessórios com a operacionalização da empresa.  Esforços da empresa na tentativa de aumentar ou manter as vendas.  Gastos relacionados com a força de trabalho (folha de pgtº).  Gastos necessários para manter os prédios funcionando.
4 4 4 4 4	3 3 3 3 3	2 3 4 5	Administrativas Vendas e Marketing Pessoal Prediais Financeiras	Gastos de outras atividades operacionais.  Gastos acessórios com a operacionalização da empresa.  Esforços da empresa na tentativa de aumentar ou manter as vendas.  Gastos relacionados com a força de trabalho (folha de pgtº).  Gastos necessários para manter os prédios funcionando.  Gastos com juros ou em pagamentos atraso.
4 4 4 4 4	3 3 3 3 3 3	2 3 4 5 6	Administrativas Vendas e Marketing Pessoal Prediais Financeiras Resultado de Equivalência Patrimonial	Gastos de outras atividades operacionais.  Gastos acessórios com a operacionalização da empresa.  Esforços da empresa na tentativa de aumentar ou manter as vendas.  Gastos relacionados com a força de trabalho (folha de pgtº).  Gastos necessários para manter os prédios funcionando.  Gastos com juros ou em pagamentos atraso.  Despesa com equivalência patrimonial de empresas ligadas.
4 : 4 : 4 : 4 : 4 : 4	3 3 3 3 3 3 3	2 3 4 5 6 7	Administrativas Vendas e Marketing Pessoal Prediais Financeiras Resultado de Equivalência Patrimonial Depreciação	Gastos de outras atividades operacionais.  Gastos acessórios com a operacionalização da empresa.  Esforços da empresa na tentativa de aumentar ou manter as vendas.  Gastos relacionados com a força de trabalho (folha de pgtº).  Gastos necessários para manter os prédios funcionando.  Gastos com juros ou em pagamentos atraso.  Despesa com equivalência patrimonial de empresas ligadas.  Valores apropriados do desgaste de imobilizado tangível.
4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4	3 3 3 3 3 3 3	2 3 4 5 6 7 8	Administrativas Vendas e Marketing Pessoal Prediais Financeiras Resultado de Equivalência Patrimonial Depreciação Amortização	Gastos de outras atividades operacionais.  Gastos acessórios com a operacionalização da empresa.  Esforços da empresa na tentativa de aumentar ou manter as vendas.  Gastos relacionados com a força de trabalho (folha de pgtº).  Gastos necessários para manter os prédios funcionando.  Gastos com juros ou em pagamentos atraso.  Despesa com equivalência patrimonial de empresas ligadas.  Valores apropriados do desgaste de imobilizado tangível.  Valores apropriados de gastos diferidos.
4 4 4 4 4 4 4	3 3 3 3 3 3 3 3 4	2 3 4 5 6 7 8	Administrativas Vendas e Marketing Pessoal Prediais Financeiras Resultado de Equivalência Patrimonial Depreciação Amortização Outras Despesas	Gastos de outras atividades operacionais.  Gastos acessórios com a operacionalização da empresa.  Esforços da empresa na tentativa de aumentar ou manter as vendas.  Gastos relacionados com a força de trabalho (folha de pgtº).  Gastos necessários para manter os prédios funcionando.  Gastos com juros ou em pagamentos atraso.  Despesa com equivalência patrimonial de empresas ligadas.  Valores apropriados do desgaste de imobilizado tangível.  Valores apropriados de gastos diferidos.  Outros gastos operacionais.
4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4	3 3 3 3 3 3 3 3 4	2 3 4 5 6 7 8 9	Administrativas Vendas e Marketing Pessoal Prediais Financeiras Resultado de Equivalência Patrimonial Depreciação Amortização Outras Despesas DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	Gastos de outras atividades operacionais.  Gastos acessórios com a operacionalização da empresa.  Esforços da empresa na tentativa de aumentar ou manter as vendas.  Gastos relacionados com a força de trabalho (folha de pgtº).  Gastos necessários para manter os prédios funcionando.  Gastos com juros ou em pagamentos atraso.  Despesa com equivalência patrimonial de empresas ligadas.  Valores apropriados do desgaste de imobilizado tangível.  Valores apropriados de gastos diferidos.  Outros gastos operacionais.  Gastos de atividades extra-operacionais da empresa.
4 : 4 : 4 : 4 : 4 : 4 : 4 : 4 : 4 : 4 :	3 3 3 3 3 3 3 3 4 4 4	2 3 4 5 6 7 8 9	Administrativas Vendas e Marketing Pessoal Prediais Financeiras Resultado de Equivalência Patrimonial Depreciação Amortização Outras Despesas DESPESAS NÃO OPERACIONAIS Despesa na Venda de Imobilizado	Gastos de outras atividades operacionais.  Gastos acessórios com a operacionalização da empresa.  Esforços da empresa na tentativa de aumentar ou manter as vendas.  Gastos relacionados com a força de trabalho (folha de pgtº).  Gastos necessários para manter os prédios funcionando.  Gastos com juros ou em pagamentos atraso.  Despesa com equivalência patrimonial de empresas ligadas.  Valores apropriados do desgaste de imobilizado tangível.  Valores apropriados de gastos diferidos.  Outros gastos operacionais.  Gastos de atividades extra-operacionais da empresa.  Valor líquido do imobilizado vendido.

### Anexo B – Como os Lançamentos Contábeis Afetam as DFs

Neste tópico, vamos elencar alguns fatos administrativos e ver como eles afetam as DFs principais: o BP e a DRE.

- a)2/1/X1: Abertura (ou aumento) do capital social por R\$ 1.000, em espécie;
- **b)**3/1/X1: Compra de mercadorias por R\$ 200, metade à vista (R\$ 100) e metade com vencimento para daqui a 28 e 45 dias, no valor de R\$ 50 cada prestação;
- c) 5/1/X1: Captação de empréstimos de R\$ 300, para pagar daqui a 6 meses;
- d)6/1/X1: Compra de equipamentos à vista, no valor de R\$ 80;
- e)8/1/X1: Venda de mercadorias que custavam R\$ 30, pelo triplo do valor (R\$ 90), sendo metade à vista (R\$ 45) e metade para receber em três parcelas iguais (R\$ 15 cada) daqui a 15, 45 e 60 dias;
- f) 25/1/X1: Apropriação contábil de salários do mês de janeiro, no valor de R\$ 20, a serem pagos apenas no mês seguinte;
- g)31/1/X1: Apropriação de R\$ 10 de juros sobre os empréstimos, a serem pagos apenas no vencimento;
- h)31/1/X1: Quitação do primeiro boleto contra o fornecedor, no valor de R\$ 50;
- i) 31/1/X1: Recebimento do primeiro boleto do cliente, no valor de R\$ 15;
- j) 31/1/X1: Reconhecimento da depreciação do equipamento, no valor de R\$ 3;
- k)31/1/X1: Reconhecimento da despesa de imposto de renda de 33% (1/3) do lucro antes do imposto de renda (LAIR), a ser pago no mês seguinte;
- I) 31/1/X1: Deliberação dos acionistas quanto à destinação do lucro líquido do período: 1/3 pagos sob a forma de dividendos, nesta data, e o restante, transferido para Reservas de Lucros.

Para cada fato acima, vamos demonstrar o que aconteceu e como fica o BP e a DRE.

## A empresa não existia: ANTES, NADA EXISTIA...

Balanç	Dem. do Resultado e	m X1			
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$
Caixa e Bancos		Fornecedores		Receita Bruta	
Contas a Receber		Salários a Pagar		Custos das Vendas	
Estoques		IR a Pagar		Lucro Bruto	
		Empréstimos		Desp. Salários	
Circulante		Circulante		EBITDA (ou LAJIRDA)	
				Desp. de Depreciação	
		Capital Social		Lucro antes dos Juros	
Equipamentos		Reservas		Desp. Financeira	
(-) Deprecº Acumulada		Lucros Acumulados		Lucro antes do IR	
Não Circulante		Patrimônio Líquido		Desp. de IR	
TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO PASSIVO		Lucro Líquido	

Até que os sócios se reuniram, fizeram um plano para o novo empreendimento e montaram o capital da empresa.

a)2/1/X1: Abertura (ou aumento) do capital por R\$ 1.000, em espécie:

Explicação: Antes, nada existia; depois, os sócios transferem caixa para a sociedade que, em troca, emite cotas do capital social, mostrando que deve aos sócios. Logo, aumenta o caixa e bancos e aumenta o capital social.

a) 2/1 - Abertura da empresa com R\$ 1.000, em espécie:

Balanç	Dem. do Resultado e	m X1			
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$
Caixa e Bancos	1.000	Fornecedores	]	Receita Bruta	
Contas a Receber		Salários a Pagar		Custos das Vendas	
Estoques		IR a Pagar		Lucro Bruto	
		Empréstimos	]	Desp. Salários	
Circulante	1.000	Circulante	-	EBITDA (ou LAJIRDA)	
			]	Desp. de Depreciação	
		Capital Social	1.000	Lucro antes dos Juros	
Equipamentos		Reservas	]	Desp. Financeira	
(-) Deprecº Acumulada		Lucros Acumulados	]	Lucro antes do IR	
Não Circulante	-	Patrimônio Líquido	1.000	Desp. de IR	
TOTAL DO ATIVO	1.000	TOTAL DO PASSIVO	1.000	Lucro Líquido	

OBS.: Os valores em negrito no ativo circulante e no total do ativo são apenas subtotais do efeito da entrada de valores em Caixa e Bancos; da mesma forma, os valores em negrito em patrimônio líquido e no total do passivo são subtotais da entrada de valores no Capital Social.

**b)**3/1/X1: Compra de mercadorias por R\$ 200, metade à vista (R\$ 100) e metade para daqui a 28 e 45 dias (R\$ 50 cada):

Explicação: Para a empresa começar suas atividades comerciais, precisa de mercadorias; então, a empresa pagou R\$ 100 do seu caixa para que os produtos chegassem e, junto, vieram a nota fiscal e dois boletos para pagamento, que montam os outros R\$ 100 a pagar. Logo, reduz o caixa (R\$ 100) e contrai obrigações junto aos fornecedores (R\$ 100) em troca de mercadorias (R\$ 200).

b) 3/1 - Compra de mercadorias por R\$ 200, metade à vista e o resto, em 40 e 80 dias:

Balanç	Dem. do Resultado e	m X1			
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$
Caixa e Bancos	900	Fornecedores	100	Receita Bruta	
Contas a Receber		Salários a Pagar		Custos das Vendas	
Estoques	200	IR a Pagar		Lucro Bruto	
		Empréstimos		Desp. Salários	
Circulante	1.100	Circulante	100	EBITDA (ou LAJIRDA)	
				Desp. de Depreciação	
		Capital Social	1.000	Lucro antes dos Juros	
Equipamentos		Reservas		Desp. Financeira	
(-) Deprecº Acumulada		Lucros Acumulados		Lucro antes do IR	
Não Circulante	-	Patrimônio Líquido	1.000	Desp. de IR	
TOTAL DO ATIVO	1.100	TOTAL DO PASSIVO	1.100	Lucro Líquido	

c) 5/1/X1: Captação de empréstimos de R\$ 300, por 6 meses: Explicação: Para levantar mais recursos, a empresa contrai uma dívida junto a bancos, em troca de dinheiro. c) 5/1 - Captação de empréstimos de R\$ 200, para pagamento em 6 meses:

Balanç	Balanço Patrimonial em 5/1/X1					
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$	
Caixa e Bancos	1.100	Fornecedores	100	Receita Bruta		
Contas a Receber		Salários a Pagar		Custos das Vendas		
Estoques	200	IR a Pagar		Lucro Bruto		
		Empréstimos	200	Desp. Salários		
Circulante	1.300	Circulante	300	EBITDA (ou LAJIRDA)		
				Desp. de Depreciação		
		Capital Social	1.000	Lucro antes dos Juros		
Equipamentos		Reservas		Desp. Financeira		
(-) Deprecº Acumulada		Lucros Acumulados		Lucro antes do IR		
Não Circulante	-	Patrimônio Líquido	1.000	Desp. de IR		
TOTAL DO ATIVO	1.300	TOTAL DO PASSIVO	1.300	Lucro Líquido		

**d)**6/1/X1: Compra de equipamentos à vista, no valor de R\$ 80: Explicação: *Sai dinheiro do caixa em troca de equipamentos, no ativo permanente.* 

d) 6/1 - Compra de equipamentos à vista, por R\$ 80:

Balanç	Dem. do Resultado e	m X1			
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$
Caixa e Bancos	1.020	Fornecedores	100	Receita Bruta	
Contas a Receber		Salários a Pagar		Custos das Vendas	
Estoques	200	IR a Pagar		Lucro Bruto	
		Empréstimos	200	Desp. Salários	
Circulante	1.220	Circulante	300	EBITDA (ou LAJIRDA)	
				Desp. de Depreciação	
		Capital Social	1.000	Lucro antes dos Juros	
Equipamentos	80	Reservas		Desp. Financeira	
(-) Deprecº Acumulada		Lucros Acumulados		Lucro antes do IR	
Não Circulante	80	Patrimônio Líquido	1.000	Desp. de IR	
TOTAL DO ATIVO	1.300	TOTAL DO PASSIVO	1.300	Lucro Líquido	

e)8/1/X1: Venda de mercadorias que custavam R\$ 30, pelo triplo do valor (R\$ 90), sendo metade à vista (R\$ 45) e metade para receber em três parcelas iguais (R\$ 15 cada) daqui a 15, 45 e 60 dias:

Explicação: Primeiro, dá-se a baixa dos estoques (R\$ 30) contra o custo das mercadorias vendidas (DRE); depois, emite-se a nota fiscal ao cliente pelo valor da receita de vendas (R\$ 90), tendo aumentado o caixa (R\$ 45) e assumido o direito a receber de clientes (R\$ 45).

e) 8/1 - Venda de mercadorias de R\$ 30, pelo triplo, sendo metade à vista e o resto, a prazo:

Balanço Patrimonial em 8/1/X1				Dem. do Resultado em X1	
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$
Caixa e Bancos	1.065	Fornecedores	100	Receita Bruta	90
Contas a Receber	45	Salários a Pagar		Custos das Vendas	- 30
Estoques	170	IR a Pagar		Lucro Bruto	60
		Empréstimos	200	Desp. Salários	
Circulante	1.280	Circulante	300	EBITDA (ou LAJIRDA)	60
				Desp. de Depreciação	
		Capital Social	1.000	Lucro antes dos Juros	60
Equipamentos	80	Reservas		Desp. Financeira	
(-) Deprecº Acumulada		Lucros Acumulados	60	Lucro antes do IR	60
Não Circulante	80	Patrimônio Líquido	1.060	Desp. de IR	
TOTAL DO ATIVO	1.360	TOTAL DO PASSIVO	1.360	Lucro Líquido	60

**f)** 25/1/X1: Apropriação contábil de salários do mês de janeiro, no valor de R\$ 20, a serem pagos apenas no mês seguinte:

Explicação: Legalmente, os colaboradores prestaram serviços em jan/X1, o que faz a empresa incorrer nas despesas de salários e na obrigação de salários a pagar em fev/X1.

f) 31/1 - Apropriação contábil de salários do mês, de R\$ 20, a seram pagos no mês seguinte:

Balanço	Dem. do Resultado e	m X1			
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$
Caixa e Bancos	1.065	Fornecedores	100	Receita Bruta	90
Contas a Receber	45	Salários a Pagar	20	Custos das Vendas	- 30
Estoques	170	IR a Pagar		Lucro Bruto	60
		Empréstimos	200	Desp. Salários	- 20
Circulante	1.280	Circulante	320	EBITDA (ou LAJIRDA)	40
				Desp. de Depreciação	
		Capital Social	1.000	Lucro antes dos Juros	40
Equipamentos	80	Reservas		Desp. Financeira	
(-) Deprecº Acumulada		Lucros Acumulados	40	Lucro antes do IR	40
Não Circulante	80	Patrimônio Líquido	1.040	Desp. de IR	
TOTAL DO ATIVO	1.360	TOTAL DO PASSIVO	1.360	Lucro Líquido	40

g)31/1/X1: Apropriação de R\$ 10 de juros sobre os empréstimos a serem pagos apenas no vencimento:

Explicação: Fim de período contábil (mês) e, por competência do exercício, devem-se registrar os juros do período (despesa) contra um aumento da dívida a pagar, no vencimento.

g) 31/1 - Apropriação contábil de R\$ 10 de juros sobre empréstimos, pagos no vencimento:

Balanço	Dem. do Resultado e	m X1			
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$
Caixa e Bancos	1.065	Fornecedores	100	Receita Bruta	90
Contas a Receber	45	Salários a Pagar	20	Custos das Vendas	- 30
Estoques	170	IR a Pagar		Lucro Bruto	60
		Empréstimos	210	Desp. Salários	- 20
Circulante	1.280	Circulante	330	EBITDA (ou LAJIRDA)	40
				Desp. de Depreciação	
		Capital Social	1.000	Lucro antes dos Juros	40
Equipamentos	80	Reservas		Desp. Financeira	- 10
(-) Deprecº Acumulada		Lucros Acumulados	30	Lucro antes do IR	30
Não Circulante	80	Patrimônio Líquido	1.030	Desp. de IR	
TOTAL DO ATIVO	1.360	TOTAL DO PASSIVO	1.360	Lucro Líquido	30

h)31/1/X1: Quitação do 1º boleto contra o fornecedor, por R\$ 50: Explicação: Ao pagar o valor do boleto, a empresa reduz a dívida com seus fornecedores, em troca de redução do saldo do caixa.

h) 31/1 - Quitação do primeiro boleto junto aos fornecedores, no valor de R\$ 50:

Balanço	Balanço Patrimonial em 31/1/X1				
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$
Caixa e Bancos	1.015	Fornecedores	50	Receita Bruta	90
Contas a Receber	45	Salários a Pagar	20	Custos das Vendas	- 30
Estoques	170	IR a Pagar		Lucro Bruto	60
		Empréstimos	210	Desp. Salários	- 20
Circulante	1.230	Circulante	280	EBITDA (ou LAJIRDA)	40
				Desp. de Depreciação	
		Capital Social	1.000	Lucro antes dos Juros	40
Equipamentos	80	Reservas		Desp. Financeira	- 10
(-) Deprecº Acumulada		Lucros Acumulados	30	Lucro antes do IR	30
Não Circulante	80	Patrimônio Líquido	1.030	Desp. de IR	
TOTAL DO ATIVO	1.310	TOTAL DO PASSIVO	1.310	Lucro Líquido	30

i) 31/1/X1: Recebimento do 1º boleto do cliente, no valor de R\$ 15: Explicação: O Contas a Receber acumula o direito a receber por vendas a prazo, em três boletos de R\$ 15 cada; agora, está recebendo a 1º parcela, então, aumenta o caixa e reduz o direito a receber.

i) 31/1 - Quitação do primeiro boleto pelos clientes, no valor de R\$ 15:

Balanço Patrimonial em 31/1/X1				Dem. do Resultado em X1		
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$	
Caixa e Bancos	1.030	Fornecedores	50	Receita Bruta	90	
Contas a Receber	30	Salários a Pagar	20	Custos das Vendas	- 30	
Estoques	170	IR a Pagar		Lucro Bruto	60	
		Empréstimos	210	Desp. Salários	- 20	
Circulante	1.230	Circulante	280	EBITDA (ou LAJIRDA)	40	
				Desp. de Depreciação		
		Capital Social	1.000	Lucro antes dos Juros	40	
Equipamentos	80	Reservas		Desp. Financeira	- 10	
(-) Deprecº Acumulada		Lucros Acumulados	30	Lucro antes do IR	30	
Não Circulante	80	Patrimônio Líquido	1.030	Desp. de IR		
TOTAL DO ATIVO	1.310	TOTAL DO PASSIVO	1.310	Lucro Líquido	30	

j) 31/1/X1: Reconhecimento da depreciação do equipamento, de R\$ 3: Explicação: A depreciação exige uma redução, em conta própria de depreciação acumulada, do ativo imobilizado ao qual se refere, contra a despesa de depreciação.

i) 31/1 - Depreciação no mês, de equipamentos, no valor de R\$ 3:

<i>,</i> , , ,		quipamentos, no vaior de	ny J.		
Balanço Patrimonial em 31/1/X1			Dem. do Resultado em X1		
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$
Caixa e Bancos	1.030	Fornecedores	50	Receita Bruta	90
Contas a Receber	30	Salários a Pagar	20	Custos das Vendas	- 30
Estoques	170	IR a Pagar		Lucro Bruto	60
		Empréstimos	210	Desp. Salários	- 20
Circulante	1.230	Circulante	280	EBITDA (ou LAJIRDA)	40
				Desp. de Depreciação	- 3
		Capital Social	1.000	Lucro antes dos Juros	37
Equipamentos	80	Reservas		Desp. Financeira	- 10
(-) Deprecº Acumulada	- 3	Lucros Acumulados	27	Lucro antes do IR	27
Não Circulante	77	Patrimônio Líquido	1.027	Desp. de IR	
TOTAL DO ATIVO	1.307	TOTAL DO PASSIVO	1.307	Lucro Líquido	27

**k)**31/1/X1: Despesa de imposto de renda de 33% (1/3) do LAIR, a ser pago no mês seguinte:

Explicação: Até o final do lançamento "j", o saldo do lucro antes do imposto de renda era de R\$ 27. Agora, 1/3 desse valor será cobrado de despesa de IR, aumentando a dívida a pagar, no passivo circulante.

k) 31/1 - Contabilização do IR de 1/3 sobre o LAIR:

Balanço Patrimonial em 31/1/X1				Dem. do Resultado em X1		
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$	
Caixa e Bancos	1.030	Fornecedores	50	Receita Bruta	90	
Contas a Receber	30	Salários a Pagar	20	Custos das Vendas	- 30	
Estoques	170	IR a Pagar	9	Lucro Bruto	60	
		Empréstimos	210	Desp. Salários	- 20	
Circulante	1.230	Circulante	289	EBITDA (ou LAJIRDA)	40	
				Desp. de Depreciação	- 3	
		Capital Social	ial 1.000 Lucro antes dos Juro		37	
Equipamentos	80	Reservas		Desp. Financeira	- 10	
(-) Deprecº Acumulada	- 3	Lucros Acumulados	18	18 Lucro antes do IR		
Não Circulante	77	Patrimônio Líquido	1.018	Desp. de IR	- 9	
TOTAL DO ATIVO	1.307	TOTAL DO PASSIVO	1.307	Lucro Líquido	18	

I) 31/1/X1: Deliberação dos acionistas quanto à destinação do lucro líquido do período: 1/3 pagos sob a forma de dividendos, nesta data, e o restante, transferido para Reservas de Lucros:

Explicação: A Lei das S/A — lei nº 6.404/76 — determina que a empresa deve definir a destinação do lucro, ao final do exercício social, no caso, em 31/12. Mas, em reunião dos acionistas, isso foi definido já no final do primeiro mês de operação: dos R\$ 18 de lucro líquido, 1/3 (R\$ 6) está sendo pago em dividendos, aos sócios, o restante (R\$ 12) vai compor uma Reserva de Lucros.

l) 31/1 - AGE: destinação do lucro do ano: 1/3 para dividendos a pagar e 2/3 em reservas:

Balanço Patrimonial em 31/1/X1			Dem. do Resultado em X1		
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$
Ativo	R\$	Passivo	R\$	Resultado	R\$
Caixa e Bancos	1.024	Fornecedores	50	Receita Bruta	90
Contas a Receber	30	Salários a Pagar	20	Custos das Vendas	- 30
Estoques	170	IR a Pagar	9	Lucro Bruto	60
		Empréstimos	210	Desp. Salários	- 20
Circulante	1.224	Circulante	289	EBITDA (ou LAJIRDA)	40
				Desp. de Depreciação	- 3
		Capital Social	1.000	Lucro antes dos Juros	37
Equipamentos	80	Reservas	12	Desp. Financeira	- 10
(-) Deprecº Acumulada	- 3	Lucros Acumulados		Lucro antes do IR	27
Não Circulante	77	Patrimônio Líquido	1.012	Desp. de IR	- 9
TOTAL DO ATIVO	1.301	TOTAL DO PASSIVO	1.301	Lucro Líquido	18

Em adendo, a Mutação do Patrimônio Líquido da empresa, para o mês de janeiro/X1, fica assim:

Mutação do Patrimônio Líquido (em R\$)	Capital Social	Reserva Lucros	Lucro Acum.	Total do PL
Saldo em 1/1/X1	0001011	20.0100	7 1001111	_
Aumento de capital social	1.000			1.000
Lucro líquido do período			18	18
Dividendos propostos			( 6)	( 6)
Constituição de Reserva de Lucros		12	(12)	( 12)
Saldo em 31/1/X1	1.000	12	_	1.012

Os saldos finais devem ser iguais aos saldos no Balanço Patrimonial.

Por conseguinte, a Demonstração do Fluxo de Caixa fica da seguinte forma:

Demonstração do Fluxo de Caixa	Eı	<u> </u>
Lucro líquido do período		18
+ Depreciações		3
Lucro Líquido ajustado		21
Variação de ativos circulantes:		
Contas a Receber	(	30)
Estoques	(	170)
Variação de passivos circulantes:		
Fornecedores		50
Salários a Pagar		20
IR a Pagar		9
Juros sobre empréstimos		10
Caixa das Atividades Operacionais	(	90)
Compra de imobilizado	(	80)
Caixa das Atividades de Investimento	(	80)
Captação de novos empréstimos Aumento de capital social	1	200 .000

Pagamento de dividendos	(	6)
Caixa das Atividades de Financiamento	1.	194
Saldo inicial de Caixa e Bancos	-	_
Saldo final de Caixa e Bancos	1.0	)24
Variação do saldo de Caixa e Bancos	1.	024

### Anexo C – Mapa com os Indicadores Financeiros

Indicadores	Fórmula	Formato	Interpretação
Liquidez corrente	LC = AC / PC	№ c/ 2 casas decimais	Quantos reais tem no c/p para pagar cada real de dívida do c/p
Endividamento geral	EG = PE / A	% c/ 1 casa decimal	Qual o percentual do ativo que depende das dívidas com terceiros
Endividamento financeiro	EFi = PFi / A	% c/ 1 casa decimal	Qual o percentual do ativo que depende das dívidas financeiras
Dívida líquida sobre geração de caixa	DLGC = DL / EBITDA	Nº c/ 2 casas decimais	Em quantos anos consegue pagar a dívida financeira
Margem bruta	MB = LB / RLV	% c/ 1 casa decimal	Quantos reais ganha comercial- mente para cada 100 reais de vendas
Margem de EBITDA	ME = EBITDA / RLV	% c/ 1 casa decimal	Quantos reais ganha economicamente, para cada 100 reais de vendas
Margem líquida	ML = LL / RLV	% c/ 1 casa decimal	Quantos reais ganha no final, para cada 100 reais de vendas
Retorno sobre o Patrimônio líquido	ROE = LL / PL	% c/ 1 casa decimal	Quantos reais a empresa ganhou para cada 100 reais investidos pelos acionistas
Produtividade 1	$P_1 = RLV / TC$	Nº c/ 2 casas decimais	Quantos reais a empresa fatura por colaborador
Produtividade 2	P <sub>2</sub> = EBITDA / TC	Nº c/ 2 casas decimais	Quanto a empresa ganha econo- micamente por cada colaborador

**Observação**: Quanto maior cada indicador, melhor para a empresa, exceto os três indicadores de endividamento, que, quanto maior, pior para a empresa.

#### Notação:

A ativo total

AC ativo circulante

c/p curto prazo, ou seja, em até um ano

D disponibilidades ou caixa e equivalentes, bancos e aplicações financeiras de curto prazo

DL dívida liquida, em que: DL = PFi – D

EBITDA lucro antes das despesas com juros, imposto de renda, depreciação e amortização (LAJIRDA)

LB lucro bruto, em que: LB = RLV – custos das vendas

LL lucro líquido

PC passivo circulante

PE passivo exigível, em que: PE = PC + PNC

PFi passivo financeiro PNC passivo não circulante PL patrimônio líquido

RLV receita líquida de vendas (na DRE)
TC total de colaboradores da empresa

## **GLOSSÁRIO REMISSIVO**

#### Glossário:

Ação (ou ações)

Fração do capital de uma sociedade anônima.

Ação ordinária (ON)

Ação que confere ao seu proprietário o direito de voto em assembleia de acionistas e o recebimento de proventos.

Ação preferencial (PN)

Ação que confere ao seu proprietário a preferência no recebimento de proventos, os quais podem ser em valores diferenciados em relação às ações ordinárias. Os acionistas preferenciais não têm o seu direito de voto garantido em assembleia de acionistas.

Acionista

Ver "sócio". Diz-se do sócio de uma sociedade anônima.

Agente econômico

Pessoas físicas (CPF) e jurídicas (CNPJ), incluindo governo e instituições públicas e privadas, dotadas de personalidade jurídica.

Alavancagem financeira

Processo em que a empresa aumenta seu endividamento financeiro para acelerar seu crescimento e obter um retorno maior para os acionistas.

Alavancagem operacional

Processo em que a empresa consegue obter um ganho de escala, se mantiver suas despesas fixas com uma variação menor do que a receita líquida de vendas. Neste caso, o aumento percentual do lucro operacional (EBIT) entre dois períodos será maior do que o aumento percentual das vendas líquidas.

Amortização

1. de um empréstimo: pagamento de parte do principal; 2. Do ativo intangível: processo contábil pelo qual se registra, por estimativa, a alocação de intangíveis ao resultado da empresa, por meio de uma despesa ou custo. Esse valor pode ser dedutível para fins de imposto de renda. A amortização não gera pagamento ou desembolso.

Assembleia de acionistas

Órgão máximo deliberativo de uma sociedade anônima; reunião dos acionistas, previsto pelo estatuto social, em que eles deliberam assuntos estratégicos para a empresa, como aprovação das demonstrações financeiras, distribuição de proventos, compra de outra empresa, venda de uma fábrica etc. As assembleias podem ser de dois tipos: as ordinárias (AGO), previstas no estatuto uma vez por ano, e as extraordinárias (AGE), que ocorrem sempre que uma deliberação relevante precisa ser tomada.

Asset light

Ativos leves. Empresas que demandam poucos e contínuos investimentos de gastos de capital, como prestadoras de serviços, fornecedoras de energia e tecnologia.

Ativo

Conjunto de bens e direitos de uma empresa e que são

apresentados contabilmente por ordem de liquidez.

Ativo circulante Expressão contábil que caracteriza um subgrupo do ativo, no qual

se classificam as contas representativas de bens e direitos com

vencimento até um ano.

Ativo líquido Ativo transformável em dinheiro; expressão financeira resultante

da soma do ativo circulante e o ativo realizável a longo prazo.

Ativo não circulante Expressão contábil que caracteriza um subgrupo do ativo, no qual

se classificam as contas representativas de bens e direitos, cuja realização não se dará no prazo de até um ano, conforme

intenção da empresa.

Ativo permanente Ativo fixo; expressão financeira que reúne os subgrupos de

investimentos, imobilizado e intangível da empresa.

Ativo realizável a longo prazo Expressão contábil que caracteriza um subgrupo do ativo, no qual

se classificam as contas representativas de bens e direitos com

vencimento após um ano.

Auditoria externa Empresa independente, formada por profissionais habilitados,

que, seguindo normas de auditoria internacional, fazem a revisão dos procedimentos contábeis adotados por uma empresa e, para este serviço, emitem um parecer dos auditores independentes.

Balancete contábil Relatório contábil informal, no qual se listam todas as contas e

subcontas e seus respectivos saldos contábeis, em uma data.

Bem Objeto tangível ou intangível de posse e/ou usufruto da empresa.

Bolsa de valores Entidade responsável por assegurar a liquidação das operações

com ações, cotas de fundos de investimento imobiliários, mercadorias (ferro, cobre etc.), moedas (dólar, euro etc.), metais (ouro, prata etc.) e índices (IBOVESPA etc.), por meio de pregão

eletrônico. No Brasil, a única bolsa de valores é a B3.

Capital de giro É a reserva de liquidez que a empresa mantém, sob a forma de

disponibilidades, contas a receber de clientes e estoques, para fazer frente às necessidades de sustentar sua liquidez e a

continuidade dos negócios.

Capital de giro líquido Mais abrangente do que o capital de giro, é o valor líquido entre

ativos e passivos circulantes, quantificando, em reais, o total do

excesso ou falta de liquidez da empresa.

Capital humano Recursos da empresa alocados em colaboradores, englobando

salários, encargos sociais, benefícios e investimentos em

capacitação técnica ou acadêmica.

Capital intensive Capital intensivo. Empresas que demandam constantemente

gastos de capital em pesquisa e desenvolvimento de novos

produtos, ampliação da capacidade fabril ou lojas para venda, como indústrias, grandes redes de varejo.

Capital social

Total dos investimentos diretos feitos pelos sócios de uma empresa, pelos quais eles recebem cotas ou ações.

Ciclo financeiro

É o intervalo de tempo entre a data que a empresa pagou pelos produtos ou fatores de produção e recebeu dos clientes. O ciclo financeiro pode ser analisado de duas formas: *superávit de caixa*, quando a empresa recebe dos clientes antes de pagar seus fornecedores, e *déficit de caixa*, quando a empresa paga seus fornecedores antes de receber dos clientes. Embora seja desejável trabalhar sempre com superávit de caixa, quase a totalidade das empresas trabalha com déficit de caixa. Apenas algumas grandes empresas que, por barganha exercida por seu porte econômico, consegue negociar um ciclo superavitário.

Ciclo operacional

É o intervalo de tempo médio que a empresa demora para adquirir matérias-primas e insumos, transformá-los em produtos acabados, pagar por essas contas e outros fatores de produção, vender suas mercadorias e receber o produto dessa venda. Ver "contabilidade".

Ciência Contábil

Empresa de cujo capital social outra sociedade participa, sem que tenha o controle majoritário da mesma.

Compliances

Coligada

Conjunto de processos, procedimentos e normas que regem o ambiente de controle interno da empresa, atuando como forma de preservar os seus ativos.

Consolidado

Grupo empresarial; soma de todas as empresas que são investidas por uma empresa controladora e a própria controladora.

Conta contábil

É a expressão em que se registram elementos patrimoniais semelhantes. As contas podem ser de dois tipos: **contas patrimoniais**, quando se referirem a bens, direitos e obrigações, ou **contas de resultado**, quando se referirem a receitas e despesas.

Conta de resultado

Ver "conta contábil".

Conta patrimonial

Ver "conta contábil".

Contabilidade

1. Ciência: estudo de normas de registro de fatos administrativos e demonstração da situação econômica de empresas; 2. Administração: função administrativa responsável pelo controle e acompanhamento da situação patrimonial da organização; 3. Geral: conjunto de normas e procedimentos que visam harmonizar a aplicação de conceitos na forma de fazer o registro das operações e a padronizar a emissão de relatórios contábeis.

Contabilidade Financeira

Campo da Contabilidade que cuida do emprego das normas e procedimentos da matéria, cumprimento da legislação societária e tributária, bem como da divulgação padronizada de relatórios contábeis, visando atender o público externo da organização. O responsável pela Contabilidade Financeira da empresa precisa legalmente ser um contador habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade (C.R.C.).

Contabilidade Gerencial

Campo da Contabilidade que cuida de relatórios gerenciais mais detalhados e flexíveis do que aqueles emitidos pela Contabilidade Financeira, voltado para o público interno da Organização, cujo objetivo é a tomada de decisão estratégica da empresa. O responsável pela Contabilidade Gerencial não precisa ser necessariamente um contador, mas o conhecimento da matéria é importante para o exercício mais eficiente das tarefas.

Contexto operacional

Contextualização do objeto social de uma empresa, seu campo comercial de atuação e detalhamento das suas atividades econômicas. Ele deve ser tratado em uma nota explicativa às demonstrações financeiras da empresa.

Contrato social

Termo constitutivo de uma sociedade limitada.

Controlada

Tipo subordinação de uma empresa, cuja maior parte do capital votante está em poder de uma controladora.

Controladora

Empresa controladora ou holding é aquela que participa do capital social de outras empresas. Nos relatórios da CVM, também podem constar como empresa individual.

Corretora

Tipo de instituição financeira com autorização para operar produtos dos mercados financeiro (bancos) e de capitais (bolsa de valores) e, por isso, deve seguir instruções do Banco Central e da CVM, bem como estão sujeitas à fiscalização de ambas as entidades oficiais.

Corretora de títulos e valores Ver "corretora". mobiliários (CTVM)

Cota (ou cotas ou quotas)

Fração do capital de uma sociedade limitada.

Cotista

Ver "sócio". Diz-se do sócio de uma sociedade limitada.

Crescimento orgânico da empresa

Expansão natural da atividade econômica do negócio (aumento de vendas, montagem de uma nova fábrica, abertura de novas lojas etc.), sem contar com a fusão ou aquisição de outras empresas.

Curto prazo

Numa perspectiva contábil, os próximos doze meses.

Custo das vendas

Custos que sustentam as vendas de produtos e serviços das empresas, podendo ser: custo dos produtos vendidos (CPV), se for de uma indústria, custo das mercadorias vendidas (CMV), se for de uma empresa comercial, ou custo dos serviços prestados (CSP), se for uma prestadora de serviços.

Custo de capital

É o custo médio estimado dos capitais empregados em uma empresa e que serve de referência para o retorno mínimo de seus empreendimentos corporativos.

Day trade

Tipo de operação na bolsa de valores, em que o investidor compra e revende ações no mesmo dia. Trata-se de uma especulação financeira de risco elevado, que o investidor inexperiente pode ser conduzido a perdas elevadas.

Debênture

Tipo de empréstimo que uma empresa toma em que ela é a própria captadora de recursos junto ao mercado de pessoas físicas e jurídicas, sem a interveniência de um banco como garantidor da operação. Ao eliminar essa interveniência, a empresa consegue captar por uma taxa de juros mais barata do que a dos bancos e os agentes econômicos que emprestaram o dinheiro recebem juros maiores do que se tivessem aplicado em um banco. Para os credores, o risco é a empresa deixar de pagar.

Déficit de caixa

Ver "ciclo financeiro".

Demonstrações contábeis

Ver "demonstrações financeiras".

Demonstrações financeiras

Conjunto de demonstrativos contábeis, com formatação e periodização de apuração determinados por lei, elaborados conforme procedimentos rigorosos da contabilidade, que têm por objetivo divulgar a situação econômica da empresa, para uma determinada data ou período. No Brasil, são quatro as demonstrações financeiras, separadas em dois grupos conceituais: demonstrações principais, com o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado (DRE), e as demonstrações secundárias, com a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e a Mutação do Patrimônio Líquido (MPL).

Demonstrações pro forma

Demonstrações financeiras levantadas com tecnicidade contábil, para fins de reporte e análise, mas que não contemplam efeitos necessariamente tributários, societários ou cíveis.

Depreciação

Processo contábil pelo qual se registra, por estimativa, o desgaste pelo uso de um bem imobilizado. Ele gera o registro de uma despesa ou custo no resultado da empresa, que pode ser dedutível para fins de imposto de renda. A depreciação não gera pagamento ou desembolso.

Desdobramento de ações

Ver "emissão de ações".

Despesa de IR

Despesas de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e de contribuição social sobre o lucro (CSL) da empresa.

Despesas operacionais

Grupo da Demonstração do Resultado (DRE) que registra despesas necessárias ao funcionamento de qualquer empresa, porém não relacionadas aos custos das vendas, tais como despesas gerais e administrativas, despesas de vendas e *marketing*, despesas prediais, honorários da diretoria etc.

Diário Geral

Livro contábil obrigatório para as empresas, no qual se registram os lançamentos contábeis em ordem cronológica.

Direito

A ver de terceiros. Obrigações que terceiros têm para com a empresa.

Disponibilidades

Disponível. Saldo financeiro que expressa a soma do dinheiro à disposição quase que imediatamente da empresa. Saldo contábil de caixa e equivalentes, bancos e aplicações financeiras e curto prazo.

Dívida bruta

Total do passivo de financiamento.

Dívida líquida

Total da dívida bruta, deduzida das disponibilidades.

Dividendo

Parte do lucro líquido contábil distribuído aos acionistas, na proporção de suas contas ou ações.

Dividend yield (DY)

Ver "retorno sobre proventos".

**EBIT** 

Expressão inglesa para lucro antes das despesas com juros e imposto de renda (earnings before interest and taxes). Contabilmente, refere-se ao saldo do EBITDA ajustado pelas despesas e custos de depreciação e amortização. Na maioria das empresas, é o subtotal da Demonstração do Resultado (DRE) de lucro antes dos juros. Financeiramente, refere-se ao lucro operacional da empresa.

**EBITDA** 

Expressão inglesa para lucro antes das despesas com juros, imposto de renda, depreciação e amortização (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization). Embora seja apurado a partir da Demonstração do Resultado (DRE), o EBITDA não é facilmente observado em um de seus subtotais: há a necessidade de a empresa apurar o seu saldo e divulgá-lo em notas explicativas ou relatório da administração. Financeiramente, deve ser analisado com o lucro da atividade econômica ou a geração de caixa do negócio.

**EIRELE** 

Empresa individual de responsabilidade limitada. É o tipo da empresa que admite um único sócio, que se sujeita a lei específica.

Emissão de ações

Processo pelo qual uma sociedade anônima de capital aberto capta recursos pela bolsa de valores. As emissões de ações podem ser: a *initial public offering* (IPO), quando é feita a abertura inicial do capital de uma empresa na bolsa de valores, o

follow on, quando há nova emissão de ações por uma empresa que já opera na bolsa de valores, ou por subscrição (uderwritting), quando a empresa emite novas ações pela incorporação no capital social de reserva, lucro líquido ou lucros acumulados. Existe ainda o desdobramento de ações, em que simplesmente se converte uma ação em um número inteiro de novas ações, com o objetivo de reduzir o preço da ação na bolsa de valores. Neste último caso, não existe emissão de novas ações, nem efeito sobre o total do capital social.

Empresa

Organização ou pessoa jurídica. Entidade jurídica, formada por pessoas ou outras empresas, que se juntam com o objetivo comercial comum. Conjunto de órgãos interligados, que interagem estrategicamente para cumprir seu objetivo, com a maior eficiência econômica possível.

Empresa investida

Empresa ligada. Conjunto de empresas coligadas e/ou controladas por uma empresa; participação acionária de uma empresa em outras sociedades.

Empresa ligada

Ver "empresa investida".

Endividamento

Estado ou grau que as dívidas, totais ou financeiras, assumem em função de parte ou totalidade do ativo ou do patrimônio líquido. Dependência que a empresa tem do capital de terceiros ou do passivo de financiamento.

Equivalência patrimonial

Procedimento contábil pelo qual as participações societárias da empresa devem ser registradas pelo valor proporcional que ela detém do patrimônio líquido das empresas investidas.

ESG

Expressão inglesa que engloba um conjunto de ações empresariais e de sua governança que abranja responsabilidades ambientais, sociais e de governança (environmental, social and corporate governance).

Estatuto social

Termo constitutivo de uma sociedade anônima.

Estrutura de capital

Parte da gestão financeira da empresa que trabalha com a decisão de como financiar seus projetos corporativos ou seus ativos. Consiste em buscar o equilíbrio entre custo de capital levantado e risco da empresa, pela decisão do mix ideal entre passivos financeiros (capital de terceiros) e patrimônio líquido (capital próprio).

Exercício social

É o período contábil de um ano, padronizado no Brasil como indo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Exigibilidade

Condição de exigência em face do tipo de credor; prazo de vencimento de uma dívida, funcional ou financeira.

Fato administrativo

Evento que afeta elementos do patrimônio da empresa e que precisam ser registrados na sua contabilidade, por meio de

lançamentos contábeis.

Faturamento bruto Receita operacional bruta ou o total de todas as vendas da

empresa.

Faturamento líquido Receita operacional líquida ou o faturamento bruto deduzido das

vendas canceladas, devoluções e impostos sobre as vendas

(ICMS, IPI, ISS, PIS, COFINS e CIDE).

Fluxo de caixa É o estudo dos movimentos de caixa e equivalentes, durante um

determinado período.

Fluxo de caixa livre (FCL) É o fluxo de caixa final da empresa, em um certo período contábil.

É a geração de caixa no período.

Fluxo de caixa dos acionistas É o fluxo de caixa disponível para os acionistas, mas não

necessariamente pago a eles. Resultado do fluxo de caixa operacional (FCO) menos a movimentação líquida dos passivos de

financiamento.

Fluxo de caixa dos ativos (FCA) É o mesmo que "fluxo de caixa livre" (ver).

Fluxo de caixa operacional (FCO) É o fluxo de caixa resultante da atividade econômica da empresa,

líquida de imposto de renda.

Fluxo financeiro É o estudo da estrutura de gestão da movimentação financeira na

empresa, dada pelo fluxo de caixa livre (FCL) ou de ativos (FCA).

Follow on de ações Nova emissão de ações de uma empresa que já fez o IPO na bolsa

de valores. Ver "emissão de ações".

Free float Total ou percentual de ações do capital da empresa que estão

sendo negociadas na bolsa de valores (B3).

Ganho de capital Ganho efetivo que o sócio de uma empresa obtém quando vende

sua participação por valor maior do que investiu.

Gastos de capital Investimentos estratégicos em ativo permanente, que a empresa

deve constantemente fazer, visando aumentar sua produtividade, aumentar sua capacidade de vendas e conquistar mercados. Os gastos de capital formam relevante informação para identificar se a empresa investe na sua renovação, no seu crescimento futuro.

Governança corporativa Conjunto de processos e procedimentos que ditam o

relacionamento entre os diferentes órgãos dentro de uma empresa e como as práticas gerenciais serão informadas ao

público.

Holding Ver "controladora".

Home broker Sistema operacional da corretora ou distribuidora de valores

mobiliários, por meio do qual o investidor consulta cotações de

ativos financeiros (ações, FIIs, ETFs etc.) e emite boletas de compra e venda desses ativos.

Imobilizado

Conjunto de bens tangíveis de uso da empresa, em sua atividade econômica, por vários anos, sem a intenção de venda, como imóveis, terrenos, máquinas e equipamentos, computadores, veículos, instalações elétricas e hidráulicas etc.

*Impairment* 

(Teste de; ajuste de) - teste introduzido pela Lei 11.638/2007, pelo qual se avalia o imobilizado pelo seu provável valor de realização futura, trazido a valor presente por uma taxa de desconto. Quando o valor presente for inferior ao valor contábil do bem, a empresa deverá fazer um ajuste contábil de impairment (colocar em itálico, no texto), contra uma despesa operacional.

Indicador financeiro

Conjunto de fórmulas elaboradas a partir de saldos contábeis, com o intuito de quantificar uma relação matemática que permita interpretar alguma situação econômico-financeira da empresa.

Individual

Ver "controladora".

Inflação

Aumento generalizado de preços da economia, que leva à perda do poder aquisitivo da moeda.

Initial Public Offering (IPO)

*Initial public offering*. Ver "emissão de ações".

Intangível

Expressão contábil que caracteriza um subgrupo do ativo, no qual se classificam as contas representativas direitos intangíveis formados pela empresa, de benefícios futuros de longo prazo.

Investida

Diz-se das empresas coligadas e controladas. Empresa de cujo capital social uma empresa controladora ou individual participa.

Investimento

Expressão contábil que reúne um conjunto de contas que expressam direitos ou bens com retorno financeiro esperado de longo prazo.

Juro

É o valor que alguém paga a terceiros, por usar o seu capital, por um certo tempo. Os juros são expressos em moeda corrente (reais) e calculados a partir de um valor principal (PV), de uma taxa de juros (i) e de um prazo (N).

Juros sobre capital próprio

Juros pagos aos acionistas, na proporção que cada um tem do capital social. Eles são calculados pela aplicação de uma taxa de juros sobre o saldo contábil do patrimônio líquido. Os JCP devem ser contabilizados como despesa financeira e podem ser dedutíveis para fins de imposto de renda.

LAIR

Lucro antes da despesa de imposto de renda. É um subtotal da

Demonstração do Resultado (DRE) que surge da soma do lucro antes dos juros e do resultado financeiro.

LAJIR Ver "EBIT".

LAJIRDA Ver "EBITDA".

Lançamento contábil Registro contábil das operações da empresa que afetaram seu

patrimônio.

Leasing Tipo de operação financeira feita por empresas de arrendamento

mercantil (leasing), consistindo na compra financiada a longo

prazo de produtos.

Liquidez 1. Contábil: Potencial que um ativo tem de ser transformado em

moeda, do ponto de vista da empresa que a possui; 2. Financeiro: Capacidade da empresa de honrar seus compromissos, em face de uma perspectiva de tempo; 3) Investimentos: Potencial que uma aplicação financeira tem de ser transformada em dinheiro

para o investidor.

Longo prazo Numa perspectiva contábil, tudo que acontece após os próximos

doze meses.

Lucratividade Condição ou estado que a empresa tem de gerar lucro ou retorno

em função de alguma referência, tal como o total dos seus ativos

ou do patrimônio líquido.

Lucro Diferença algébrica entre receitas e despesas contábeis.

Lucro antes dos juros Subtotal da Demonstração do Resultado (DRE) que expressa o

lucro operacional da empresa; é a diferença entre o lucro bruto e todas as despesas operacionais e o resultado de equivalência

patrimonial.

Lucro bruto Subtotal da Demonstração do Resultado (DRE) que expressa o

lucro comercial: a diferença entre o faturamento líquido e o custo

das vendas.

Lucro líquido É o total final da Demonstração do Resultado (DRE), ou seja, o

saldo líquido de todas as receitas e despesas da empresa, em um

período contábil.

Lucro presumido É a forma de tributação das empresas de médio porte. O

enquadramento nessa modalidade depende do faturamento líquido da empresa acumulado de 12 meses e da opção da empresa pelo enquadramento. Seu cálculo é baseado na presunção de uma base tributária, calculada em cima do

faturamento mensal da empresa.

Lucro real É a modalidade de apuração do imposto de renda da pessoa

jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSL), pela qual

se incide as alíquotas destes tributos sobre o lucro contábil ajustado para fins fiscais. Todas as empresas estão enquadradas no Lucro Real, porém, dependendo do faturamento anual, de algumas condições legais e da operação da empresa, ela poderá optar pelo Lucro Presumido ou Simples Nacional (ver).

Lucros acumulados

É uma conta transitória do patrimônio líquido, usada antes do encerramento do exercício social, na qual se registra o lucro líquido não distribuído aos acionistas sob a forma de dividendos ou que não serviu para a constituição de reserva.

Marcas e patentes

Tipo de ativos intangíveis que asseguram o usufruto comercial de uma determinada parte ou produto devidamente patenteado. As marcas e patentes devem ser registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Market capitalization

É o valor da empresa, resultado da multiplicação do número de ações (Nº) que compõe todo o capital social pelo preço da ação na bolsa de valores.

Market share

Fatia de mercado de um produto, serviço ou da empresa.

MEI

Microempreendedor individual. Tipo de sociedade destinada a um único sócio, que deve se sujeitar às normas de lei específica. Método usado pela Contabilidade para fazer os lançamentos contábeis. Por ele, o total dos lançamentos de valores a débito deve ser igual ao total dos valores lançados a crédito. Com isso, no Balanço Patrimonial (BP), o total do ativo será sempre igual ao total do passivo.

Método das partidas dobradas

Moral hazard Ver "problema de agência".

Normas contábeis

Conjunto de regras e procedimentos de escrituração e elaboração de demonstrações padronizadas, que o profissional de contabilidade deve sempre observar em seus trabalhos.

Notas explicativas

Conjunto de detalhes técnicos sobre o contexto operacional da empresa, suas principais práticas contábeis e discriminação de saldos contábeis, que fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras (DFs) de uma empresa e devem ser publicadas juntamente com estas.

Obrigação

Exigibilidade, dívida funcional ou financeira. Direitos de terceiros para com a empresa.

Oferta pública para a aquisição de ações (OPA)

Procedimento que uma empresa aberta faz, cumprindo determinações da CVM, pelo qual ela recompra parte ou a totalidade das ações negociadas na bolsa de valores (free float). É um procedimento de fechamento do capital, que pode levar a empresa a não ter mais suas ações negociadas no mercado.

Organização

Ver "empresa".

Partes relacionadas Agentes econômicos que se relacionam direta ou indiretamente

com uma empresa, como cliente, fornecedores, governo (federal, estadual ou municipal), contadores, colaboradores, concorrentes,

sindicatos, entidades de classe, universidades etc.

Passivo Conjunto de obrigações de uma empresa, contabilmente disposta

em ordem decrescente de exigibilidade.

Passivo circulante Expressão contábil que caracteriza um subgrupo do passivo, no

qual se classificam as contas representativas de obrigações para

com terceiros, com vencimento até um ano.

Passivo exigível Obrigações que a empresa tem para com terceiros; soma dos

subgrupos de passivo circulante e passivo não circulante; soma

dos passivos de funcionamento e de financiamento.

Passivo de funcionamento Expressão financeira que reúne todas as contas do passivo

exigível de caráter operacional ou não financeira, como

fornecedores, contas a pagar, tributos a pagar etc.

Passivo de financiamento Expressão financeira que reúne todas as contas do passivo

exigível que geram o pagamento de juros (despesa financeira),

tais como empréstimos, financiamentos, *leasing* e debêntures.

Passivo funcional Ver "passivo de funcionamento".

Passivo financeiro Ver "passivo de financiamento".

Passivo não circulante Expressão contábil que caracteriza um subgrupo do passivo, no

qual se classificam as contas representativas de obrigações para

com terceiros, com vencimento após um ano.

Patente Ver "marcas e patentes".

Patrimônio É o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma empresa, em

que os bens e direitos formam o ativo e as obrigações formam o

passivo.

Patrimônio líquido Expressão contábil que caracteriza um subgrupo do passivo, no

qual se classificam as contas representativas de obrigações para com os acionistas: capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados; total dos investimentos dos acionistas não distribuídos para eles sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP); diferença contábil entre o total do ativo e o

passivo exigível.

Perfil do investidor ou *suitability* é a classificação que se faz de

um investidor não qualificado, quando ele abre uma conta num banco ou corretora. Assim, a plataforma de investimentos abre acesso automático a aplicações financeiras adequadas para acualo parfil. O parfil de investidor pada con conservador

aquele perfil. O perfil do investidor pode ser conservador,

moderado, arrojado ou muito arriscado.

Período contábil Intervalo de tempo em que o contador levanta as demonstrações

financeiras da empresa.

Personalidade jurídica Direito natural que as pessoas físicas e jurídicas têm de adquirir

direitos e obrigações.

Pesquisa e desenvolvimento Tipo de gastos que as empresas fazem com o intuito de

desenvolver novas soluções ou novos produtos e serviços ao mercado. Geralmente, quando esse tipo de investimento dá

certo, gera uma nova patente para a empresa.

Pessoa jurídica Termo jurídico que se refere a qualquer tipo de empresa ou

sociedade, legalmente constituída.

Plano de contas Relação oficial de todas as contas e subcontas usadas pela área

contábil de cada empresa e elaborado pelo contador em conjunto com a administração. O plano de contas trabalha com a estruturação segmentada: inicia com as contas patrimoniais, ativo e passivo, e, em seguida, com as contas de resultado, receitas e

despesas.

Princípios contábeis Conjunto de regras que padronizam os procedimentos de

escrituração dos fatos administrativos e sua documentação.

Problema de agência Ocorre quando os gestores da empresa (agentes) atuam

colocando seus interesses pessoais e financeiros à frente dos interesses dos acionistas (principais), aqueles que os contrataram. O problema de agência decorre da possibilidade do risco moral (moral hazard) dos agentes atuarem com conflito de interesses

aos dos sócios.

Produto Interno Bruto (PIB) Soma de tudo que é produzido no Brasil (PIB nacional) ou em um

setor econômico (PIB do setor).

Proventos Valores distribuídos ou creditados a favor dos sócios, podendo ser

sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP).

Provisão É a contabilização feita com base no conservadorismo contábil,

pela qual se registra a melhor estimativa de um potencial de perda que a empresa poderá incorrer, em que não se sabe necessária e exatamente o valor ou a data em que a perda se

materializará.

Razão Geral Livro contábil facultativo da empresa, que registra os

lançamentos contábeis de forma analítica, isto é, por conta

contábil.

Relação com Investidores (R.I.) Setor de assessoria de companhias que operam suas ações na

polsa de valores, responsáveis por disponibilizar as

demonstrações financeiras, relatórios analíticos e a responder a

questionamentos do público acerca desses reportes, além de eventuais informações relevantes de importância ao mercado. A existência do R.I. em empresas abertas é uma obrigatoriedade legal.

Relatório da Administração

Relatório formal, exigido pela CVM junto às empresas de capital aberto e a serem publicadas trimestralmente, pelo qual se informa ao mercado vários aspectos societários, das práticas empresariais e do mercado, que sejam importantes para contextualizar e esclarecer as estratégias e o desempenho da sociedade aos stakeholders. É uma importante fonte de pesquisa para análise do desempenho da empresa.

Renda fixa

Tipo de aplicação financeira menos arriscada, na qual a pessoa já sabe os termos de sua remuneração até o resgate. Essa remuneração é baseada em juros fixos (renda fixa prefixada), na qual já se sabe o valor exato em reais a ser resgatado no momento da contratação, ou baseada na variação de algum índice (renda variável) de inflação (como IPCA ou IGP-M) ou de uma taxa referenciada no mercado (como SELIC ou CDI). Ex.: operações do Tesouro Direto, compra de papéis bancários (CDB, LCA, LCI etc.) ou de empresas (debêntures).

Renda variável

Tipo de aplicação financeira mais arriscada, na qual a pessoa não sabe, no momento da compra, quanto receberá quando vender o ativo. O preço fica sujeito às oscilações do mercado, o que pode conferir ao investidor um ganho de capital ou perda de capital. Ex.: ações, cotas de fundos de investimento imobiliário (FIIs), contrato de moedas (dólar, euro etc.), metais (outro, prata etc.), mercadorias (café, milho, soja etc.) ou índices (IBOVESPA etc.).

Reserva

É uma apropriação contábil do lucro, alocada em conta específica do patrimônio líquido, cuja constituição e realização são estabelecidas em lei ou pelo contrato ou estatuto social da empresa.

Responsabilidade ambiental

Ver "ESG".

Responsabilidade social

Ver "ESG".

Resultado patrimonial

de equivalência

ência l

Receita ou despesa que uma empresa controladora (individual ou investidora) obtém como consequência do lucro ou prejuízo que as empresas coligadas e controladas (investidas) tiveram no mesmo período contábil.

Resultado financeiro

É a diferença entre as receitas financeiras e despesas financeiras.

Retorno sobre ganho de capital

É o retorno que o investidor obteve na venda de sua participação acionária em uma empresa, dado por:  $R_{GC} = GC_U / PC_U$ 

Retorno sobre proventos

É o retorno que o investidor obteve com base nos proventos recebidos num período ou ano, dado por: R<sub>PROV</sub> = PROV<sub>U</sub> / PC<sub>U</sub>

Retorno total É o retorno total que o investidor obteve, contemplando o ganho

de capital e os proventos recebidos, dado por:  $R_T = R_{GC} + R_{PROV}$ 

Risco Probabilidade de perda; ameaça ou exposição a perdas;

probabilidade de insucesso.

SELIC Ver "taxa SELIC".

Simples Nacional Também conhecido como Super Simples, é o tributo para

pequenas e médias empresas, cujo enquadramento é voluntário, desde que atenda a determinados quesitos previstos em lei. O Simples Nacional prevê a cobrança consolidada de vários tributos, com base em uma alíquota única sobre o faturamento líquido.

Sociedade Entidade jurídica que constituí uma empresa ou pessoa jurídica.

Sociedade anônima Tipo de sociedade que se caracteriza pela reunião de dois ou mais

sócios, em que o termo constitutivo é um estatuto social e cujo

capital social se divide em ações.

Sociedade limitada Tipo de sociedade que se caracteriza pela reunião de dois ou mais

sócios, em que o termo constitutivo é um contrato social e cujo

capital social se divide em cotas.

Sócio Diz-se do empreendedor que abre uma empresa e participa do

seu capital social, mas não necessariamente precisa participar da

gestão do negócio.

Solvência Grau ou condição que a empresa tem de sobrevivência a longo

prazo; envolve a análise conjunta de liquidez, endividamento ou

lucratividade.

Stakeholder Ver "partes relacionadas".

Subconta contábil É uma especificação da conta contábil.

Subscrição de ações A mesma coisa que *underwritting*. Ver "emissão de ações".

Suitability Ver "perfil do investidor".

Superávit de caixa Ver "ciclo financeiro".

Super Simples Ver "Simples Nacional".

Taxa de CDI É a taxa de juros do depósito interbancário. Determinada pelas

práticas de empréstimos diários entre as instituições financeiras, ela se torna uma taxa de juros de referência para o custo de capital nos mercados financeiro e de capitais. O CDI tem a

tendência de seguir muito próximo à taxa SELIC.

Taxa de juros É a precificação do custo de um capital emprestado.

Taxa do interbancário

Ver "taxa de CDI".

Taxa SELIC

É a taxa básica da economia, pois é determinada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), do Banco Central do Brasil (BCB), em linha com a estratégia de política monetária ditada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A SELIC tem duas funções: remunerar os títulos da dívida pública do Tesouro Nacional e auxiliar no controle da inflação.

Tag along

Condição que prevê que a empresa que for adquirida por outra empresa deve estender as condições de compra de ações a outros acionistas que não o majoritário. Trata-se de um direito aos acionistas minoritários de poderem usufruir do poder de vender suas ações no caso de uma compra da empresa. As condições de *tag along* dependem do que está previsto no estatuto social da empresa.

Termo constitutivo

Registro formal, por contrato social ou estatuto social, das características legais da empresa e do relacionamento dos seus acionistas, tais como objeto social, endereço da sede e filiais, composição do capital social, sucessão do capital social etc.

Teste de *suitability* 

Teste que todos os investidores no Brasil devem se submeter ao abrir uma conta bancária ou numa corretora de valores, por força de lei, visando identificar o perfil do investidor. Assim, a plataforma de investimentos da sua conta (banco ou corretora) permitirá o acesso apenas a aplicações adequadas a esse perfil.

Total de ações

É a soma simples do total de ações, ordinárias e preferenciais, que dividem o capital social de uma empresa.

Transferência eletrônica disponível

A TED é o meio pelo qual é possível fazer transferências de dinheiro entre contas correntes bancárias e/ou com corretoras de títulos e valores mobiliários. Em geral, os bancos cobram tarifas por prestar esse serviço e, atualmente, quase todas as corretoras de valores não cobram mais tarifas por este serviço.

Tributo

Conjunto de impostos, taxas e contribuições previstas na Constituição Federal e cobradas pelo Estado, para financiar sua estrutura de custeio e investimentos.

Underwritting

Ver "subscrição de ações".

Valor contábil da ação

Ver "valor patrimonial da ação".

Valor patrimonial da ação

É o saldo contábil do patrimônio líquido dividido pelo total de ações que dividem o capital social (ações ordinárias e preferenciais).